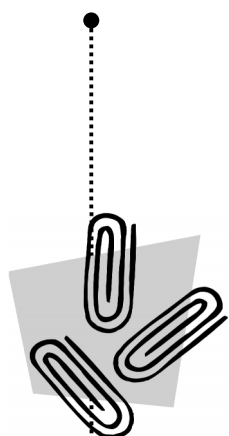
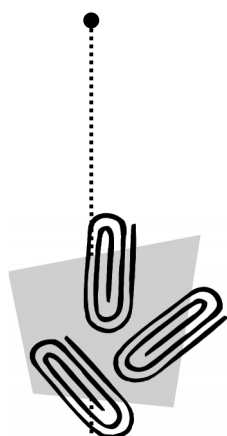


# **ANEXOS CAPÍTULO III**



**Ensino Básico: Conceito,  
Trajecto e Reformas Curriculares**

# Anexo 3.01



**“Escolaridade obrigatória” e  
“Abandono escolar precoce” na  
União Europeia, a 27 países**

## “Escolaridade obrigatória” e “Abandono escolar precoce” na União Europeia, a 27 países.

País – Escolaridade obrigatória <sup>1</sup>	Ano lectivo de referência <sup>2</sup>	Total de anos	Idades abrangidas	Abandono escolar precoce (2007) <sup>3</sup>
Holanda	2007/08	13 (a)	5-18	12,00%
Hungria	2006/07	13	5-18	10,90%
Alemanha	2007/08	12 (b)	6-18	12,70%
Bélgica	2006/07	12 (c)	6-18	12,30%
Luxemburgo	2006/07	12	4-16	15,10%
Polónia	2007/08	12 (d)	6-18	05,00%
RU - Irlanda do Norte	2006/07	12	4-16	17,00%
RU - Escócia, Inglaterra e Gales	2006/07	11	5-16	
Malta	2007/08	11	5-16	37,30%
Chipre	2007/08	10	4 / 5-15	12,60%
Eslováquia	2007/08	10	6-16	07,20%
Espanha	2007/08	10	6-16	31,00%
França	2007/08	10	6-16	12,70%
Irlanda	2004/05	10	6-16	11,50%
Roménia	2006/07	10	6-16	19,20%
Áustria	2007/08	9	6-15	10,90%
Bulgária	2008/09	9	7-16	16,60%
Dinamarca	2007/08	9 (e)	7-16	12,40%
Eslovénia	2006/07	9	6-15	04,30%
Estónia	2007/08	9	7-16	14,30%
Finlândia	2006/07	9	7-16	07,90%
Grécia	2006/07	9 (f)	6-15	14,70%
Letónia	2006/07	9	7-16	16,00%
Lituânia	2007/08	9	7-16	08,70%
<b>Portugal</b>	2007/08	9	6-15	36,30%
República Checa	2007/08	9	6-15	Não disponível
Suécia	2006/07	9	7-16	08,60%
Itália	2006/07	8 (g)	6-14	19,30%

### Notas:

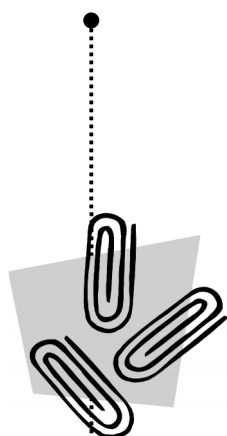
- (a) A tempo parcial dos 17 aos 18 anos.
- (b) Pode ser a tempo parcial dos 17 aos 18 anos.
- (c) Pode ser a tempo parcial dos 17 aos 18 anos.
- (d) A tempo parcial dos 17 aos 18 anos.
- (e) Desde Agosto de 2008 passou a ser de 10 anos com a inclusão do último ano do pré-primário (6 anos) obrigatório.
- (f) Desde o ano lectivo de 2007/08 passou a ser de 10 anos com a inclusão do último ano do pré-escolar (5 anos) obrigatório.
- (g) A partir de 2007/08 passou a ser de 10 anos (dos 6 aos 16 anos).

<sup>1</sup> Ver endereço World Wide Web, <http://eacea.ec.europa.eu/portal/page/portal/Eurydice/showPresentation?pubid=047EN> (consultado em Maio de 2009), “National summary sheets on education systems in Europe and ongoing reforms - 2008 Edition”, Brussels: Eurydice, 2008.

<sup>2</sup> Identificado o ano lectivo imediatamente anterior à data de cada relatório sobre os sistemas educativos dos países europeus.

<sup>3</sup> Taxa de “abandono escolar precoce” com base nos critérios do EUROSTAT, em 2007: idade entre 18 e 24 anos; escolaridade básica de 9 anos incompleta; fora de do sistema de educação ou formação há mais de 4 semanas. Ver endereço World Wild Web, [http://nui.epp.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=lfsi\\_edu\\_a&lang=en](http://nui.epp.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=lfsi_edu_a&lang=en) (consultado em Maio de 2009).

## Anexo 3.02



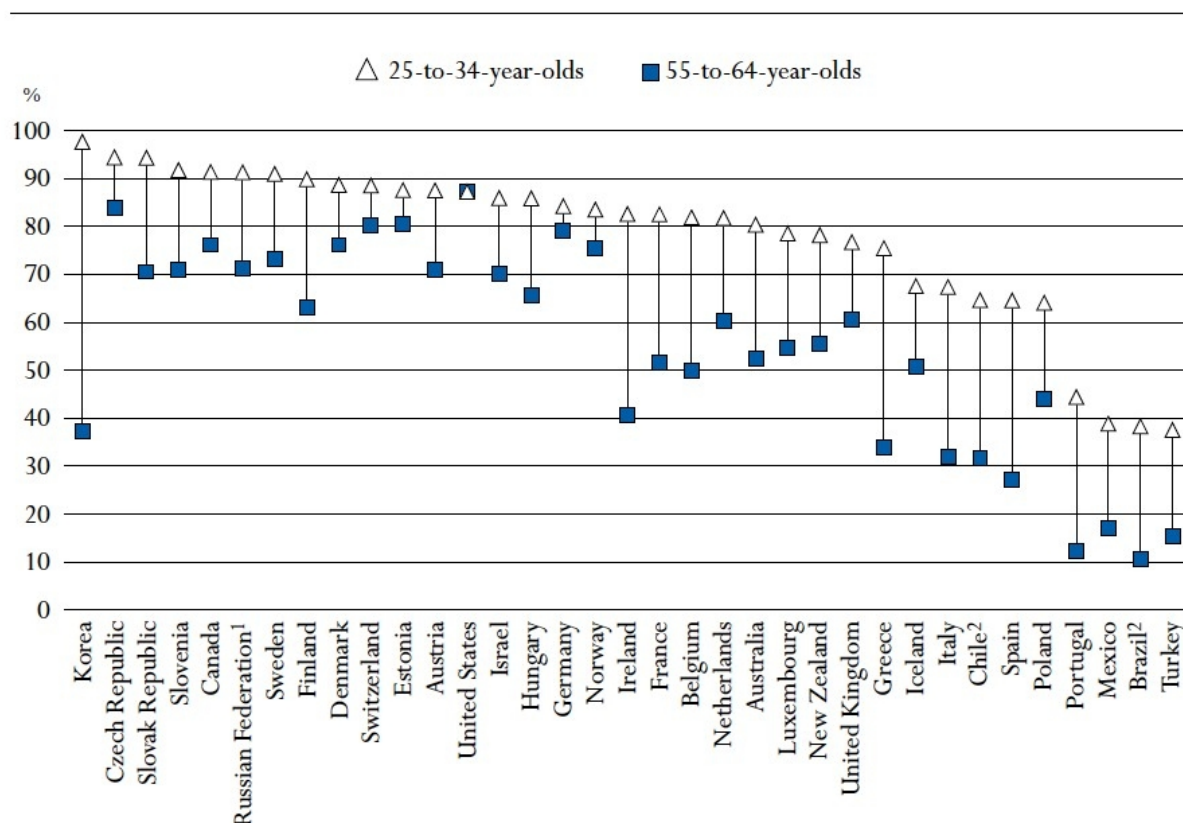
**População que atingiu pelo menos o Ensino  
Secundário, dados de 2006 (OCDE, 2008)**



## População que atingiu pelo menos o ensino secundário, dados de 2006 (OCDE, 2008)<sup>1</sup>

Table A1.2 **Population that has attained at least upper secondary education<sup>1</sup> (2006)**

Percentage, by age group




1. Year of reference 2002.

2. Year of reference 2004.

Countries are ranked in descending order of the percentage of the 25-to-34-year-olds who have attained at least upper secondary education.

Source: OECD, Table A1.2a. See Annex 3 for notes ([www.oecd.org/edu/eqg2008](http://www.oecd.org/edu/eqg2008)).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/401474646362>

<sup>1</sup> Dados retirados de "Education at a Glance 2008: OECD Indicators" (2008, OCDE, p.31). Disponível on-line em «<http://www.oecd.org/dataoecd/23/46/41284038.pdf>» (consultado em Maio de 2009).

Table A1.2a **Population that has attained at least upper secondary education(1) (2006)**  
*Percentage, by age group*

	Age group					
	25 to 64	25 to 34	35 to 44	45 to 54	55 to 64	
OECD countries	Australia	67	80	68	63	52
	Austria	80	87	84	77	71
	Belgium	67	82	74	60	50
	Canada	86	91	89	85	76
	Czech Republic	90	94	94	89	84
	Denmark	82	88	84	78	76
	Finland	80	90	87	80	63
	France	67	82	72	61	52
	Germany	83	84	85	83	79
	Greece	59	75	67	53	34
	Hungary	78	86	82	77	66
	Iceland	63	67	67	64	51
	Ireland	66	82	71	58	41
	Italy	51	67	55	47	32
	Korea	77	97	90	62	37
	Luxembourg	66	78	67	60	55
	Mexico	32	39	36	28	17
	Netherlands	72	81	76	70	60
	New Zealand	69	78	72	69	55
	Norway	79	83	79	77	75
	Poland	53	64	51	49	44
	Portugal	28	44	28	20	12
	Slovak Republic	87	94	91	86	70
	Spain	50	64	55	43	27
	Sweden	84	91	90	82	73
	Switzerland	85	88	87	84	80
	Turkey	28	37	25	22	15
	United Kingdom	69	76	70	67	61
	United States	88	87	88	89	87
	OECD average	68	78	72	65	55
	EU19 average	69	80	73	65	55
Partner countries	Brazil(2)	30	38	32	27	11
	Chile(2)	50	64	52	44	32
	Estonia	88	87	93	92	80
	Israel	80	86	82	76	70
	Russian Federation(3)	88	91	94	89	71
	Slovenia	82	91	85	77	71

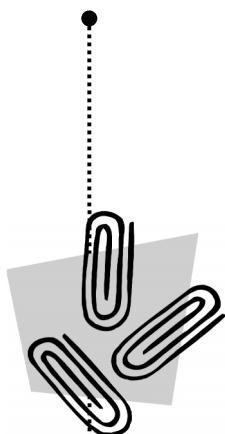
1. Excluding ISCED 3C short programmes.

2. Year of reference 2004.

3. Year of reference 2002.

Source: OECD. See Annex 3 for notes ([www.oecd.org/edu/eag2008](http://www.oecd.org/edu/eag2008)).

# Anexo 3.03



## **Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto**

**(estabelece os princípios gerais que ordenam a estruturação curricular  
prevista na LBSE e são aprovados os  
planos curriculares dos Ensinos Básico e Secundário)**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO****Decreto-Lei n.º 286/89****de 29 de Agosto**

A Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, estabelece o quadro de referência da reforma do sistema educativo, decorrendo a definição dos planos curriculares dos ensinos básico e secundário, prevista no artigo 59.º da mesma lei, dos objectivos educacionais nela consignados.

Tomando em consideração o conjunto das propostas apresentadas pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo e o contributo resultante do debate nacional que suscitaram, bem como o parecer que sobre elas produziu o Conselho Nacional de Educação, pelo presente diploma, o Governo procede à definição dos planos curriculares dos ensinos básico e secundário.

A estrutura curricular agora aprovada procura responder ao complexo de exigências que, tanto no plano nacional como no plano internacional, se colocam ao nosso sistema educativo: a construção de um projecto de sociedade que, preservando a identidade nacional, assuma o desafio da modernização resultante da integração de Portugal na Comunidade Europeia.

Neste sentido se decidem as opções que fundamentam a organização curricular dos ensinos básico e secundário: valoriza-se o ensino da língua portuguesa, como matriz de identidade e como suporte de aquisições múltiplas; é criada uma área de formação pessoal e social; procura-se imprimir ao currículo uma perspectiva interdisciplinar; define-se o conceito de avaliação numa óptica



formativa e favorecedora da confiança própria e reforçam-se as estruturas de apoio educativo com a intenção de equilibrar a diversidade de ritmos e capacidades; incentiva-se a iniciativa local mediante a disponibilização de margens de autonomia curricular na elaboração de projectos multidisciplinares e no estabelecimento de parcerias escola-instituições comunitárias.

Finalmente, organizam-se as várias componentes curriculares nas suas dimensões humanística, artística, científica, tecnológica, física e desportiva, visando a formação integral do educando e a sua capacitação tanto para a vida activa quanto para a prossecução dos estudos.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela alínea e) do artigo 59.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## CAPÍTULO I

### Princípios gerais

#### Artigo 1.º

##### Âmbito

O presente diploma estabelece os princípios gerais que ordenam a reestruturação curricular prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 59.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

#### Artigo 2.º

##### Conceitos gerais

1 — Para efeitos de enquadramento temporal do funcionamento dos ensinos básico e secundário, o conceito de ano escolar corresponde ao período compreendido entre os dias 1 de Setembro de cada ano e 31 de Agosto do ano seguinte, enquanto que o conceito de ano lectivo corresponde a um mínimo de 180 dias efectivos de actividades escolares.

2 — O ano lectivo organiza-se na base de um horário semanal distribuído equilibradamente pelos períodos da manhã e da tarde.

3 — O Ministro da Educação estabelecerá em despacho o programa de cumprimento progressivo do disposto nos números anteriores.

#### Artigo 3.º

##### Educação pré-escolar

1 — Deverá ser garantida a possibilidade a todos os pais que o requererem de inscrever os seus filhos num programa de educação pré-escolar, em instituições públicas ou privadas, pelo menos no ano anterior ao 1.º ano de escolaridade, com vista a promover o sucesso na educação escolar.

2 — Por iniciativa do Ministro da Educação será publicado em diploma apropriado um plano de expansão da oferta da educação pré-escolar, estabelecendo os prazos do cumprimento do estabelecido no número anterior, as condições da sua concretização, o âmbito de responsabilidade dos vários intervenientes, bem como os normativos gerais de carácter técnico-pedagógico.

## CAPÍTULO II

### Organização curricular

#### Artigo 4.º

##### Planos curriculares

1 — São aprovados os planos curriculares dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, que constam, respectivamente, dos mapas n.ºs 1, 2 e 3 anexos ao presente diploma.

2 — É aprovado o plano curricular do ensino secundário, que consta dos mapas n.ºs 4, 5, 6 e 7 anexos ao presente diploma.

#### Artigo 5.º

##### Línguas estrangeiras

1 — No 1.º ciclo do ensino básico podem as escolas, de acordo com os recursos disponíveis, proporcionar a iniciação de uma língua estrangeira, na sua realização oral e num contexto lúdico.

2 — No 2.º ciclo do ensino básico inicia-se a aprendizagem de uma língua estrangeira curricular.

3 — No 3.º ciclo do ensino básico, todas as escolas proporcionarão aos alunos a oportunidade da iniciação a uma segunda língua estrangeira curricular.

4 — No ensino secundário, é obrigatória a inscrição numa segunda língua estrangeira curricular quando, no ensino básico, tiver sido estudada apenas uma única língua estrangeira curricular.

#### Artigo 6.º

##### Área Escola

1 — Os planos curriculares dos ensinos básico e secundário compreendem uma área curricular não disciplinar com a duração anual de 95 a 110 horas, competindo à escola ou à área escolar decidir a respectiva distribuição, conteúdo e coordenação.

2 — São objectivos da área curricular não disciplinar a concretização dos saberes através de actividades e projectos multidisciplinares, a articulação entre a escola e o meio e a formação pessoal e social dos alunos.

3 — Numa primeira fase, a área referida no número anterior será organizada de acordo com a redução correspondente de horas lectivas das disciplinas envolvidas em cada projecto.

4 — Numa segunda fase e na medida do possível, a área curricular não disciplinar passará a dispor de créditos horários próprios, para além das horas lectivas das várias disciplinas.

5 — O Ministro da Educação estabelecerá em despacho o plano de concretização desta área, o qual incluirá a determinação de responsabilidades e iniciativa, bem como sugestões de metodologias e actividades.

#### Artigo 7.º

##### Formação pessoal e social

1 — Todas as componentes curriculares dos ensinos básico e secundário devem contribuir de forma sistemática para a formação pessoal e social dos educandos, favorecendo, de acordo com as várias fases de desenvolvimento, a aquisição do espírito crítico e a interiorização de valores espirituais, estéticos, morais e cívicos.

2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 4 do presente artigo, é criada, para todos os alunos dos ensinos básico e secundário, a disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social, onde se concretizam de modo especial as matérias enunciadas no n.º 2 do artigo 47.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

3 — No 3.º ciclo do ensino básico, a área Escola inclui obrigatoriamente um programa de educação cívica para a participação nas instituições democráticas, cujos conteúdos, depois de submetidos ao parecer do Conselho Nacional de Educação, serão aprovados por despacho do Ministro da Educação, devendo a avaliação do aluno nesta matéria ser considerada para a atribuição do diploma da escolaridade básica.

4 — Em alternativa à disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social, os alunos poderão optar pela disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica ou de outras confissões.

5 — É obrigatória a frequência de uma das disciplinas referidas no número anterior.

6 — O Ministro da Educação estabelecerá, em despacho, o conjunto de conteúdos programáticos referentes à disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social, bem como o modelo de formação dos docentes encarregados da sua leccionação.

7 — A disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social será proporcionada pelas escolas à medida que o sistema dispuser de docentes para tal habilitados.

#### Artigo 8.º

##### Actividades de complemento curricular

1 — Para além das actividades curriculares, os estabelecimentos de ensino organizarão actividades de complemento curricular, de carácter facultativo e natureza eminentemente lúdica e cultural, visando a utilização criativa e formativa dos tempos livres dos educandos.

2 — Entre as actividades mencionadas no número anterior integra-se o desporto escolar, o qual deve ser tornado gradualmente acessível a todos os alunos dos vários ciclos de ensino.

#### Artigo 9.º

##### Formações transdisciplinares

1 — Constituem formações transdisciplinares a formação pessoal e social, nos termos constantes do artigo 7.º, a valorização da dimensão humana do trabalho e o domínio da língua materna.

2 — A valorização da dimensão humana do trabalho constitui um objectivo dos ensinos básico e secundário que deve ser progressivamente concretizado através de todas as componentes curriculares, de acordo com o desenvolvimento e o nível etário dos alunos, levando-os à identificação dos seus interesses e aptidões e ao desenvolvimento de competências gerais de empregabilidade.

3 — Todas as componentes curriculares dos ensinos básico e secundário intervêm no ensino-aprendizagem da língua materna, devendo contribuir para o desenvolvimento das capacidades do aluno ao nível da compreensão e produção de enunciados orais e escritos em português.

#### Artigo 10.º

##### Avaliação

1 — O regime de avaliação dos alunos é organizado de forma a garantir o controlo da qualidade do ensino.

2 — O regime de avaliação dos alunos deve estimular o sucesso educativo de todos os alunos, favorecer a confiança própria e contemplar os vários ritmos de desenvolvimento e progressão.

3 — O sistema de avaliação dos ensinos básico e secundário será regulamentado em despacho do Ministro da Educação.

### CAPÍTULO III

#### Apoios e recursos educativos

#### Artigo 11.º

##### Apoio psicológico e orientação escolar e profissional

O acompanhamento do aluno, individual ou em grupo, ao longo do processo educativo, bem como o apoio no processo de escolha do seu projecto de vida, é garantido pelos serviços de psicologia e orientação escolar.

#### Artigo 12.º

##### Recursos educativos

1 — Para a realização da reforma curricular, as escolas devem dispor dos recursos educativos necessários, nomeadamente materiais de apoio escrito e audiovisual, bibliotecas, laboratórios, oficinas e meios informáticos, bem como de espaços e materiais para as actividades lúdicas, incluindo o desporto escolar.

2 — Os recursos educativos mencionados no número anterior devem estar distribuídos de tal forma que todos os alunos a eles tenham acesso periódico.

3 — Os recursos educativos concentram-se em centros de recursos, de forma a racionalizar a sua utilização pelas escolas.

4 — O Ministro da Educação promoverá a publicação dos normativos que definam o processo de distribuição dos recursos educativos, os padrões mínimos de qualidade e quantidade, os prazos e os programas de aquisição.

### CAPÍTULO IV

#### Organização dos grupos de docência

#### Artigo 13.º

##### Reestruturação dos grupos de docência

1 — Em acordo com os princípios definidos na Lei de Bases do Sistema Educativo e com as necessidades decorrentes dos novos planos curriculares, o Ministro da Educação definirá por despacho os grupos e respectivas qualificações para a docência nos ensinos básico e secundário.

2 — Os cursos específicos de formação inicial de professores dos ensinos básico e secundário devem ser organizados de acordo com as qualificações definidas

para a docência nos termos do número anterior e em conformidade com o artigo 31.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

3 — O regime de transição para os novos quadros de docência constará de disposições regulamentares a publicar pelo Ministro da Educação.

4 — Embora não podendo os professores em exercício ser afectados nos direitos adquiridos, as novas necessidades do sistema determinam a sua participação em acções de formação contínua que visem não só o complemento, aprofundamento e actualização de conhecimentos e de competências profissionais, como também operações de mobilidade e de reconversão profissional.

## CAPÍTULO V

### Aplicação experimental dos planos curriculares

#### Artigo 14.º

##### Desenvolvimento da experiência

1 — A aplicação dos planos curriculares referidos no artigo anterior é feita em regime de experiência pedagógica, cujo processo de desenvolvimento obedecerá aos limites temporais e demais condições organizativas a estabelecer em portaria do Ministro da Educação.

2 — A experiência referida no número anterior:

- a) Iniciar-se-á pelo 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico, no ano lectivo de 1989-1990, e desenvolver-se-á, gradativamente, pelos anos seguintes, de acordo com programação que procurará compatibilizar as exigências pedagógicas com a disponibilidade de recursos, no sentido da sua eficácia educativa;
- b) Desenvolver-se-á de acordo com uma rede escolar de amostragem, a qual se fundamentará em critérios que traduzam a realidade escolar existente e abrangerá estabelecimentos do ensino oficial e do ensino particular e cooperativo, no continente e nas regiões autónomas, mesmo que não dependentes do Ministério da Educação.

3 — Para efeitos de execução e aplicação experimental dos planos curriculares a que se refere o presente

diploma, serão aprovados, por despacho do Ministro da Educação, os respectivos conteúdos programáticos, os quais vigorarão pelo período em que decorrer a experiência.

4 — Para o acompanhamento da experiência, poderá o Ministro da Educação criar por portaria um conselho de acompanhamento da reforma curricular, constituído por representantes dos vários parceiros sociais e profissionais com interesse na qualidade e conteúdo dos currículos.

## CAPÍTULO VI

### Disposições finais

#### Artigo 15.º

##### Encargos

Os encargos resultantes da execução do presente diploma serão suportados por verbas inscritas ou a inscrever no orçamento do Instituto de Inovação Educacional expressamente destinadas ao desenvolvimento da reforma educativa.

#### Artigo 16.º

O disposto no n.º 5 do artigo 7.º é aplicável à medida que se efective o preceituado no n.º 7 da mesma disposição legal.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 1 de Junho de 1989. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Roberto Artur da Luz Carneiro*.

Promulgado em 5 de Agosto de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 9 de Agosto de 1989.

Pelo Primeiro-Ministro, *Eurico Silva Teixeira de Melo*,  
Vice-Primeiro-Ministro.

## MAPA N.º 1

### Plano curricular do 1.º ciclo do ensino básico (a)

#### Expressão e Educação:

Físico-Motora.  
Musical.  
Dramática.  
Plástica.

#### Estudo do Meio.

Língua Portuguesa.

Matemática.

Desenvolvimento Pessoal e Social ou Educação Moral e Religiosa Católica (ou de outras confissões).

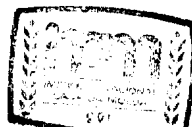
Área — Escola (b).

Actividades de complemento curricular (c).

(a) A carga curricular mínima semanal deste ciclo é de 25 horas.

(b) A organizar e gerir pelas escolas ou área escolar, nos termos do artigo 6.º

(c) Actividades facultativas nos termos do artigo 8.º



## MAPA N.º 2

## Plano curricular do 2.º ciclo do ensino básico

Áreas pluridisciplinares	Disciplinas	Horário semanal	
		5.º ano	6.º ano
Línguas e Estudos Sociais (doze horas) .....	Língua Portuguesa .....	5	5
	História e Geografia de Portugal .....	3	3
	Língua Estrangeira .....	4	4
Ciências Exactas e da Natureza (sete horas) .....	Matemática .....	4	4
	Ciências da Natureza .....	3	3
Educação Artística e Tecnológica (oito horas) .....	Educação Visual e Tecnológica (a) .....	5	5
	Educação Musical .....	(b) 3 (2)	(b) 3 (2)
Educação Física .....	Educação Física .....	3	3
Formação Pessoal e Social .....	Desenvolvimento Pessoal e Social ou Educação Moral e Religiosa Católica (ou de outras confissões).	1	1

Área — Escola (c).

Actividades de complemento curricular (d).

(a) Turmas desdobradas.

(b) De acordo com os recursos humanos e infra-estruturas das escolas.

(c) A organizar e gerir pelas escolas, nos termos do artigo 6.º

(d) Actividades facultativas, nos termos do artigo 8.º

## MAPA N.º 3

## Plano curricular do 3.º ciclo do ensino básico

Disciplinas ou áreas	Horário semanal		
	7.º ano	8.º ano	9.º ano
Língua Portuguesa .....	4	4	4
Língua Estrangeira I (a) .....	3	3	3
Ciências Humanas e Sociais:			
História .....	3	3	3
Geografia .....	3	—	4
Matemática .....	4	4	4
Ciências Físicas e Naturais:			
Físico-Químicas .....	—	4	3
Ciências Naturais .....	4	3	—
Educação Visual .....	3	3	3
Educação Física .....	(b) 3 (2)	(b) 3 (2)	(b) 3 (2)
Desenvolvimento Pessoal e Social ou Educação Moral e Religiosa Católica (ou de outras confissões)	1	1	1
Área opcional (c):			
Língua Estrangeira II .....	3	3	3
Ou Educação Musical .....	(b) 3 (2)	(b) 3 (2)	(b) 3 (2)
Ou Educação Tecnológica .....	3	3	3

Área — Escola (d).

Actividades de complemento curricular (e).

(a) Continuação da Língua Estrangeira iniciada no 2.º ciclo.

(b) De acordo com as infra-estruturas das escolas.

(c) A organizar de acordo com os recursos das escolas, excepto Língua Estrangeira II, que será de oferta obrigatória.

(d) A organizar e gerir pelas escolas, nos termos do artigo 6.º

(e) Actividades facultativas, nos termos do artigo 8.º

## MAPA N.º 4

## Estrutura global do ensino secundário (distribuição horária)

	Cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos			Cursos predominantemente orientados para o ingresso na vida activa		
	10.º ano	11.º ano	12.º ano	10.º ano	11.º ano	12.º ano
	12/13 12/13 6	12/13 12/13 6	7/6 15/18 6	12/13 12/13 10	12/13 (a) 8 10	7/6 (a) 6 18
Formação geral .....						
Formação específica .....						
Formação técnica .....						

Área — Escola (b).

Actividades de complemento curricular (c).

(a) Número normal de horas, podendo ser reforçado ou reduzido de acordo com o horário lectivo das disciplinas escolhidas ou com o número destas, no caso de disciplinas vocacionais — por exemplo, Música.

(b) A organizar e gerir pelas escolas, nos termos do artigo 6.º

(c) Actividades facultativas, nos termos do artigo 8.º

## MAPA N.º 5

## Componente de formação geral

Disciplinas	Horário semanal		
	10.º ano	11.º ano	12.º ano
Português (a) .....	3	3	3
Introdução à Filosofia .....	3	3	—
Língua Estrangeira I ou II .....	3	3	—
Educação Física .....	(b) 3 (2)	(b) 3 (2)	(b) 3 (2)
Desenvolvimento Pessoal e Social ou Educação Moral e Religiosa Católica (ou de outras confissões)	1	1	1

(a) Nesta disciplina deve atender-se ao disposto no n.º 3 do artigo 10.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

(b) De acordo com as possibilidades da escola.

## MAPA N.º 6

## Componente de formação específica

Disciplinas (a)	Horário semanal		
	10.º ano (b)	11.º ano (b)	12.º ano (c)
Matemática .....	4	4	4
Filosofia .....	—	—	4
Métodos Quantitativos .....	(d) 3	(d) 3	(d) 3
Introdução aos Computadores e à Informática .....	4	4	4
Ciências Físico-Químicas .....	4	4	—
Física .....	—	—	5
Química .....	—	—	5
Ciências da Terra e da Vida .....	4	4	—
Geologia .....	—	—	5
Biologia .....	—	—	5
História .....	4	4	4
Geografia .....	4	4	—
Introdução à Economia .....	4	4	—
Introdução ao Desenvolvimento Económico e Social .....	—	—	4
Sociologia .....	—	—	3
Psicologia .....	—	—	3
Introdução ao Direito .....	—	—	3
Latim .....	4	4	4
Grego .....	4	4	4
Língua Estrangeira I ou II (cont.) .....	—	—	3
Língua Estrangeira (nível inicial ou de cont.) (e) .....	4	4	4
Estudos Literários .....	3	3	3
História da Arte .....	4	4	4
Desenho e Geometria Descritiva (Arquitectura) .....	4	4	4
Desenho e Geometria Descritiva (Engenharia) .....	—	—	3
Teoria do Design .....	—	—	3
Introdução ao Estudo dos Materiais .....	3	3	3
Formação Musical (f) .....	3	3	3
Análise e Técnica de Composição (f) .....	3	3	3
História da Música (f) .....	3	3	3
Acústica Musical (f) .....	—	—	3

(a) A lista de disciplinas e a sua ordem têm carácter indicativo dentro dos parâmetros estabelecidos no n.º 5 do artigo 47.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

(b) Três disciplinas à escolha (quatro no ensino vocacional da música).

(c) Três a cinco disciplinas à escolha.

(d) Disciplina de um ano de frequência obrigatória num dos anos, excepto para os alunos com Matemática no seu currículo.

(e) De frequência obrigatória, quando no ensino básico tiver sido estudada apenas uma língua estrangeira.

(f) A frequência destas disciplinas exige a frequência da disciplina opcional de Educação Musical no 3.º ciclo do ensino básico ou a realização de estudos e práticas devidamente certificadas.

#### MAPA N.º 7

##### Componente de formação técnica (a)

##### Cursos (> 1000 horas totais):

Aplicação de Informática.  
Artes Gráficas.  
Burotécnica.  
Contabilidade.  
Design Industrial.  
Documentalismo.  
Electricidade Industrial.  
Electromecânica.  
Electrónica.

Mecânica.  
Relações Públicas.  
Secretariado.  
Técnicas de Agro-Pecuária.  
Técnicas Comerciais.  
Técnicas de Laboratório.  
Técnicas de Fabricação Têxtil.  
Técnicas de Cerâmica e Vidro.  
Tradução e Interpretação.

##### Disciplinas individuais:

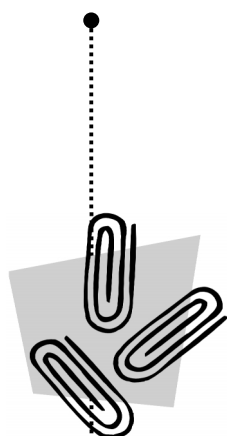
Dactilografia e Processamento de Texto.  
Desenho Técnico.  
Electrónica.

Informática.  
Língua: Francês, Inglês, Alemão (sentido técnico e comercial).  
Noções de Comércio.

(a) A formação técnica poderá consistir (i) na frequência de um curso estruturado num domínio específico de actividade ou (ii) na frequência de disciplinas de índole técnica em domínios restritos de actividade. Em qualquer caso, a formação ministrada deverá visar essencialmente a obtenção de valências e capacidades que permitam a futura inserção num conjunto alargado de sectores e actividades profissionais.

A lista de cursos e disciplinas apresentada neste quadro tem um carácter indicativo (v. n.º 5 do artigo 47.º da LBSE) e deve ser entendida como uma base sobre a qual as escolas deverão trabalhar a fim de prepararem as suas propostas de formação técnica a incluir nos currículos.

# Anexo 3.04



## **Avaliação dos alunos do Ensino Básico,**

**de acordo com os princípios da reforma curricular de 1989,  
Decreto-Lei n.º 286/89 (Despacho n.º 162/ME/91, de 23 de Outubro;  
Despacho Normativo n.º 98-A/92, de 26 de Junho;  
Parecer n.º 02/92 do Conselho Nacional da Educação, de 06 de Novembro;  
Despacho Normativo n.º 644-A/94, de 15 de Setembro)**



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Gabinete do Ministro

**Desp. 162/ME/91.** — A Lei 46/86, de 14-10, Lei de Bases do Sistema Educativo, consagra princípios orientadores que determinam o modelo de avaliação a adoptar para o ensino básico, nomeadamente quando define o ensino básico como universal e obrigatório e quando garante o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.

Em coerência com os princípios enunciados, no seu art. 7.º, define como primeiro objectivo do ensino básico «assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses que lhes garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória e espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilização estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social».

De acordo com os objectivos enunciados no seu art. 9.º, consagra ainda a Lei de Bases do Sistema Educativo que o ensino secundário deve «assegurar o desenvolvimento do raciocínio, da reflexão e da curiosidade científica e o aprofundamento dos elementos de uma cultura humanística, artística, científica e técnica que constituem suporte cognitivo e metodológico apropriado para o eventual prosseguimento de estudos e para a inserção na vida activa».

Em conformidade com a mesma lei, o Dec.-Lei 286/89, que estabelece os planos curriculares dos ensinos básico e secundário, atribui ao sistema de avaliação as funções de «estimular o sucesso educativo de todos os alunos, favorecer a confiança própria e contemplar os vários ritmos de desenvolvimento e progressão» e de «garantir o controlo da qualidade do ensino».

A progressiva generalização da reforma curricular requer, pois, a definição de um novo sistema de avaliação dos alunos, condizente com os princípios consagrados pela Lei de Bases e com as práticas educativas que lhes são consequentes.

Assim, ao abrigo dos arts. 7.º e 9.º da Lei 46/89, de 14-10, e do art. 10.º do Dec.-Lei 286/89, de 29-8, determino:

1 — É aprovado o sistema de avaliação dos alunos, publicado em anexo a este despacho e que dele faz parte integrante.

2 — O novo sistema de avaliação dos alunos será aplicado, em cada ano de escolaridade, no ano lectivo em que são generalizados os novos programas.

3 — O Instituto de Inovação Educacional, em acordo com as atribuições que lhe são cometidas, deverá desenvolver os estudos convenientes para o aperfeiçoamento do sistema e propor, se tal se mostrar necessário, as modificações consequentes. Deverá nomeadamente:

Identificar problemas decorrentes da aplicação do novo sistema; Estudar, recolher e produzir materiais sobre a avaliação dos alunos, de modo a constituir documentação de apoio aos professores dos ensinos básico e secundário;

Prosseguir o trabalho de concepção e de produção de instrumentos de avaliação;

Desenvolver os estudos necessários à preparação dos instrumentos de avaliação aferida dos 9.º e 12.º anos de escolaridade, para aplicação no final do ano lectivo de 1994-1995.

9-9-91. — O Ministro da Educação, *Roberto Artur da Luz Carneiro*.

## CAPÍTULO I

### Processo de avaliação

#### I

#### Funções da avaliação

1.1 — A avaliação dos alunos nos ensinos básico e secundário constitui o processo integrador da prática educativa que permite a reco-



lha de informações e a formação das decisões adaptadas às necessidades e capacidades do aluno.

1.2 — Enquanto elemento regulador da prática educativa, a avaliação tem carácter sistemático e contínuo, permitindo:

- a) Determinar as diversas componentes do processo de ensino aprendizagem, nomeadamente a selecção dos métodos e recursos educativos, as adaptações curriculares e as respostas às necessidades educativas especiais dos alunos;
- b) Orientar a intervenção do professor na sua relação com os alunos, com os outros professores e com os encarregados de educação;
- c) Melhorar a qualidade do sistema educativo através da introdução de alterações curriculares ou processuais que se afigurem necessárias.

## 2

#### As modalidades da avaliação

2.1 — No ensino básico e secundário distinguem-se as modalidades de avaliação seguintes, as quais se devem harmonizar na contribuição para o autêntico sucesso educativo dos alunos e qualidade do sistema educativo:

- a) Avaliação formativa;
- b) Avaliação sumativa;
- c) Avaliação aferida;
- d) Avaliação especializada.

## 3

#### Avaliação formativa

3.1 — A avaliação formativa, principal modalidade de avaliação na estrutura curricular do ensino básico e secundário, é da responsabilidade do professor e consiste na avaliação destinada a informar o aluno, o seu encarregado de educação e o professor do estado de cumprimento dos objectivos programáticos do currículo, a fim de se estabelecerem metas intermédias, de se corrigirem erros ou desvios, de se escolherem novos métodos, de se procurarem recursos alternativos ou de se confirmar o percurso realizado.

3.2 — A avaliação formativa tem carácter sistemático, positivo e contínuo, baseando-se o professor na recolha de dados relativos aos vários domínios de aprendizagem que evidenciam os conhecimentos e competências que o aluno foi adquirindo, as capacidades e atitudes que foi desenvolvendo, bem como as destrezas que foi dominando.

3.3 — A avaliação formativa permite seguir a evolução do aluno, em relação ao início de cada unidade, ano ou ciclo de ensino, julgar o grau de cumprimento dos objectivos de aprendizagem propostos, favorecendo a confiança própria e estimulando a prossecução do sucesso educativo.

3.4 — A avaliação formativa, traduzindo-se normalmente de forma descritiva e qualitativa, pode, em momentos determinados, exprimir-se num índice quantitativo, designadamente no termo de cada período e final de ano lectivo.

## 4

#### Avaliação sumativa

4.1 — A avaliação sumativa é da responsabilidade da escola e consiste na avaliação que, ao integrar todos os aspectos de progresso ou não progresso dos alunos, evidenciados pela avaliação formativa, termina com uma decisão de impacto na colocação do aluno em classes com níveis apropriados, no regime de progressão ou na obtenção de diplomas ou certificados.

4.2 — A avaliação sumativa dá-se apenas em certos momentos do percurso escolar e é regida de modo especial por critérios de objectividade, com vista a garantir o controlo de qualidade do sucesso atingido.

## 5

#### Avaliação aferida

5.1 — A avaliação aferida destina-se a medir o grau de cumprimento dos objectivos curriculares, utilizando instrumentos aferidos ao conjunto de alunos do mesmo nível de ensino, visando o controlo da qualidade do sistema educativo e a confiança social nos diplomas escolares, através de validação externa.

5.2 — A avaliação aferida á utilizada no momento em que:

- a) Se julga que a obtenção de diplomas se deve reger por padrões comuns no domínio dos saberes e aptidões;
- b) Se entende avaliar o sistema educativo;
- c) Se pretende avaliar os resultados curriculares ou processuais do sistema de ensino, a nível nacional, regional ou local.

## 6

#### Avaliação especializada

6.1 — A avaliação especializada consiste na avaliação efectuada por serviços de orientação e psicologia educativa para aqueles casos em que uma programação individualizada pode contribuir para o sucesso escolar dos alunos.

6.2 — A avaliação especializada só pode ser requerida pelo conselho pedagógico mediante proposta do professor interveniente, no primeiro ciclo, ou do conselho de turma, nos outros ciclos do ensino básico ou do ensino secundário.

6.3 — No processo de avaliação especializada estão presentes os professores intervenientes, sendo os encarregados de educação previamente ouvidos pelos serviços de orientação e psicologia educativa e pelo director de turma.

6.4 — A programação individualizada e o correspondente itinerário de formação recomendados no termo desta modalidade de avaliação serão feitos com o conhecimento e acordo prévio dos encarregados de educação.

## CAPÍTULO II

### O regime de transição e progressão

## 7

#### Articulação das modalidades de avaliação

7.1 — As diferentes modalidades de avaliação articulam-se ao longo dos vários anos e ciclos ou níveis de ensino, respeitando os diversos ritmos de desenvolvimento pessoal dos alunos, a sua capacidade de recuperação e as necessidades de controlo do sistema educativo.

7.2 — A avaliação formativa realiza-se de forma continuada ao longo de toda a escolaridade, visando a verificação da qualidade do percurso escolar do aluno, a necessidade de aplicação de medidas de compensação ou de adaptação curricular, sempre que sejam detectadas dificuldades ou desajustes no processo de ensino aprendizagem.

7.3 — A avaliação sumativa tem lugar normalmente no final de cada ciclo e confronta o desenvolvimento global do aluno com os objectivos terminais desse ciclo, a partir da análise integrada dos resultados evidenciados pela avaliação formativa.

7.4 — Sem prejuízo do estipulado no n.º 7.3, pode o conselho de turma, em qualquer das suas reuniões ordinárias, decidir proceder à avaliação sumativa extraordinária daqueles alunos cuja avaliação formativa indicou que a distância em relação aos objectivos curriculares é tal que pode ser do seu interesse a colocação noutra nível, a retenção no mesmo ano ou a recomendação para outro regime de estudos.

7.5 — O resultado da avaliação sumativa pode incluir a decisão de colocar o aluno em classes com níveis mais adaptados ou a decisão de reter o aluno no mesmo ano, quando se verificar que as medidas de compensação utilizadas não foram suficientes para o cumprimento dos objectivos curriculares mínimos para o ciclo.

7.6 — A avaliação sumativa em caso algum poderá fazer-se antes do final do 2.º ano de escolaridade.

7.7 — A avaliação aferida para efeito de progressão escolar tem lugar apenas no final do ensino básico e no final do ensino secundário.

7.8 — O instrumento utilizado para a avaliação aferida mencionada no número anterior é um teste ou bateria de testes que mede com validade e fidedignidade o cumprimento de objectivos curriculares do ensino básico e do ensino secundário, devendo o resultado ser aferido e dado numa escala graduada que permita uma variedade de utilizações.

## 8

#### Periodicidade, informação e notação da avaliação formativa

8.1 — Todos os professores fazem uma avaliação formativa contínua ao longo do ano.

8.2 — Para efeitos de avaliação formativa, no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, o conselho de turma reúne regularmente, presidido pelo respectivo director de turma, no fim de cada um dos períodos lectivos, de acordo com o calendário escolar aprovado.

8.3 — Fazem parte do conselho de turma reunido para avaliação formativa todos os professores de turma.

8.4 — A cada escola caberá decidir da oportunidade de reuniões intercalares.

8.5 — O sistema de avaliação formativa compreende dispositivos de informação ao aluno e ao seu encarregado de educação, bem como procedimentos de notação do aproveitamento escolar, da responsabilidade do professor, no 1.º ciclo, ou do conselho de turma, nos restantes ciclos no ensino básico e secundário.

8.6 — A notação da avaliação formativa deve obedecer aos seguintes princípios:

- No 1.º ciclo do ensino básico os resultados da avaliação formativa são expressos de forma descritiva;
- Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário a avaliação formativa assume um carácter descritivo e quantitativo e expressa-se numa escala de 0 a 20.

## 9

## Notação da avaliação sumativa

9.1 — A avaliação sumativa é expressa nos juízos *Aprovado* ou *Não aprovado*.

9.2 — O juízo *Aprovado* será acompanhado pelas seguintes menções qualitativas e das correspondentes médias por área disciplinar ou disciplina, nos casos, respectivamente, do 2.º ciclo e do 3.º ciclo do ensino básico:

- Aprovado com aproveitamento desigual*, quando a média ponderada de todas as disciplinas anuais é superior a 10, havendo, no entanto, disciplinas com classificação inferior a 10;
- Aprovado com aproveitamento regular*, quando a média ponderada de todas as disciplinas anuais se situa entre 10 e 13, sem disciplinas com classificações inferiores a 10, ou quando a média é superior a 13, mas com disciplinas com classificações inferiores a 12;
- Aprovado com bom aproveitamento* quando a média ponderada de todas as disciplinas anuais se situa entre 14 e 16, sem disciplinas com classificações inferiores a 12, ou quando a média é superior a 16, mas com disciplinas com classificações inferiores a 14;
- Aprovado com excelente aproveitamento*, quando a média ponderada de todas as disciplinas se situa entre 17 e 20, sem disciplinas com classificação inferior a 14.

## 10

## Avaliação sumativa extraordinária

10.1 — Quando o professor, no 1.º ciclo do ensino básico, ou o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico ou no ensino secundário, decidem proceder à avaliação sumativa de um determinado aluno fora do final de cada ciclo ou nível de ensino, devem informar esse aluno e os seus encarregados de educação, pelo menos com um trimestre de antecedência.

10.2 — A avaliação sumativa extraordinária referida no número anterior será feita no final do ano lectivo, tendo então os efeitos e seguindo as normas da avaliação sumativa ordinária.

## 11

## Medidas de compensação

11.1 — Nos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, com base nos resultados da avaliação formativa, as escolas organizam medidas de compensação educativa sempre que sejam detectadas dificuldades de aprendizagem que comprometam o cumprimento dos objectivos curriculares do respectivo ciclo.

11.2 — As medidas de compensação referidas no número anterior podem constituir um programa específico elaborado pelo professor da classe, no 1.º ciclo, da área disciplinar, no 2.º ciclo, e de disciplina, no 3.º ciclo;

11.3 — As medidas de compensação podem também consistir num programa de tutoria, feito com a participação do professor de apoio, em íntima articulação com os professores regulares, ou em programas alternativos aprovados pelo conselho pedagógico.

11.4 — Os professores responsáveis pela aplicação de medidas de compensação deverão apresentar, no final de cada trimestre, ao órgão de gestão da escola relatório descrito do aproveitamento de cada aluno, bem como parecer sobre a conveniência de continuação ou suspensão das medidas aplicadas.

11.5 — No ensino secundário podem ser organizadas medidas de compensação para os alunos que, por razões imputáveis à escola, se encontrem claramente impossibilitados do cumprimento dos objectivos curriculares.

## 12

## Níveis diferentes

12.1 — No 3.º ciclo do ensino básico os alunos com aproveitamento desigual podem ser colocados em classes com diferentes níveis de exigência, podendo o aluno frequentar em cada ano um máximo de três disciplinas a nível introdutório e as restantes a nível geral.

12.2 — A colocação nos níveis introdutórios deve ser decisão da avaliação sumativa, devendo sempre ser revista ao longo da avaliação formativa.

## 13

## Retenção

13.1 — A decisão da retenção tem sempre carácter excepcional, depois de se ter esgotado o recurso a medidas de compensação educativa e o benefício de colocação em níveis introdutórios de exigência, devendo, portanto, revestir-se de especial cuidado para garantir a sua necessidade, utilidade e justiça.

13.2 — Pertence ao professor, no 1.º ciclo, ou ao conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário, decidir da retenção do aluno no termo da avaliação sumativa, de acordo com o n.º 7.5.

13.3 — Considera-se que o aluno é passível de retenção quando, de acordo com o n.º 1 deste n.º 13, no 1.º ciclo, a avaliação sumativa indicar grande atraso do rendimento escolar em relação aos objectivos propostos.

13.4 — Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico considera-se que um aluno é passível de retenção quando, de acordo com este n.º 13.1, o aluno obtenha uma média ponderada inferior a 10 valores, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Média ponderada} = \frac{\frac{\text{Nota } h}{A \times A} + \frac{\text{Nota } h}{B \times B} + \dots + \frac{\text{Nota } h}{N \times N}}{\frac{h}{A} + \frac{h}{B} + \dots + \frac{h}{N}}$$

sendo:

A, B, ..., N = disciplinas;

h = número de horas por disciplina.

13.5 — No ensino secundário a retenção faz-se em relação a cada uma das disciplinas quando o aluno não obtiver classificação igual ou superior a 10.

13.6 — Nos três ciclos do ensino básico e no ensino secundário todos os professores se devem pronunciar quanto à competência evidenciada pelos alunos no domínio da língua materna no âmbito da sua disciplina, nomeadamente quanto à capacidade de comunicação, quer oral quer escrita.

13.7 — O estipulado no número anterior deve ter sido atentamente ponderado sempre que se decidir pela retenção do aluno.

## 14

## Retenção repetida

14.1 — Quando, no termo de uma avaliação sumativa, se decide que um aluno que já foi retido em qualquer ano de escolaridade não possui as condições necessárias para a progressão normal, deve o aluno ser sujeito a uma avaliação interdisciplinar no âmbito dos serviços de orientação e psicologia educacional, com a colaboração de todos os professores intervenientes no processo.

14.2 — Os encarregados de educação devem participar activamente no processo de avaliação, podendo recorrer ao director regional de educação em caso de não concordância com a decisão.

14.3 — A proposta decorrente desta avaliação está sujeita a ratificação pelo conselho pedagógico com base em relatório que inclua:

- O processo individual do aluno, de que constem elementos sobre a avaliação formativa nos anos anteriores, bem como o registo de avaliação formativa do ano em curso;
- Relatório contendo os pareceres mencionados no n.º 13.6;
- A referência das medidas de compensação que foram sendo aplicadas;
- O relato dos contactos estabelecidos com os encarregados de educação que integre o seu parecer sobre a proposta de permanência do aluno no mesmo ano;
- O parecer dos serviços de psicologia e orientação, nos casos em que a escola disponha do seu apoio.

14.4 — O órgão de administração e gestão coordenará a execução das recomendações feitas pela avaliação.

## 15

## Certificado e diploma

15.1 — No final do 3.º ciclo do ensino básico serão atribuídos certificados de frequência ou diplomas pelo órgão de gestão da escola, nos termos dos números seguintes.

15.2 — Ao aluno do ensino público e do ensino particular e cooperativo com paralelismo pedagógico que obtiver aprovação na avaliação sumativa da escola e, cumulativamente, obtiver média positiva, nos termos do n.º 15.9, será atribuído o diploma do ensino básico.

15.3 — O aluno do ensino público e do ensino particular e cooperativo com paralelismo pedagógico que não obtiver aprovação na avaliação sumativa da escola poderá autopropor-se à prova aferida no final do 3.º ciclo do ensino básico e, sendo aprovado, ser-lhe-á atribuído o diploma do ensino básico com a classificação obtida na prova aferida.

15.4 — O aluno que tenha frequentado o 9.º ano de escolaridade com assiduidade e que não queira submeter-se à avaliação sumativa do 3.º ciclo ou que, submetendo-se, não fique aprovado pode requerer um certificado de frequência do ensino básico.

15.5 — O certificado de frequência do ensino básico pode ainda ser atribuído mediante requerimento do aluno ou do seu encarregado de educação quando aquele tiver atingido a idade limite da escolaridade obrigatória e tiver frequentado a escola com assiduidade.

15.6 — O certificado de frequência do ensino básico é, para todos os efeitos legais, equivalente ao diploma do ensino básico, com excepção da faculdade de prosseguimento de estudos.

15.7 — Do certificado de frequência do ensino básico não constará qualquer menção sobre resultados de avaliação.

15.8 — O diploma do ensino básico conterá a classificação final, expressa na escala de 0 a 20.

15.9 — A classificação acima mencionada é calculada através da média aritmética, ponderada, arredondada ao inteiro mais próximo, tendo o resultado da avaliação aferida peso 1 e a média das classificações da avaliação formativa, calculada nos termos do n.º 13.4, peso 2.

15.10 — O certificado de frequência do ensino secundário será atribuído aos alunos que tenham obtido na avaliação sumativa classificação igual ou superior a 10 em cada uma das disciplinas do seu plano curricular.

15.11 — Ao aluno que obtiver aprovação na avaliação sumativa em cada uma das disciplinas do plano curricular, bem como na avaliação aferida no final do 12.º ano, será atribuído o diploma do ensino secundário.

15.12 — Para os alunos dos estabelecimentos de ensino secundário público e do ensino secundário particular ou cooperativo com paralelismo pedagógico a classificação final de cada disciplina resulta da média aritmética simples, arredondada às décimas, entre a classificação final de frequência e a classificação obtida na avaliação aferida da mesma disciplina.

15.13 — Para os alunos que na frequência obtiverem classificação inferior a 10 e para os candidatos autopropostos à prova aferida a classificação final de cada disciplina será a que resulta da prova de aferição respectiva.

15.14 — O diploma do ensino secundário discriminará os resultados obtidos em cada disciplina, referindo a classificação sumativa final de frequência e a classificação obtida na prova de aferição.

15.15 — O certificado de frequência e o diploma do ensino básico não serão concedidos aos alunos que ultrapassem em faltas o equivalente ao número de aulas semanais multiplicadas por três, exceptuando-se as que contam para fins estatísticos.

15.16 — Os alunos do ensino secundário serão excluídos da frequência de cada disciplina ao ultrapassarem em número de faltas o número de aulas semanais multiplicadas por três nessa disciplina.

#### 16

##### Disposições finais e transitórias

Para efeitos de cumprimento do presente sistema de avaliação:

- a) No 1.º ciclo do ensino básico as funções atribuídas ao conselho pedagógico são desempenhadas pelo conselho escolar;
- b) No 1.º ciclo do ensino básico as funções atribuídas ao órgão de administração e gestão são desempenhadas pelo director;
- c) Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, bem como no ensino secundário, as funções atribuídas ao órgão de administração e gestão são desempenhadas pelo presidente do conselho directivo ou pelo director executivo.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Despacho Normativo n.º 98-A/92

A avaliação dos alunos do ensino básico é uma exigência decorrente dos princípios e objectivos definidos para este nível de ensino no artigo 7.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo, permitindo aferir, a cada momento, do estágio de realização dos mesmos.

Entre aqueles princípios e objectivos sobressaem, para efeitos do modelo de avaliação a adoptar, o da universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino básico, bem como o dever de assegurar uma formação geral, comum a todos os portugueses, e de criar condições de promoção e sucesso escolar a todos os alunos.

Idênticos princípios obtiveram consagração no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto, resultando daí a necessidade de compatibilizar o sistema de avaliação com a organização curricular constante daquele diploma.

Nestes termos, ao abrigo do artigo 7.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, e do n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto:

Determina-se o seguinte:

1 — É aprovado o sistema de avaliação dos alunos do ensino básico, publicado em anexo a este despacho e que dele faz parte integrante.

2 — O novo sistema de avaliação será aplicado, em cada ano de escolaridade, no ano lectivo em que são generalizados os novos programas.

3 — Ao Instituto de Inovação Educacional, no âmbito das atribuições que lhe estão legalmente cometidas, cabe:

- Conceber e produzir instrumentos de avaliação dos alunos;
- Estudar, recolher e produzir materiais sobre a avaliação dos alunos;
- Acompanhar e avaliar a aplicação do novo sistema de avaliação dos alunos;
- Desenvolver os estudos necessários à preparação dos instrumentos da avaliação prevista no n.º 43 do anexo ao presente despacho;
- Integrar nos estudos e propostas de desenvolvimento curricular metodologias de avaliação, tendo em vista o reforço do processo de aprendizagem.

4 — É revogado o Despacho n.º 162/ME/91, de 9 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 244, de 23 de Outubro de 1991.

Ministério da Educação, 19 de Junho de 1992. — O Ministro da Educação, *António Fernando Couto dos Santos*.

#### ANEXO

#### Sistema de avaliação dos alunos do ensino básico

### CAPÍTULO I

#### Processo de avaliação

##### Objecto de avaliação

1 — A avaliação dos alunos do ensino básico incide sobre o cumprimento dos objectivos gerais de cada um dos ciclos e dos objectivos específicos de cada disciplina ou área disciplinar.

2 — A avaliação deve considerar os processos de aprendizagem, o contexto em que a mesma se desenvolve e as funções de estímulo, socialização e instrução próprias do ensino básico.

3 — Nos três ciclos do ensino básico todos os professores devem, no âmbito da sua disciplina e no quadro da avaliação formativa, pronunciar-se quanto à competência evidenciada pelos alunos em relação ao domínio da língua portuguesa, nomeadamente quanto ao desenvolvimento da sua capacidade de comunicação oral e escrita.

4 — O Ministério da Educação, tendo em conta as finalidades do ensino básico e de cada ciclo de estudos, definirá, a nível nacional, os objectivos curriculares mínimos do ensino básico e de cada um dos seus ciclos.

5 — Na sequência da definição prevista no número anterior, compete ao conselho pedagógico, sob proposta dos grupos disciplinares ou departamentos curriculares, definir os objectivos mínimos de cada disciplina, área disciplinar e área escolar, tendo em conta as especificidades da comunidade educativa.

6 — À medida que o modelo de administração, direcção e gestão definido no Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de Maio, for implementado, a definição referida no número anterior será objecto de ratificação pelo conselho de escola ou de área escolar.

#### Finalidades da avaliação

7 — A avaliação dos alunos no ensino básico é um elemento essencial para uma prática educativa integrada, permitindo a recolha de informações e a tomada de decisões adequadas às necessidades e capacidades do aluno.

8 — Enquanto elemento regulador da prática educativa, a avaliação tem carácter sistemático e contínuo, permitindo:

- Determinar as diversas componentes do processo de ensino e de aprendizagem, nomeadamente a selecção dos métodos e recursos educativos, as adaptações curriculares e as respostas às necessidades educativas especiais dos alunos;
- Orientar a intervenção do professor na sua relação com os alunos, com os outros professores e com os encarregados de educação;
- Auxiliar os alunos a formular, ou reformular, decisões que possam influir, positivamente, na promoção e consolidação do seu próprio processo educativo;
- Melhorar a qualidade do sistema educativo, através da introdução de alterações curriculares ou de procedimentos que se afigurem necessários.

#### Intervenientes

9 — A escola, através dos seus órgãos próprios, é responsável pelo percurso escolar dos alunos, devendo garantir a consecução dos objectivos da escolaridade obrigatória e o sucesso educativo dos alunos.

10 — A avaliação dos alunos do ensino básico pressupõe o trabalho em equipa de todos os professores envolvidos, em particular no conselho de turma, bem como a participação dos alunos e dos encarregados de educação, em condições a estabelecer no regulamento interno da escola ou área escolar.

11 — Podem, ainda, ter intervenção no processo de avaliação dos alunos, nos termos adiante referidos, os seguintes serviços:

- Serviços de psicologia e orientação;
- Serviços de educação especial;
- Serviços ou entidades cuja contribuição o conselho pedagógico ou o conselho escolar considerem conveniente;
- Direcções regionais de educação.

#### Modalidades de avaliação

12 — No ensino básico distinguem-se as modalidades de avaliação seguintes:

- Avaliação formativa;
- Avaliação sumativa;
- Avaliação aferida;
- Avaliação especializada.

13 — As modalidades de avaliação referidas no número anterior devem harmonizar-se de modo a contribuirem para o sucesso educativo dos alunos e para a qualidade do sistema educativo.

14 — As diferentes modalidades de avaliação articulam-se ao longo dos vários anos e ciclos, considerando o ritmo de desenvolvimento pessoal dos alunos e a sua capacidade de realização.

#### Processo individual do aluno

15 — O percurso escolar do aluno deve ser registado num processo individual de que constem todos os elementos relevantes para o seu desenvolvimento integral.



16 — O professor, no 1.º ciclo, ou o director de turma, no 2.º e 3.º ciclos, é o responsável pela elaboração, consulta e conservação do processo individual, ao qual têm acesso, além dos alunos, os seus professores, os pais e os encarregados de educação.

17 — Os elementos contidos no processo individual são de carácter confidencial, devendo este acompanhar o aluno na sua progressão ao longo da escolaridade básica, sendo devolvido, no seu termo, aos pais ou encarregados de educação.

#### Avaliação formativa

18 — A avaliação formativa é a principal modalidade de avaliação do ensino básico e destina-se a informar o aluno, o seu encarregado de educação, os professores e outros intervenientes sobre a qualidade do processo educativo e de aprendizagem, bem como sobre o estado de cumprimento dos objectivos do currículo, a fim de permitir:

- a) Estabelecer metas intermédias que favoreçam a confiança própria na prossecução do sucesso educativo;
- b) Adoptar novas metodologias e medidas educativas de apoio, ou de adaptação curricular, sempre que sejam detectadas dificuldades ou desajustamentos no processo de ensino e de aprendizagem.

19 — A avaliação formativa tem carácter sistemático e contínuo, baseando-se na recolha, pelo professor, de dados relativos aos vários domínios da aprendizagem que evidenciam os conhecimentos e competências adquiridos, as capacidades e atitudes desenvolvidas, bem como as destrezas dominadas.

20 — A avaliação formativa é da responsabilidade conjunta do professor em diálogo com os alunos e os outros professores, e dos órgãos de orientação e apoio educativo, cabendo ao director de turma, no 2.º e 3.º ciclos, a função de coordenar a avaliação, garantindo o seu carácter globalizante e integrante.

21 — Para efeitos de formalização da avaliação formativa no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, o conselho de turma, presidido pelo respectivo director de turma, reúne, ordinariamente, no final de cada um dos períodos lectivos, de acordo com o calendário escolar aprovado.

22 — Fazem parte do conselho de turma todos os professores da turma, podendo o presidente solicitar a presença de outros intervenientes na avaliação.

23 — A avaliação formativa articula-se com dispositivos de informação do aluno e do seu encarregado de educação, sendo da responsabilidade do professor, no 1.º ciclo, ou do conselho de turma, nos restantes ciclos.

24 — A avaliação formativa traduz-se de forma descritiva e qualitativa, podendo utilizar perfis de aproveitamento ou registos estruturados de avaliação.

#### Avaliação sumativa

25 — A avaliação sumativa tem em conta a qualidade do processo de ensino e de aprendizagem e traduz-se num juízo globalizante sobre o desenvolvimento dos conhecimentos e competências, capacidades e atitudes do aluno, tomando como referência o estabelecido nos n.ºs 4 e 5.

26 — A avaliação sumativa é da responsabilidade de todos os professores e técnicos de educação que integram o conselho de turma, assumindo o director de turma especial responsabilidade pela coordenação dos trabalhos e pela garantia da natureza globalizante e integrante da avaliação.

27 — Compete ao conselho pedagógico, ou ao conselho escolar, no 1.º ciclo, definir os critérios gerais da avaliação sumativa, aos quais o conselho de turma, ou o professor, se têm de referenciar.

28 — A avaliação sumativa ocorre, ordinariamente, no final de cada um dos períodos lectivos e no final de cada ciclo.

29 — A avaliação sumativa realiza-se na reunião do conselho de turma que formaliza a avaliação formativa, permitindo a tomada de decisões sobre apoios e complementos educativos.

30 — A avaliação sumativa, realizada no final de cada ciclo, confronta o desenvolvimento global do aluno com os objectivos globais desse ciclo.

31 — A avaliação referida no número anterior tem em conta a avaliação formativa e a avaliação sumativa realizada no final de cada ano lectivo, dando origem a uma decisão sobre a progressão ou retenção do aluno.

32 — A avaliação sumativa, no 1.º ciclo do ensino básico, exprime-se de forma descritiva.

33 — A avaliação sumativa, no 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, exprime-se na escala de 1 a 5, acompanhada de uma síntese dos registos descritivos decorrentes do processo de avaliação formativa.

34 — Em caso algum poderá proceder-se à avaliação sumativa antes do final do 2.º ano de escolaridade.

35 — Para efeitos de progressão, a avaliação sumativa, realizada no final de cada ciclo, exprime-se através dos juízos de *Aprovado* ou *Não aprovado*.

#### Avaliação sumativa extraordinária

36 — O conselho escolar, no 1.º ciclo, e o conselho de turma, nos restantes ciclos, podem decidir, em reunião ordinária realizada no final do 2.º período de qualquer ano lectivo, proceder a uma avaliação sumativa extraordinária do aluno, no caso de a avaliação ter indicado que a qualidade dos processos de aprendizagem e a distância em relação aos objectivos curriculares podem aconselhar a sua retenção no mesmo ano.

37 — Para efeitos do disposto no número anterior, a decisão de proceder à avaliação extraordinária deve ser comunicada ao aluno e ao encarregado de educação, no prazo de cinco dias úteis.

38 — A utilização do mecanismo previsto nos números anteriores determina a adopção de um plano de recuperação do aluno, através do estabelecimento ou do reforço de medidas de apoio educativo.

39 — A decisão decorrente da avaliação sumativa extraordinária formaliza-se na reunião ordinária do conselho de turma ou do conselho escolar, realizada no final do ano lectivo, tendo como efeito a progressão do aluno para o ano seguinte ou a sua retenção no mesmo ano no caso de se verificar que as medidas de apoio educativo adoptadas não foram suficientes para o cumprimento dos objectivos curriculares mínimos definidos.

40 — À avaliação sumativa extraordinária aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto para a avaliação sumativa ordinária.

#### Avaliação aferida

41 — A avaliação aferida destina-se a medir o grau de cumprimento dos objectivos curriculares mínimos, definidos, a nível nacional, para cada ciclo do ensino básico, visando o controlo da qualidade do sistema de ensino, a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento e, ainda, a confiança social no sistema escolar.

42 — A avaliação aferida é utilizada no momento em que se pretende avaliar o sistema de ensino, a nível nacional, regional ou local, visando, em especial, os respectivos resultados curriculares e procedimentos adoptados, segundo padrões comuns, no domínio dos saberes e aptidões.

43 — A avaliação referida no número anterior não tem efeitos sobre a progressão escolar dos alunos e pode ter lugar em qualquer momento do ano lectivo, sendo da responsabilidade dos organismos competentes do Ministério da Educação a elaboração das respectivas provas.

44 — Para efeitos de medição de grau de cumprimento dos objectivos curriculares mínimos, definidos segundo o processo estabelecido no n.º 5, poderão realizar-se provas aferidas no início do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, sempre que tal seja considerado conveniente pelo conselho pedagógico.

45 — As provas referidas no número anterior são elaboradas, coordenadas e avaliadas sob a responsabilidade do conselho pedagógico.

#### Avaliação especializada

46 — A avaliação especializada consiste na avaliação multidisciplinar e interdisciplinar efectuada por professores e outros técnicos de educação, nos casos em que uma programação individualizada pode contribuir para o sucesso educativo dos alunos.

47 — A avaliação especializada é feita, no 1.º ciclo, por solicitação do conselho escolar, mediante proposta do professor e, no 2.º e 3.º ciclos, por solicitação do conselho de turma, mediante proposta do director de turma.

48 — Na avaliação especializada participam os professores intervenientes no processo de ensino e de aprendizagem, sendo os encarregados de educação previamente ouvidos pelos técnicos de educação cuja intervenção o presidente do conselho de turma entenda conveniente.

49 — A programação individualizada e o correspondente itinerário de formação, recomendados no termo desta modalidade de avaliação, serão feitos com o conhecimento e acordo prévio dos encarregados de educação.

50 — No 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, cabe ao conselho directivo, ou ao director executivo, ouvido o conselho pedagógico e o encarregado de educação, criar as condições necessárias à implementação e controlo periódico das medidas previstas no número anterior ou a suspensão das mesmas.

## CAPÍTULO II

## Efeitos da avaliação

## Progressão e retenção

51 — O efeito da avaliação sumativa é, por norma, a progressão dos alunos, devendo a decisão sobre uma eventual retenção ocorrer, ordinariamente, no final de cada ciclo, assumindo carácter eminentemente pedagógico.

52 — A retenção consiste na manutenção do aluno no ano de escolaridade a que se reporta a avaliação, podendo traduzir-se na repetição de todo o plano de estudos desse ano ou no cumprimento de um plano de apoio específico que integre as disciplinas ou áreas disciplinares em que o aluno não demonstrou satisfazer os objectivos mínimos.

53 — Considera-se que o aluno é passível de retenção quando a avaliação sumativa revelar um grande atraso em relação aos objectivos e capacidades definidas, a nível central e local, para esse ano ou ciclo.

54 — A decisão da retenção tem sempre carácter excepcional, depois de se ter esgotado o recurso a apoios e complementos educativos, devendo, portanto, revestir-se de especial cuidado para garantir a sua necessidade, utilidade e justiça.

55 — A decisão de retenção é da competência do professor, no 1.º ciclo, e do conselho de turma, no 2.º e 3.º ciclos, devendo o respectivo presidente elaborar um relatório que contemple uma proposta sobre o disposto no n.º 52, a ser executada no ano lectivo seguinte.

56 — Compete ao conselho pedagógico, ou ao conselho de escola, no 1.º ciclo, aprovar o relatório referido no número anterior, bem como acompanhar e avaliar a sua execução.

## Retenção repetida

57 — Sempre que, no decurso de uma avaliação sumativa, se concluir que um aluno que já foi retido em qualquer ano de escolaridade não possui as condições necessárias à sua progressão, deve o mesmo ser submetido a uma avaliação especializada que ponderará as vantagens educativas de nova retenção.

58 — A proposta decorrente da avaliação referida no número anterior está sujeita a ratificação pelo conselho pedagógico, com base em relatório que inclua:

- a) O processo individual do aluno;
- b) Relatório contendo os pareceres decorrentes do disposto no n.º 3;
- c) A referência aos apoios e complementos educativos aplicados;
- d) Relatório dos contactos estabelecidos com os encarregados de educação que integre o parecer destes sobre a proposta de manutenção do aluno no mesmo ano;
- e) O parecer dos serviços de psicologia e orientação, quando existam na escola;
- f) O plano de apoio educativo específico, a ser executado no ano lectivo seguinte.

59 — Os encarregados de educação, enquanto intervenientes regulares do processo de avaliação, devem ser chamados a participar na análise e nas decisões produzidas no âmbito do disposto no número anterior, podendo recorrer para o director regional de educação, no caso de não concordância com a decisão de uma segunda retenção.

60 — O conselho directivo, o conselho escolar ou o director executivo coordenam a execução das recomendações decorrentes do processo de avaliação previsto nos números anteriores, sendo especialmente responsáveis pela promoção do sucesso educativo desses alunos.

## Apoio e complementos educativos

61 — Visando contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso educativos, devem os órgãos próprios das escolas instituir actividades e medidas de apoio educativo, sempre que as mesmas se revelarem necessárias.

62 — As actividades e medidas de apoio e complemento educativos podem ser realizadas quer numa perspectiva disciplinar quer numa perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar.

63 — Todos os órgãos próprios da escola devem disponibilizar os recursos materiais e humanos necessários, assegurando em tempo oportuno as condições de espaço e horário adequados a favorecer, de modo positivamente diferenciado, os alunos que frequentem os apoios e complementos educativos.

64 — As medidas de apoio educativo traduzem-se na implementação de planos de acção ou programas, compreendendo conteúdos e processos pedagógicos adequados, que o presidente do conselho de turma propõe e avalia, o conselho pedagógico aprova e o conselho directivo, ou o director executivo, coordena.

65 — As medidas de apoio educativo podem assumir uma, ou várias, das seguintes formas:

- a) Um programa específico elaborado pelo professor da turma, no 1.º ciclo, da área disciplinar, no 2.º ciclo, e de disciplina, no 3.º ciclo;
- b) Um programa interdisciplinar ou transdisciplinar, no 2.º e 3.º ciclos, proposto e coordenado pelo coordenador de ano dos directores de turma, no caso do modelo de gestão instituído pelo Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de Maio, ou pelo coordenador dos directores de turma, no caso do modelo de gestão instituído pelo Decreto-Lei n.º 769-A/76, de 23 de Outubro, e realizado por uma equipa integrada pelos professores das diversas disciplinas envolvidas;
- c) Programas alternativos, podendo incluir a constituição de grupos de nível, propostos pelo conselho pedagógico e aprovados pelo conselho de escola ou área escolar, no caso das escolas abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de Maio.

66 — Os professores responsáveis pelas medidas de apoio educativo deverão apresentar ao director de turma, no final de cada trimestre, um relatório descritivo do aproveitamento de cada aluno, bem como parecer sobre a conveniência da manutenção, ou suspensão, das medidas aplicadas.

67 — O relatório previsto no número anterior deve ser apresentado ao coordenador de ano dos directores de turma, que o apresentará, acompanhado de parecer, ao conselho pedagógico, para efeitos de decisão.

## Certificação

68 — Ao aluno do ensino público, ou do ensino particular e cooperativo com paralelismo pedagógico, que obtiver aprovação na avaliação sumativa final do 3.º ciclo será atribuído, pelo respectivo órgão de gestão, o diploma de ensino básico.

69 — Ao aluno que atingir a idade limite da escolaridade obrigatória e que tiver frequentado a escola, com assiduidade, deverá, mediante requerimento do próprio ou do respectivo encarregado de educação, ser mandado passar, pelo órgão de gestão da escola, certificado do cumprimento da escolaridade obrigatória.

70 — O disposto no número anterior não impede que o aluno que tenha cumprido a escolaridade obrigatória sem aprovação na avaliação sumativa final do 3.º ciclo se candidate à obtenção do diploma de ensino básico, mediante a prestação de provas de exame, realizadas a nível de escola, na qualidade de aluno autoproposto.

71 — Para a realização das provas referidas no número anterior os órgãos competentes da escola facultam, sempre que possível, um apoio específico ao aluno autoproposto.

72 — As provas de exame para alunos autopropostos serão objecto de regulamentação posterior.

anunciado que o Instituto de Inovação Educacional encetaria estudos quanto às condições da sua exequibilidade, assim como a produção de materiais de apoio à avaliação.

Por razões diversas, entre as quais estará, seguramente, a descontinuidade nas chefias do Ministério da Educação, tal não aconteceu.

O Despacho n.º 162/ME/91, divulgado durante quase um ano, objecto de análise e debates, nunca foi experimentado em nenhuma escola e foi agora substituído pelo Despacho n.º 98-A/92, que se apresenta globalmente muito mais positivo que o anterior. Sem prejuízo das considerações que a seguir se apresentam sobre este novo diploma, é de assinalar que a sua elaboração não resultou nem de negociações com parceiros educativos, nem de indicações dadas pela sua experimentação. Em Julho de 1992 é publicado o diploma que, a partir de Setembro, deverá ser aplicado em todos os anos da escolaridade básica em que haverá a generalização dos novos programas. Não se conhecem ainda materiais de apoio.

2 — A avaliação dos alunos é uma questão central na vida da escola. O modo como se avalia deve decorrer das finalidades educativas e ser coerente com as pedagogias, os currículos, os programas e a organização pedagógica. Acontece que, por efeito perverso conhecido por todos os professores e por todos os alunos, os critérios da avaliação e as suas modalidades influenciam fortemente o modo como se ensina e a definição de prioridades no que é preciso ensinar.

A avaliação constitui uma questão fulcral e decisiva na orientação dos processos de ensino-aprendizagem. O caso recente da prva geral de acesso e o facto de a sua criação ter levado à existência de cursos de preparação para essa prova é disso exemplo flagrante. «Se a avaliação é assim, assim teremos que ensinar...». De elemento constitutivo do processo de ensino-aprendizagem, a avaliação vem a tornar-se na razão de ser desse processo.

No caso da escola básica e obrigatória, visa-se o sucesso das aprendizagens de todos os alunos (e não a hierarquização e a selecção); é fundamental que a avaliação facilite essas aprendizagens, de que a obtenção do diploma de ensino básico corresponda a reais saberes e competências.

Na escola obrigatória, frequentada por todas as crianças e jovens dos grupos etários abrangidos, existe uma grande diversidade de alunos (diversidade pessoal, cultural e social). Não é possível, por isso, encarar o sucesso escolar sem a necessária diferenciação pedagógica, sem a adequação da escola às diversas realidades e necessidades que a justificam, ultrapassando a uniformidade, a rigidez e os modelos únicos que marcaram a escola dita «tradicional». Estas orientações pedagógicas, de difícil construção, supõem processos de mudança, nos quais a avaliação desempenha papel decisivo de facilitação ou de bloqueio.

3 — Vale a pena indicar alguns dos bloqueios que a avaliação pode criar aos processos de ensino-aprendizagem, sistematizados num recente texto do sociólogo Philippe Perrenoud (ver documentos consultados). As actividades de avaliação ocupam, em geral, muito tempo e muita energia a professores e a alunos. A elaboração dos textos e a sua correcção, as grelhas e os seus preenchimentos, as fichas, os «perfis», as notas a calcular e a ponderar acabam por ocupar um tempo desmesurado, que deveria ser consagrado aos processos facilitadores das aprendizagens. É o mesmo acontece com os alunos; estuda-se para o teste e para a nota. Isto favorece uma relação utilitária com o saber, que acaba por se justificar muito mais pelo seu uso interno e pelo seu valor escolar do que pelo seu interesse e pelo seu sentido pessoal e social. Depois dos exames, «é para esquecer...». Será este porventura um dos problemas fundamentais da escola actual, cujos saberes ritualizados servem de suporte para um percurso com determinado valor social muito mais do que como aprendizagens constitutivas do pensamento e da acção.

A avaliação leva também os professores a privilegiar actividades mais fáceis de traduzir em registos, notas e observações; são em geral actividades fechadas, estruturadas e já bem experimentadas. A avaliação pode complicar a procura de novas actividades e de novas soluções para ultrapassar dificuldades dos alunos.

Finalmente, a avaliação pode levar os professores a preferir incidir em competências disciplinares, isoladas e quantificáveis, em detrimento de competências inter ou transdisciplinares e mais difíceis de registar (tais como a comunicação, por exemplo).

É importante sublinhar estes aspectos da avaliação e do seu papel, atendendo à existência de rotinas e de práticas enraizadas neste campo.

O teste é, hoje ainda, o instrumento avaliador por excelência; como mostram os recentes trabalhos de investigação de Lucília Salgado e Inês Borges Reis para o 2.º ciclo do ensino básico (ver documentos consultados), a avaliação contínua, dita formativa, consiste em geral numa antecipação descritiva da sumativa que se lhe seguirá, sem qualquer influência transformadora sobre o processo de ensino-aprendizagem.

## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

**Parecer n.º 2/92 do Conselho Nacional de Educação.** — *Avaliação dos alunos do ensino básico — Preambulo.* — No uso da competência que lhe é conferida pela Lei n.º 31/87, de 9 de Julho, e, nos termos regimentais, por iniciativa própria do Conselho, após apreciação do projecto de parecer elaborado pela conselheira-relatora Prof.ª Doutora Ana Benavente, o Conselho Nacional de Educação, em sua reunião plenária de 7 de Outubro de 1992, deliberou aprovar o referido projecto, emitindo, assim, o seguinte parecer:

### I — Introdução

1 — O Despacho n.º 98-A/92 vem, em Julho, revogar o Despacho n.º 162/ME/91, publicado em Outubro passado. Fora então

Sem referir estes elementos de diagnóstico, forçosamente parcelares, tornar-se-ia difícil julgar das potencialidades e dificuldades do diploma em análise.

## II — O Despacho n.º 98-A/92

### 1 — Breve apresentação.

Este despacho refere a Lei de Bases do Sistema educativo, sublinhando os princípios aí consagrados da universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino básico, e refere também o Decreto-Lei n.º 286/89 (planos curriculares), afirmando «a necessidade de compatibilizar o sistema de avaliação com a organização curricular constante daquele diploma».

O novo sistema de avaliação diz respeito ao ensino básico e será aplicado, em cada ano de escolaridade, no ano lectivo em que são generalizados os novos programas. Isto significa que o despacho se aplica, já a partir de Setembro próximo, no 2.º, no 5.º e no 7.º anos de escolaridade.

Ao Instituto de Inovação Educacional caberá promover os estudos, o acompanhamento, a concepção e produção de materiais e a avaliação da aplicação deste novo sistema.

Vejam os aspectos mais relevantes de cada capítulo do Despacho n.º 98-A/92:

### Capítulo I — Processo de avaliação

#### Objecto de avaliação:

- Os objectivos gerais de cada ciclo;
- Os objectivos específicos de cada disciplina ou área disciplinar;
- Os processos de aprendizagem (estímulo, socialização e instrução);
- A capacidade de comunicação oral e escrita — língua portuguesa — sobre a qual se pronunciam todos os professores;
- Os objectivos curriculares mínimos do ensino básico e de cada um dos seus ciclos definidos pelo Ministério da Educação;
- Os objectivos mínimos de cada disciplina, área disciplinar ou área escola definidos pelo conselho pedagógico (posteriormente conselho de escola) de cada estabelecimento escolar, «tendo em conta as especificidades da comunidade educativa» (n.º 5).

#### Finalidades:

Regular a prática educativa integrada através de:

- Seleção de métodos e de recursos educativos;
- Adaptação curricular às necessidades educativas especiais dos alunos;
- Orientação da intervenção do professor e das decisões dos alunos;
- Melhorar a qualidade do sistema educativo.

#### Intervenientes:

- Órgãos da escola;
- Equipa de professores — conselho de turma;
- Encarregados de educação;
- Serviços de psicologia e orientação;
- Serviços de educação especial;
- Outros serviços ou entidades (a decidir pelo conselho pedagógico ou conselho escolar);
- Direcções regionais de educação.

#### Modalidades de avaliação:

Avaliação formativa; sumativa; aferida; especializada — devem harmonizar-se e contribuir para o sucesso dos alunos e para a qualidade do sistema.

#### Processo individual do aluno:

- Registo do percurso escolar;
- Contém elementos relativos ao desenvolvimento integral do aluno;
- Da responsabilidade do professor (1.º ciclo) ou director de turma (2.º e 3.º);
- Confidencial. Acompanha o aluno na escolaridade básica e é-lhe devolvido no seu termo.

#### Avaliação formativa:

- Informação qualitativa sobre a aprendizagem, sistemática e contínua;
- Permite estabelecer metas intermédias, adoptar novas metodologias e medidas de apoio;
- Visa conhecimentos, competências, capacidades, atitudes e destrezas;

Coordenada pelo professor (1.º ciclo) e director de turma (2.º e 3.º ciclos);

Formalizada em conselho de turma no fim de cada período lectivo;

Sendo qualitativa e descritiva, pode «utilizar perfis de aproveitamento ou registos estruturados de avaliação» (n.º 24).

#### Avaliação sumativa:

«Juízo globalizante» sobre conhecimentos, competências, capacidades e atitudes;

Resulta da formalização da avaliação formativa;

Da responsabilidade do conselho de turma — director de turma;

Crítérios gerais definidos pelo conselho pedagógico ou conselho escolar;

Fundamenta as decisões sobre apoios e complementos educativos;

No final de cada período lectivo e no final de cada ciclo;

A avaliação sumativa de ciclo fundamenta a decisão de progressão ou retenção do aluno;

Descritiva (1.º ciclo) em escala de 1 a 5, com os registos descritivos da avaliação formativa (2.º e 3.º ciclos), expressa em «Aprovado»/«Não aprovado»;

Nunca pode ocorrer antes do fim do 2.º ano de escolaridade.

#### Avaliação sumativa extraordinária:

Possível (conselho escolar/conselho de turma) no fim do 2.º período de qualquer ano para efeitos de retenção do aluno nesse ano, comunicada previamente ao aluno e encarregado de educação;

Exige a adopção de um plano de recuperação do aluno; os efeitos desse plano serão avaliados no final do ano para efeitos de progressão ou de retenção.

#### Avaliação aferida:

Aferida 1 — refere-se («mede») aos objectivos curriculares mínimos a nível nacional — controlo da qualidade do sistema; em qualquer momento do ano; da responsabilidade do Ministério da Educação; sem efeitos sobre a progressão escolar dos alunos;

Aferida 2 — refere-se aos objectivos curriculares mínimos definidos a nível das escolas; facultativa; no início do 2.º e 3.º ciclos; da responsabilidade do conselho pedagógico.

#### Avaliação especializada:

Multidisciplinar e interdisciplinar;

Visa estabelecer programação individualizada com conhecimento e acordo prévio dos encarregados de educação;

Conselho directivo (ou director executivo) cria as condições necessárias à implementação, controlo e suspensão das medidas especializadas.

### Capítulo II — Efeitos da avaliação

#### Progressão e retenção:

Retenção ordinária apenas no final de cada ciclo;

Implica repetição do plano de estudos ou plano de apoio específico (disciplinas ou áreas em dificuldade);

Ocorre retenção quando se revele grande atraso em relação aos objectivos e capacidades definidas a nível central e local;

Tem carácter excepcional após apoios e complementos e exige uma proposta de trabalho para o ano seguinte;

Conselho escolar e conselho pedagógico acompanham e avaliam essa execução;

Da responsabilidade do professor (1.º ciclo) e conselho de turma (2.º e 3.º ciclos).

#### Retenção repetida:

Exige uma avaliação especializada. Ratificação em conselho pedagógico com base em relatório que contém:

Processo individual do aluno;

Pareceres sobre a capacidade de comunicação em língua portuguesa;

Apoios e complementos educativos aplicados;

Parecer dos serviços de psicologia e orientação, quando existam;

Plano de apoio específico para o ano seguinte;

Participação dos encarregados de educação na análise e nas decisões;

Cabe recurso para o director regional de educação;

O conselho directivo (director executivo) e conselho escolar coordenam a execução das recomendações.



**Apoio e complementos educativos:**

Disciplinares, interdisciplinares, transdisciplinares;  
Os órgãos da escola disponibilizam recursos (materiais e humanos), espaço e horário;  
Planos de acção ou programas (conteúdos e processos) diversos:

Programas específicos (professor — 1.º ciclo, professor de área — 2.º ciclo, professor da disciplina — 3.º ciclo);  
Programa interdisciplinar ou transdisciplinar (coordenador dos directores de turma — 2.º e 3.º ciclos);  
Programas alternativos;

Grupos de nível (conselho pedagógico);

Relatório trimestral envolvendo professores — coordenador de directores de turma — conselho pedagógico.

**Certificação:**

Diploma de ensino básico (aprovação na avaliação sumativa final do 3.º ciclo);

No caso de limite de idade, certificado do cumprimento da escolaridade obrigatória. Neste caso, possível candidatura a exame final para obtenção do diploma, a nível da escola, por autoproposta;

Os órgãos da escola apoiam (sempre que possível) estes alunos. Regulamentação posterior das provas de exame.

**2 — Potencialidades e dificuldades:**

Este diploma apresenta princípios e orientações potencialmente facilitadoras da construção do sucesso escolar de todos os alunos, nomeadamente:

- A valorização do desenvolvimento integral de todos e de cada um;
- O reconhecimento da diversidade de necessidades e de contextos dos estabelecimentos escolares, de par com objectivos mínimos a nível nacional, com carácter regulador;
- O reconhecimento de margens de liberdade e de autonomia dos professores e dos órgãos das escolas na avaliação dos seus alunos, sem a imposição de critérios únicos centralmente definidos;
- A importância atribuída à avaliação formativa enquanto elemento central do processo de ensino-aprendizagem;
- A afirmação do carácter «excepcional» da retenção dos alunos;
- A possibilidade de retomar apenas parcialmente o plano de estudos do ano em «retenção», em função das dificuldades específicas de cada aluno;
- A constituição de dispositivos de apoio aos alunos com dificuldades, co-responsabilizando a escola pela sua superação;
- A importância atribuída ao trabalho em equipa de professores e de técnicos, assim como aos órgãos pedagógicos e directivos das escolas;
- A ideia de ciclo de estudos, evitando rupturas constantes nos percursos escolares dos alunos;
- A referência à importância dos meios e recursos materiais e pedagógicos na qualidade da vida escolar;
- A participação dos encarregados de educação nas decisões que dizem respeito aos seus educandos;
- A necessidade de avaliar o sistema de escolaridade básica e de melhorar a sua qualidade.

Mas a afirmação destas potencialidades não pode iludir importantes dificuldades, umas intrínsecas ao próprio diploma e outras que têm a ver com a sua inscrição na escola básica tal como ela hoje existe e funciona.

As dificuldades intrínsecas têm a ver com várias contradições que atravessam o texto, nomeadamente:

A concepção de avaliação formativa e a sua relação com a avaliação sumativa. Saber se, quando o professor ensina, os alunos estão realmente a aprender, não serve só para acumular registos e elementos que se formalizarão posteriormente numa súmula traduzida em notas. A função central da avaliação formativa será a de reformular processos, estratégias e meios de ensinar para conseguir mais aprendizagens, ou seja, deve ter um efeito de retroacção da aprendizagem (ou não) sobre o ensino.

Não sendo assim, a avaliação formativa será uma antecipação cumulativa dos resultados finais.

Ora, a expressão «formalização da avaliação formativa» no fim de cada período sugere precisamente essa súmula antecipada;

Uma outra dificuldade tem a ver com a «avaliação interdisciplinar» e «multidisciplinar»; na escola básica actual e em particular no 2.º e 3.º ciclos, só a área escolar permite e facilita

o desenvolvimento de trabalho interdisciplinar; este exige, aliás, um difícil e exigente processo de construção que questiona não só as práticas como a própria organização escolar (aulas disciplinares de 50 em 50 minutos, por exemplo);

Uma outra dificuldade tem ainda a ver com a concepção dos apoios educativos. No n.º 63 refere-se a «frequência» de apoios e complementos educativos. Ora, os saberes teóricos e pedagógicos mostram que a superação das dificuldades da maior parte dos alunos ocorre por mudanças de modos pedagógicos de ensinar. Só essa mudança pode assegurar a adequação da escola à diversidade de públicos. A concepção de apoios mais ou menos individualizados e de complementos que os alunos com dificuldades «frequentam» traduz uma ideia de explicações, de mais tempo e de «mais do mesmo», sem insistir na necessária diversificação das pedagogias, das linguagens e dos meios de ensino, como práticas habituais e não especiais. Para que os «apoios» resultem, não podem estigmatizar os alunos com dificuldades, levando-os a «frequentar» cursos adicionais; esses apoios não podem ser vividos como uma penalização, mas terão antes de, integrados no quotidiano das classes e da escola, ser vividos com interesse e com prazer;

Quanto aos objectivos curriculares mínimos, a sua definição a nível nacional e local não pode levar a novas hierarquias entre escolas: as que praticam mínimos máximos e as que se ficam por mínimos mais mínimos. Conhecendo as assimetrias e as desigualdades que caracterizam actualmente os estabelecimentos escolares dos três ciclos do ensino básico, há que cuidar que a sua inscrição nos contextos locais não venha a significar escolas pobres em contextos pobres e escolas ricas em contextos ricos, numa simplificação que pretende sublinhar a necessária tensão dinâmica entre contextos e propostas educativas;

É importante assinalar em relação ao 1.º ensino básico que este diploma apresenta um recuo em relação ao sistema de fases; com efeito, a possibilidade de uma avaliação sumativa extraordinária no 3.º ano de escolaridade cria uma eventual interrupção num percurso previsto para dois anos — a segunda fase;

Quanto à avaliação aferida, o facto de não ter qualquer consequência no percurso escolar dos alunos não invalida que traduza a imagem de cada escola para as autoridades e para o exterior. Com que empenhamento será vivida pelos alunos uma modalidade que «não conta»? Serão os seus resultados verdadeiramente fiáveis?

O despacho suscita preocupação quanto aos alunos que atingem a idade limite da escolaridade obrigatória sem terem obtido o diploma. É bom que se possam autopropor e conseguir, através de um exame, esse diploma de escolaridade básica. Mas é preocupante que a responsabilidade da escola na preparação destes alunos para o exame se limite a um apoio «sempre que possível» (n.º 71). Esse apoio deveria ser garantido aos alunos nessas condições;

Finalmente, a proposta de organização do ensino básico em ciclos (4 anos + 2 anos + 3 anos) só tem sentido pedagógico se se assegurar a continuidade da relação entre os professores e os alunos; esta dificuldade surgiu já no passado em que a organização do ensino primário em duas fases de dois anos não foi acompanhada pela garantia de continuidade professor-alunos nesses dois anos. A política de colocação de professores veio a criar rupturas que invalidaram em grande parte o interesse pedagógico dessa medida. A proposta actual de organização do ensino básico em três ciclos suscita a mesma ordem de preocupações.

Uma observação formal ainda: o artigo 68.º do diploma contraria o que está estipulado no Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo não superior (artigo 35.º do Decreto n.º 553/80), pois os estabelecimentos de ensino com paralelismo pedagógico não podem emitir diplomas, ao contrário do que aqui se dispõe.

Quanto às dificuldades de inscrição deste diploma na realidade escolar actual, são múltiplas, tendo a ver, nomeadamente:

Com a rede escolar e a dimensão das escolas;

Com a carência de espaços disponíveis (e sua qualidade) e a sobrelotação de muitos estabelecimentos;

Com a política de colocação de professores, causa de muitas descontinuidades no acompanhamento dos alunos, podendo invalidar completamente a ideia de «ciclo» de estudos;

Com as condições de trabalho de professores e de alunos: número de turmas por professor, número de alunos por turma;

Com os deficientes recursos materiais e pedagógicos existentes nas escolas;

Com o facto de os serviços de psicologia e de orientação, assim como as equipas de educação especial, terem uma capacidade de resposta inferior às solicitações actuais; o diploma aponta para um aumento dessas solicitações;

Com as exigências acrescidas aos professores, supondo, por exemplo, que lhes é fácil elaborar programas específicos para os alunos com dificuldades (quando a esmagadora maioria dos professores está excluída da elaboração de programas, tarefa remetida, em geral, para especialistas);

Não é difícil adivinhar a produção de alguns «efeitos perversos»; um dos mais óbvios tem a ver com a necessidade de justificar formalmente, oficialmente e quase exaustivamente qualquer retenção dos alunos e, em particular, a retenção repetida. Como a progressão não exige qualquer justificação da mesma ordem, é fácil prever o efeito de pressão para a progressão dos alunos, o que não garante que essa progressão corresponda sempre a reais aprendizagens.

Este diploma supõe a existência de uma escola básica que ainda não existe. A sua prática generalizada só será possível em escolas equipadas com centros de recursos, com equipas de técnicos especialistas disponíveis, com espaços e tempos adequados; a sua prática exige um enorme trabalho de registo e de escrita por parte dos professores e um elevado número de reuniões de trabalho numa gestão pedagógica colectiva. Exige professores com uma formação facilitadora da mudança de práticas (nomeadamente de práticas de avaliação), criativos e imaginativos, rigorosos e eficazes. Exige um conhecimento individualizado dos alunos, o que supõe escolas bem dimensionadas e uma continuidade na sua ligação dos professores às escolas e às turmas, o que está longe de ser uma realidade. Exige relações de parceria com os encarregados de educação num campo muito delicado — o do aproveitamento escolar dos seus filhos, a retenção e os programas de apoio. Isto numa instituição que não está habituada a negociar com os pais e que pratica o etnocentrismo a vários títulos.

A autonomia não se assegura sem meios para definir e para assumir projectos e prioridades. A não ser assim, tratar-se-á apenas de um pretexto formal para impor às escolas responsabilidades adicionais. A autonomia não pode significar fazer com o que se tem e como se pode, gerindo sobretudo carências e dificuldades; a autonomia supõe maiores exigências a nível local mas também a nível regional e central.

### III — Interrogações críticas

A análise do diploma relativo à avaliação dos alunos do ensino básico e a leitura de algumas das suas potencialidades e dificuldades permite levantar várias questões, nomeadamente:

1 — A responsabilidade que aqui se atribui às escolas (definição de objectivos curriculares mínimos, instalação de apoios aos alunos, elaboração de programas específicos e alternativos, etc.) vai de par com a concretização das condições previstas para a progressiva autonomia das escolas?

Que metas funcionais e temporais se definem para essa autonomia?

2 — Existirá correspondência entre as orientações relativas à avaliação e as orientações dominantes nos novos programas?

A avaliação diz querer visar conhecimentos, competências, capacidades, atitudes e destrezas. Não se pode avaliar o que não se ensina, e reside aqui uma das questões preocupantes: os novos programas têm vindo a ser experimentados com os anteriores modos e critérios de avaliação e não têm sido referenciadas rupturas importantes. O que acontecerá agora?

3 — Este diploma cria muitas e novas exigências aos professores e às escolas. As políticas de equipamentos, de recursos e, muito em particular, de colocação de professores são decisivas para facilitar ou dificultar o desenvolvimento de um processo transformador dos modos de avaliar nas escolas. Que apoios efectivos (nomeadamente de natureza científica e técnica) lhes são assegurados para a construção de novas práticas? Estas não podem ser deixadas à simples boa vontade dos professores. Que formação continuada e pertinente lhes é facilitada? Não será certamente nalguns cursos mais ou menos disciplinares (financiados pelos próprios docentes) que estes aprenderão a praticar a avaliação inter e transdisciplinar, por exemplo. Que formação centrada nas práticas e nas suas exigências e necessidades lhes será facultada? Que instituições e que formadores estarão dispostos (e terão condições) para responder a este desafio?

4 — Se é verdade que os alunos não aprendem mais por terem repetências, também é verdade que não passam a aprender mais só por serem mais dificilmente «retidos». As exigências de múltiplas justificações escritas, formais, oficiais para a «retenção» não pode significar uma pressão para a progressão facilitada. A qualidade das aprendizagens depende fundamentalmente da qualidade do ensino, da sua adequação às necessidades dos alunos e das condições em que se processa o ensino-aprendizagem. É toda a vida escolar que está

em jogo. Assim, os apoios e complementos educativos não podem ser actividades menores e marginais e exigem enorme investimento de saberes, de meios e de competências. Como serão assegurados?

5 — O despacho prevê um maior poder de intervenção e de decisão dos encarregados de educação na escola, o que é positivo. É bom sublinhar, no entanto, que os pais têm concepções e objectivos diversos e por vezes até contraditórios entre si e também com os dos alunos e os dos professores. São lógicas distintas que podem entrar em negociação ou em confronto. Isto significa que a relação escola-pais neste campo traz novas exigências de formação dos parceiros educativos, de modo que não se criem antagonismos, conflitos e dificuldades em vez de uma maior colaboração negociada.

Como vai ser considerada esta dimensão do despacho (dimensão presente também no diploma referente à gestão das escolas) na formação inicial e contínua de professores e em espaços de informação/formação para outros parceiros educativos? Como serão estimuladas e apoiadas actividades associativas e cooperativas neste campo?

6 — Como entender as atribuições do Instituto de Inovação Educativa neste campo da avaliação quando não lhe estão cometidas atribuições similares quanto aos programas? Fará algum sentido conceber e produzir instrumentos de avaliação desligados dos conteúdos e dos processos pedagógicos? Não se pode reduzir a uma questão técnica o que se diz constituir elemento regulador intrínseco dos processos de ensino-aprendizagem.

7 — Os objectivos de avaliação da qualidade do sistema de ensino e as comparações entre escolas exigem simultaneamente políticas de correcção das assimetrias regionais e de investimentos financeiros, materiais, pedagógicos e científicos na melhoria das escolas. Só assim se evitará criar novas hierarquias entre escolas «melhores» e «piores», ocultando os factores que estruturam e influenciam essa maior ou menor qualidade.

As respostas a estas questões serão decisivas quanto ao futuro deste diploma: tratar-se-á de um conjunto de intenções que não passarão do papel ou traduzir-se-ão em políticas e em práticas educativas concretas?

### IV — Conclusão e recomendações

O Despacho n.º 98-A/92 apresenta orientações potencialmente facilitadoras do sucesso escolar dos alunos e traduz alguma preocupação com a avaliação do próprio sistema educativo.

Podem prever-se, no entanto, muitas dificuldades para a sua concretização, pois é um diploma que supõe uma escola básica que não existe e cuja construção exige não só uma maior coerência legislativa como a criação de melhores condições materiais e pedagógicas nas escolas.

A sobrelotação, os espaços e tempos desadequados, as políticas de colocação de professores, as dificuldades financeiras, as carências de recursos, as rotinas pedagógicas enraizadas, as representações e as práticas centradas mais no ensino do que na aprendizagem, mais na hierarquização do que na promoção, a formação de professores desligada do quotidiano escolar e do seu acompanhamento, as muitas exigências por vezes contraditórias que pressionam as escolas e os professores e a falta de uma política de apoio à inovação são outros tantos obstáculos à concretização das orientações mais positivas deste diploma.

O Conselho Nacional de Educação:

1 — Considera que o despacho n.º 98-A/92 é um documento globalmente positivo, nomeadamente pela importância atribuída à avaliação formativa, pela co-responsabilização da escola pelas aprendizagens dos alunos, pela valorização da língua materna e pela maior participação dos encarregados de educação. Mas não basta elaborar um texto inovador sobre avaliação dos alunos para transformar as condições em que se ensina e se aprende nas escolas.

2 — Manifesta-se a sua preocupação com a aplicação de um despacho que não foi experimentado e que apresenta contradições e desencontros relativamente a outros diplomas em vigor e às condições actuais da escola básica.

3 — Considera que a aplicação do Despacho n.º 98-A/92 só terá sentido se se desenvolverem paralelamente políticas de colocação de professores, de equipamento das escolas, de disponibilização de recursos científicos e técnicos e de formação de professores, coerentes com as exigências formuladas pelo novo sistema de avaliação dos alunos.

4 — Considera a urgência de proceder a um levantamento das condições mínimas que, do ponto de vista das escolas e dos professores, são necessárias para que se inicie a aplicação do Despacho n.º 98-A/92.

5 — Recomenda a criação de dispositivos de apoio continuado a algumas escolas em que o despacho será aplicado no próximo ano lectivo, para identificar dificuldades concretas e para construir propostas que facilitem a sua prática.

6 — Recomenda a análise dos «efeitos» deste diploma ao nível das aprendizagens dos alunos, do trabalho dos professores e da vida das

escolas e não apenas ao nível das opiniões que sobre ele se formulam. Só este tipo de avaliação dará sentido a uma «afecção» que visa melhorar a qualidade do sistema.

7 — Recomenda o apoio a diversas modalidades de informação aos encarregados de educação, de modo a facilitar a sua participação útil e esclarecida.

Documentos consultados:

Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de Fevereiro, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 29.

Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 198.

Despacho n.º 162/ME/91, de 9 de Setembro, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 244.

Abrantes, Paulo (1990), «Diz-me como avalias, dir-te-ei como ensinas...», in *Educação e Matemática*, n.º 16, Lisboa, p. 1.

Associação de Professores de Matemática (1990), «Avaliação dos alunos: primeira posição da Associação de Professores de Matemática sobre o projecto do Ministério», in *Educação e Matemática*, n.º 16, Lisboa, pp. 27-29.

Comunicações apresentadas no Seminário Nacional sobre o Novo Sistema de Avaliação (Despacho n.º 162/ME/91), Instituto de Inovação Educacional, Lisboa, Março de 1992 (textos polycopiados):

Almerindo J. Afonso/Licínio Lima, «Organização do ensino e das escolas no quadro do novo sistema de avaliação — uma perspectiva sociológico-organizacional».

Ana Benavente, «Medidas de compensação educativa ou compensar as medidas educativas?».

João Bellem Ribeiro, «Compensação educativa».

Jorge Pinto, «Modalidades de avaliação — uma questão de nome ou uma questão de práticas?».

Maria do Carmo Clímaco, «O novo modelo de avaliação dos alunos e as suas consequências organizacionais nas escolas».

Maria Hermínia Neto, «Compensação educativa».

Paulo Sucena, «O Despacho n.º 162/ME/91 (avaliação dos alunos) e a organização do ensino e da escola».

Valter V. Lemos, «Novo sistema de avaliação — enquadramento de uma mudança».

Borges Reis, Inês e Salgado, Lucília (1992), «Reprodução social e práticas de avaliação escolar. Comunicação apresentada ao II Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia», Lisboa, Fevereiro.

Salgado, Lucília (1992), «Avaliar ou ensinar?», in *Noésis*, n.º 23, Instituto de Inovação Educacional, Lisboa, Junho, pp. 29-32.

Perrenoud Philippe (1992), «Les procédures ordinaires d'évaluation, freins au changement des pratiques pédagogiques». Seminário Innover et/ou évaluer, Université de Neuchâtel, Março, texto polycopiado.

7 de Outubro de 1992. — O Presidente, *Eduardo Carrega Marçal Grilo*.

**Declaração de voto.** — Votei contra o projecto de parecer sobre o Despacho n.º 98-A/92, de 20 de Junho (*Diário da República*, 1.ª série B), relativo à avaliação dos alunos do ensino básico, analisado na reunião plenária do Conselho Nacional de Educação do dia 7 de Outubro, pelas razões que a seguir passo a expor:

1 — Apesar de nele se reconhecer a necessidade de coerência «entre a avaliação, as pedagogias, os currículos, os programas e a organização pedagógica», o projecto de parecer falhou a oportunidade de apresentar ao Conselho uma reflexão sistematizada, suficientemente documentada e teoricamente fundamentada, sobre as relações entre os objectivos ou finalidades fundamentais do sistema educativo, por um lado, os processos, factores e condições instrumentais do ensino e da aprendizagem, por outro, e, ainda, sobre as relações entre ambos e as modalidades de avaliação. Com efeito, o parecer, tal como o despacho que analisa, não clarificou, à luz de uma teoria do processo educativo ou do ensino e da aprendizagem, o *topos* específico, o estatuto e o papel da avaliação no sistema de relações entre as finalidades declaradas e desejadas, os meios utilizados e os resultados obtidos, ou seja, as aquisições verificadas e modificações observadas, de forma que, por intermédio de uma desejável clarificação teórica, fosse possível desmontar «ideias-feitas», desfazer equívocos e iluminar representações sociais, há muito estabelecidas e enraizadas na prática social, particularmente na prática pedagógica.

Trata-se de representações sociais que concebem a avaliação como uma «questão central» ou como uma «questão fulcral», de tal modo influente no comportamento dos agentes educativos (professores, alunos e pais) que é percebida, vivida e praticada como um objectivo ou finalidade do processo educativo em vez de ser concebida

e praticada como um meio ou instrumento de regulação entre os objectivos formulados (definidos em termos operacionais ou de competências comportamentais a adquirir pelos alunos no decurso da formação ou aprendizagem) e as competências demonstradas. O essencial da reflexão a empreender centra-se, no nosso entendimento, em torno da função mediadora, instrumental ou reguladora dos processos de ensino-aprendizagem relativamente aos objectivos desejados e às *performances* que os alunos conseguem realizar.

Trata-se de uma questão radical que o projecto de parecer não considerou como ponto de partida para o desenvolvimento coerente e sistémico da questão em apreço.

2 — Por ausência de um fio teórico orientador e articulador, tanto os comentários como as reflexões formuladas surgem motivadas quer pela intenção crítica e ideológica, quer pela reivindicação da experimentação ou «teste empírico prévio». A esta luz, não admira que o conjunto dos comentários e notas críticas assumam um carácter parcelar, de intenção crítica pontual, sem capacidade de orientação conceptual alternativa e, por conseguinte, sem dinamismo mobilizador de mudanças qualitativas a introduzir na teoria e na prática pedagógica do ensino, da aprendizagem e da avaliação, ao serviço do desenvolvimento da personalidade global dos alunos como agentes de desenvolvimento sócio-económico e cultural.

3 — Embora seja uma nota quase formal e de pormenor, não poderíamos deixar de assinalar que o modo incompleto e pouco rigoroso como são feitas as indicações de livros, artigos e documentos referenciados no texto é sintomático do carácter assistemático e parcelar do projecto de parecer no seu conjunto. *Manuel Viegas Abreu*.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Despacho Normativo n.º 644-A/94

O desenvolvimento do regime de avaliação dos alunos do ensino básico durante dois anos sucessivos mostrou a necessidade de proceder a alguns ajustamentos naquele diploma, recolhendo os ensinamentos decorrentes da sua aplicação ao processo de ensino e de aprendizagem dos alunos da escolaridade básica.

O investimento de confiança da comunidade e do Estado no regime da escolaridade obrigatória justifica o reforço de medidas que permitam induzir uma maior equidade, justiça e rigor na avaliação dos alunos.

Nestes termos, ao abrigo do artigo 7.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, e do n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto:

Determina-se o seguinte:

1 — São aditados ao anexo do Despacho Normativo n.º 98-A/92, de 20 de Junho, os n.ºs 33-A, 33-B, 33-C, 33-D, 33-E e 33-F, com a seguinte redacção:

33-A — Entre os elementos a considerar para a avaliação sumativa no final do 3.º ciclo inclui-se uma prova escrita global a realizar em todas as disciplinas do 9.º ano, excepto nas disciplinas de Educação Moral e Religiosa Católica, ou de outras confissões, de Desenvolvimento Pessoal e Social e de Educação Física.

33-B — Na disciplina de Ciências Naturais, a prova global ocorre no final do 8.º ano.

33-C — As provas globais são realizadas a nível de escola, sendo elaboradas pelo grupo disciplinar ou departamento curricular, segundo critérios aprovados pelo conselho pedagógico.

33-D — Para efeitos de formalização da avaliação sumativa em cada disciplina sujeita a prova global, a classificação final a atribuir será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{3 \text{ Cf} + PG}{4}$$

em que:

CF=classificação final;

Cf=classificação de frequência no final do 3.º período;

PG=classificação da prova global.

33-E — As condições específicas de realização das provas globais constam de despacho autónomo do Ministro da Educação.

33-F — As provas globais previstas nos n.ºs 33-A e seguintes aplicam-se aos alunos que frequentem o 8.º ano de escolaridade a partir do ano lectivo de 1995-1996 e o 9.º ano de escolaridade a partir de 1996-1997.

2 — O n.º 54 do anexo ao Despacho Normativo n.º 98-A/92, de 20 de Junho, passa a ter a seguinte redacção:

54 — Presume-se que o aluno revela grande atraso em relação aos objectivos e capacidades definidas quando obtenha nível inferior a 3 em mais de três disciplinas. Em anos de conclusão de ciclo, presume-se ainda o grande atraso quando o aluno obtenha nível inferior a 3 em mais duas disciplinas quando nestas se incluam, cumulativamente, as de Português e de Matemática.

3 — São ainda aditados ao anexo do Despacho Normativo referido no n.º 1 os n.ºs 54-A, 54-B e 73, com a seguinte redacção:

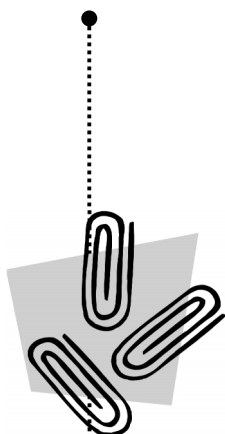
54-A — O conselho de turma pode, no entanto, excepcionalmente deliberar a progressão de um aluno que se encontre nas condições previstas no número anterior, explicitando em acta os fundamentos da deliberação.

54-B — Mesmo que o aluno do 2.º ou do 3.º ciclo não tenha sido sujeito ao processo de avaliação sumativa extraordinária previsto nos n.ºs 36 e seguintes, pode ser objecto de retenção quando a falta de assiduidade inviabilizar a avaliação sumativa do aluno, determinar a falta de aproveitamento escolar ou indiciar a sua recusa de integração cívica na comunidade escolar.

73 — Os relatórios e outros procedimentos escritos previstos no presente diploma que devam ser apreciados pelo conselho de turma ou que fundamentem as suas deliberações podem ser dispensados, mediante deliberação do conselho de turma, sendo substituídos por declarações verbais dos professores a quem a sua elaboração competiria, as quais devem ser registadas na acta da respectiva reunião.

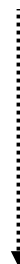
Ministério da Educação, 8 de Setembro de 1994. —  
A Ministra da Educação, *Maria Manuela Dias Ferreira Leite*.

# Anexo 3.05



## Projecto de Gestão Flexível do Currículo

(Despacho n.º 4848/97, de 30 de Julho e  
Despacho n.º 9590/99, de 14 de Maio)



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Gabinete da Secretária de Estado da Educação e Inovação

**Despacho n.º 4848/97 (2.ª série).** — No ano lectivo 1996-1997 foi lançado, no âmbito do Departamento da Educação Básica, o processo de reflexão participada sobre currículos do ensino básico, envolvendo todos os estabelecimentos de ensino dos vários ciclos que integram o ensino básico.

Um dos aspectos mais importantes deste projecto tem sido o envolvimento das escolas e a manifestação de uma capacidade colectiva de identificação sistemática dos problemas com que se defrontam nos domínios da gestão do currículo, acompanhada do desejo de construção de mudanças efectivas.

No sentido de apoiar as escolas na construção da sua autonomia, é necessário criar condições para a realização de uma gestão flexível do currículo nacional, em função dos contextos em que se encontram inseridas.

Reveste-se, pois, do maior interesse, a partir de experiências já realizadas, mobilizar um conjunto de escolas que se encontrem em condições de ensaiar caminhos próprios no âmbito da gestão flexível do currículo.

Assim, no âmbito do desenvolvimento do processo de reflexão participada sobre currículos do ensino básico e ao abrigo do disposto nos artigos 8.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de Fevereiro, determino o seguinte:

1 — Serão celebrados protocolos entre o Departamento de Educação Básica e os estabelecimentos de ensino, após parecer das respectivas direcções regionais de educação, para o desenvolvimento de projectos de gestão flexível dos currículos do ensino básico, nos termos constantes do anexo ao presente despacho, que dele faz parte integrante.

2 — O desenvolvimento de projectos de gestão curricular flexível inicia-se no ano lectivo de 1997-1998 com um conjunto de estabelecimentos de ensino, cuja lista será divulgada no início do mês de Setembro, devendo, por regra, prosseguir no ano lectivo seguinte.

3 — O desenvolvimento dos projectos será objecto de avaliação permanente, em termos a definir pelas partes envolvidas, devendo ser sempre salvaguardados os legítimos direitos dos alunos e das respectivas famílias no sentido de lhes ser assegurada a indispensável qualidade educativa das aprendizagens realizadas.

4 — É criado um conselho de acompanhamento do desenvolvimento dos projectos de gestão curricular flexível, presidido pela directora do Departamento da Educação Básica e composto pelos seguintes membros:

- Dois representantes do Departamento da Educação Básica;
- Um representante do Instituto de Inovação Educacional;
- Um representante da Inspeção-Geral de Educação;
- Um representante de cada uma das direcções regionais de educação;
- Dois representantes dos estabelecimentos de ensino envolvidos no processo de gestão curricular flexível;
- Três especialistas de reconhecida competência nos domínios do desenvolvimento curricular e da organização e gestão da formação de professores.

4.1 — Ao conselho de acompanhamento compete, nomeadamente:

- Propor orientações pedagógicas e metodológicas para o desenvolvimento dos projectos;
- Sistematizar os dados recolhidos a partir das experiências desenvolvidas pelos estabelecimentos de ensino e elaborar um relatório anual;
- Promover, por todos os meios considerados adequados, a troca de informação entre as diferentes experiências e a sua divulgação.

7 de Julho de 1997. — A Secretária de Estado da Educação e Inovação, *Ana Benavente*.

## ANEXO

1 — A organização de projectos de gestão curricular flexível é da iniciativa de estabelecimentos de ensino públicos ou particulares ou cooperativos com autonomia ou paralelismo pedagógico do 1.º ciclo e dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, bem como do ensino secundário que leccionam o 3.º ciclo do ensino básico.

2 — Os estabelecimentos de ensino enviam os projectos de gestão curricular flexível às respectivas direcções regionais de Educação, as quais, após apreciação, os remetem para aprovação ao Departamento da Educação Básica.

3 — A apresentação de projectos de gestão flexível do currículo deve ser acompanhada por um quadro justificativo do interesse do estabelecimento de ensino no desenvolvimento do projecto, considerando, designadamente, os seguintes itens:

3.1 — Definição sumária do entendimento do estabelecimento de ensino em matéria de gestão flexível do currículo;

3.2 — Listagem dos principais problemas detectados, nomeadamente no domínio das aprendizagens dos alunos, e identificação das potencialidades do projecto para a construção de soluções que visem a respectiva superação;

3.3 — Identificação de necessidades decorrentes do desenvolvimento do projecto, designadamente nos domínios da formação de professores, dos constrangimentos legais da gestão de horários e de espaços, do cumprimento de programas e dos materiais de apoio;

3.4 — Indicação do grau e amplitude do envolvimento do estabelecimento ou estabelecimentos de ensino na tomada de decisão de desenvolvimento do projecto, considerando, nomeadamente, as seguintes situações:

- a) Implicação de toda a escola;
- b) Implicação de um ciclo de escolaridade;
- c) Implicação de um ano de escolaridade;
- d) Implicação de uma turma;

3.5 — Indicação do tipo de envolvimento pretendido, segundo a organização curricular vigente, com expressa referência às disciplinas e áreas disciplinares abrangidas pelo projecto;

3.6 — Indicação do grau de implicação, total ou parcial, do corpo docente do estabelecimento de ensino;

3.7 — Indicação dos procedimentos informativos e de consulta dos pais e encarregados de educação, designadamente através da respectiva associação, acerca dos objectivos, natureza e organização do projecto de gestão flexível do currículo, bem como da sua implicação no acompanhamento e avaliação do processo;

3.8 — Explicitação do processo de tomada de decisão respeitante ao desenvolvimento do projecto da gestão flexível do currículo, considerando, nomeadamente:

- a) Decisão do órgão de gestão, após consulta ao órgão pedagógico;
- b) Deliberação do órgão pedagógico, após discussão nas estruturas de orientação educativa e nos departamentos curriculares/grupos disciplinares, assumida pelo órgão de gestão;

3.9 — Identificação da equipa responsável pelo desenvolvimento do projecto, bem como do respectivo coordenador;

3.10 — Indicação de outros parceiros que o estabelecimento de ensino considere pertinente implicar no projecto, nomeadamente autarquias locais, associações e empresas.

4 — O processo de análise dos projectos apresentados pelos estabelecimentos de ensino obedece a critérios gerais que devem contemplar, pelo menos, os seguintes requisitos:

- a) Integração do projecto de gestão curricular flexível no projecto educativo do estabelecimento de ensino;
- b) Respeito pelas finalidades e pelos objectivos dos programas em vigor, com definição de possibilidades de convergência transversal das aprendizagens nas várias disciplinas, de racionalização da sua gestão intrínseca e da articulação entre os diferentes ciclos, adoptando, sempre que possível e desejável, estruturas de trabalho colegial entre os professores;
- c) Identificação do processo, visando a definição de aprendizagens nucleares por ano de escolaridade, disciplina ou área disciplinar, bem como da respectiva progressão e articulação horizontal e vertical, tendo por base um referencial específico, designadamente os documentos de trabalho divulgados pelo Departamento da Educação Básica, no âmbito do processo de reflexão participada sobre os currículos do ensino básico;
- d) Organização do trabalho segundo formas diversificadas de registo, de divulgação e de avaliação do desenvolvimento do projecto, envolvendo no debate os professores e os pais, bem como outros intervenientes no processo educativo, quer da própria escola quer de outras escolas da respectiva área pedagógica;
- e) Articulação do desenvolvimento do projecto com outras entidades, nomeadamente centros de formação das associações

de escolas e instituições de ensino superior, para suporte documental e organização de seminários, debates e acções de formação estruturados em torno das concepções de currículo e desenvolvimento curricular e das necessidades emergentes no decorrer do processo;

- f) Existência de uma proposta de estrutura organizacional que contemple, entre outros aspectos, as necessidades de reformulação da gestão dos tempos e dos espaços das aprendizagens, de acordo com o projecto de gestão curricular, sem alteração das cargas horárias globais definidas a nível central.

1999-2000, tomarão em consideração as orientações constantes do anexo ao presente despacho, que dele faz parte integrante.

2 — Os estabelecimentos que têm vindo a desenvolver projectos ao abrigo do despacho n.º 4848/97 (2.ª série), de 30 de Julho, deverão actualizá-los de acordo com o disposto no número anterior.

3 — A autorização para o desenvolvimento dos projectos referidos nos números anteriores é da competência do director do Departamento da Educação Básica, após parecer das respectivas direcções regionais de educação.

4 — Os projectos serão objecto de avaliação, em termos a definir pelas partes envolvidas, devendo ser salvaguardados os legítimos direitos dos alunos e das respectivas famílias no sentido de lhes ser assegurada a indispensável qualidade educativa das aprendizagens realizadas.

5 — O desenvolvimento dos projectos será directamente acompanhado e apoiado pelas direcções regionais de educação, em articulação com o Departamento da Educação Básica.

6 — O desenvolvimento dos projectos será ainda acompanhado pelo conselho criado pelo despacho n.º 10 430/98 (2.ª série), de 3 de Junho, o qual passa a integrar três representantes das associações de professores e sociedades científicas.

7 — A adesão ao projecto de gestão flexível do currículo depende da iniciativa dos estabelecimentos de ensino básico, bem como do ensino secundário que leccionam o 3.º ciclo do ensino básico, públicos ou particulares ou cooperativos com autonomia ou paralelismo pedagógico.

8 — Os estabelecimentos de ensino apresentarão os seus projectos às respectivas direcções regionais de educação até 15 de Junho.

9 — É revogado o despacho n.º 4848/97 (2.ª série), de 30 de Julho.

29 de Abril de 1999. — A Secretária de Estado da Educação e Inovação, *Ana Benavente*.

#### ANEXO

1 — Por gestão flexível do currículo entende-se a possibilidade de cada escola organizar e gerir autonomamente o processo de ensino/aprendizagem, tomando como referência os saberes e as competências nucleares a desenvolver pelos alunos no final de cada ciclo e no final da escolaridade básica, adequando-o às necessidades diferenciadas de cada contexto escolar e podendo contemplar a introdução no currículo de componentes locais e regionais.

2 — O projecto de gestão flexível do currículo pretende promover:

- a) Uma mudança gradual na organização, orientação e gestão das escolas do ensino básico, visando a construção de uma escola mais humana, criativa e inteligente, com vista ao desenvolvimento integral dos seus alunos;
- b) A criação de condições para que os alunos realizem mais e melhores aprendizagens, numa perspectiva de desenvolvimento de competências à saída do ensino básico;
- c) O desenvolvimento profissional dos docentes e da sua capacidade de tomada de decisões em áreas chave do currículo, adoptando sempre que possível estruturas de trabalho colegial entre professores;
- d) Uma maior implicação da comunidade educativa no desenvolvimento conjunto de projectos educativos e culturais que visem uma maior qualidade e pertinência das aprendizagens.

3 — A elaboração de projectos de gestão flexível do currículo deve obedecer aos seguintes requisitos:

3.1 — Integração no projecto educativo da escola, acompanhado da justificação do interesse do estabelecimento de ensino no desenvolvimento do projecto;

3.2 — Explicação do processo de tomada de decisão respeitante ao desenvolvimento do projecto da gestão flexível do currículo;

3.3 — Identificação da equipa responsável pela coordenação do projecto, a qual deve integrar um membro da direcção executiva do estabelecimento de ensino;

3.4 — Indicação do grau e amplitude do envolvimento do estabelecimento do ensino no ano lectivo de 1999-2000, optando por uma das seguintes situações:

- a) Implicação de toda a escola;
- b) Implicação de todo um ciclo de escolaridade;
- c) Implicação de todo o 1.º ano de um ciclo de escolaridade;

3.5 — Indicação do desenho curricular proposto, respeitando as orientações constantes do n.º 4;

3.6 — Indicação dos procedimentos informativos e de consulta dos pais e encarregados de educação acerca da natureza, objectivos e organização do projecto, bem como da sua implicação no acompanhamento e avaliação do processo;

3.7 — Listagem de necessidades inerentes ao desenvolvimento do projecto, designadamente nos domínios da formação de professores, materiais de apoio e outros.

#### Gabinete da Secretária de Estado da Educação e Inovação

**Despacho n.º 9590/99 (2.ª série).** — Na sequência do processo de reflexão participada sobre os currículos do ensino básico, debate alargado que mobilizou as escolas no decurso do ano lectivo de 1996-1997, o Departamento da Educação Básica iniciou, no ano lectivo de 1997-1998, o projecto de gestão flexível do currículo, regulamentado pelo despacho n.º 4848/97 (2.ª série), de 30 de Julho, e enquadrado no âmbito do regime da autonomia, administração e gestão das escolas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio.

O projecto de gestão flexível do currículo visa promover uma mudança gradual nas práticas de gestão curricular nas escolas do ensino básico, com vista a melhorar a eficácia da resposta educativa aos problemas surgidos da diversidade dos contextos escolares, fazer face à falta de domínio de competências elementares por parte de muitos alunos à saída da escolaridade obrigatória e, sobretudo, assegurar que todos os alunos aprendam mais e de um modo mais significativo.

Com base na experiência dos dois primeiros anos de desenvolvimento de projectos de gestão flexível do currículo, num processo que envolveu 34 estabelecimentos de ensino, torna-se agora necessário actualizar os princípios que regulamentam e orientam estes projectos.

Nestes termos, determino:

1 — Os estabelecimentos de ensino que pretendam desenvolver projectos de gestão flexível do currículo, a partir do ano lectivo de



4 — O desenho curricular deve ser elaborado de acordo com as seguintes orientações:

4.1 — Nos 2.º e 3.º ciclos, o desenho curricular comporta, por regra, uma carga horária semanal de trinta horas, incluindo as seguintes áreas curriculares não disciplinares:

- a) Estudo Acompanhado (duas horas);
- b) Projecto Interdisciplinar (duas horas);
- c) Educação para a Cidadania (uma hora).

4.2 — No 3.º ciclo, o desenho curricular deve ainda considerar:

- a) A introdução da segunda língua estrangeira;
- b) A sequencialidade disciplinar ao longo do ciclo;
- c) Uma área disciplinar de Educação Artística e Tecnológica, assegurada por dois professores, em que os alunos podem optar por Educação Visual e Educação Tecnológica ou Educação Visual e Educação Musical;

4.3 — Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, os estabelecimentos de ensino poderão propor a organização de outras respostas educativas de enriquecimento do currículo;

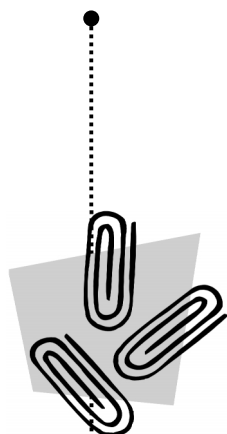
4.4 — Os estabelecimentos de ensino poderão organizar as cargas horárias das diversas disciplinas segundo agrupamentos flexíveis de tempos lectivos, os quais podem não seguir o modelo tradicional de cinquenta minutos;

4.5 — As áreas de Estudo Acompanhado e de Projecto Interdisciplinar são asseguradas por equipas de dois professores da turma, devendo garantir-se uma representação que viabilize a articulação de diferentes saberes disciplinares;

4.6 — A área de Educação para a Cidadania é coordenada pelo director de turma, em cujo horário deve constar uma hora especificamente destinada a esta actividade, coincidente com a hora marcada no horário dos alunos;

4.7 — No 2.º ciclo, a distribuição de serviço docente deve tomar em consideração as áreas pluridisciplinares previstas no mapa n.º 2 anexo ao Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto, no sentido de ser assegurada uma redução do número de professores por conselho de turma.

# Anexo 3.06



## **Reorganização Curricular do Ensino Básico,**

**(Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro; Declaração de Rectificação  
n.º 4-A/2001, de 28 de Fevereiro; Decreto-Lei n.º 209/2002, de 17 de Outubro)**



reorganização assume particular relevo a consagração no currículo de três novas áreas curriculares não disciplinares, bem como a obrigatoriedade do ensino experimental das ciências, o aprofundamento da aprendizagem das línguas modernas, o desenvolvimento da educação artística e da educação para a cidadania e o reforço do núcleo central do currículo nos domínios da língua materna e da matemática.

A preparação desta intervenção legislativa de política educativa foi objecto de um longo e continuado trabalho com as escolas e com as comunidades educativas, de que se destaca o lançamento, no ano lectivo de 1996-1997, do projecto de reflexão participada sobre os currículos do ensino básico.

Realizado o diagnóstico, foram de imediato lançadas medidas de combate à exclusão no âmbito do ensino básico, nomeadamente os currículos alternativos, a constituição de territórios educativos de intervenção prioritária e os cursos de educação e formação profissional inicial.

Paralelamente, foram lançadas outras medidas com impacte directo na qualidade das aprendizagens e na vida das escolas, designadamente o Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, concebido como primeira etapa da educação básica, e o novo regime de autonomia, administração e gestão das escolas, o qual, de forma inovatória, assumiu como condição estrutural a plena inclusão do 1.º ciclo.

De todo este processo foi emergindo a necessidade de ultrapassar uma visão de currículo como um conjunto de normas a cumprir de modo supostamente uniforme em todas as salas de aula e de ser apoiado, no contexto da crescente autonomia das escolas, o desenvolvimento de novas práticas de gestão curricular. Neste sentido, ensaiando as potencialidades de um novo desenho curricular, as escolas foram convidadas a apresentar projectos de gestão flexível do currículo.

As escolas envolvidas neste projecto têm vindo a construir processos de gestão curricular no quadro de uma flexibilidade que procura encontrar respostas adequadas aos alunos e aos contextos concretos em que os professores trabalham diariamente. Tais projectos têm considerado como pressuposto fundamental a assunção pelas escolas de uma maior capacidade de decisão relativamente ao desenvolvimento e gestão das diversas componentes do currículo e a uma maior articulação entre elas, bem como um acréscimo de responsabilidade na organização das ofertas educativas.

O *Documento Orientador das Políticas para o Ensino Básico*, publicado pelo Ministério da Educação em 1998, sintetizou os aspectos a considerar na reorganização curricular do ensino básico, sublinhando que a escola precisa de se assumir como um espaço privilegiado de educação para a cidadania e de integrar e articular, na sua oferta curricular, experiências de aprendizagem diversificadas, nomeadamente mais espaços de efectivo envolvimento dos alunos e actividades de apoio ao estudo.

Em consonância com estas perspectivas e como resultado da reflexão e dos debates realizados, assim como da experiência adquirida, importa reequacionar a organização curricular do ensino básico.

O presente decreto-lei estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular do ensino básico, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional, entendido como o conjunto de aprendizagens e competências, integrando os conhecimentos, as capacidades,

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Decreto-Lei n.º 6/2001

de 18 de Janeiro

O Programa do Governo assume como objectivo estratégico a garantia de uma educação de base para todos, entendendo-a como início de um processo de educação e formação ao longo da vida, objectivo que implica conceder uma particular atenção às situações de exclusão e desenvolver um trabalho de clarificação de exigências quanto às aprendizagens cruciais e aos modos como as mesmas se processam.

De entre as medidas identificadas para a concretização do objectivo referido assume especial relevância a que se refere à necessidade de proceder a uma reorganização do currículo do ensino básico, no sentido de reforçar a articulação entre os três ciclos que o compõem, quer no plano curricular quer na organização de processos de acompanhamento e indução que assegurem, sem perda das respectivas identidades e objectivos, uma maior qualidade das aprendizagens. Nesta

as atitudes e os valores, a desenvolver pelos alunos ao longo do ensino básico, de acordo com os objectivos consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo para este nível de ensino.

No quadro do desenvolvimento da autonomia das escolas estabelece-se que as estratégias de desenvolvimento do currículo nacional, visando adequá-lo ao contexto de cada escola, deverão ser objecto de um projecto curricular de escola, concebido, aprovado e avaliado pelos respectivos órgãos de administração e gestão, o qual deverá ser desenvolvido, em função do contexto de cada turma, num projecto curricular de turma, concebido, aprovado e avaliado pelo professor titular de turma ou pelo conselho de turma, consoante os ciclos.

O diploma define os princípios orientadores a que deve obedecer a organização e gestão do currículo, nomeadamente a coerência e sequencialidade entre os três ciclos do ensino básico e a articulação destes com o ensino secundário, a integração do currículo e da avaliação, assegurando que esta constitua o elemento regulador do ensino e da aprendizagem e a existência de áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, visando a realização de aprendizagens significativas e a formação integral dos alunos, através da articulação e da contextualização dos saberes, e estabelece os parâmetros a que deve obedecer a organização do ano escolar.

No âmbito da organização curricular do ensino básico, para além das áreas curriculares disciplinares, o diploma determina a criação de três áreas curriculares não disciplinares — área de projecto, estudo acompanhado e formação cívica.

O diploma consagra a educação para a cidadania, o domínio da língua portuguesa e a valorização da dimensão humana do trabalho, bem como a utilização das tecnologias de informação e comunicação como formações transdisciplinares, no âmbito do ensino básico, abordando de forma integrada a diversificação das ofertas educativas, tomando em consideração as necessidades dos alunos, definindo um quadro flexível para o desenvolvimento de actividades de enriquecimento do currículo.

Especial relevância assumem as disposições relativas à avaliação das aprendizagens, entendida como um processo regulador das aprendizagens, orientador do percurso escolar e certificador das diversas aquisições realizadas pelos alunos ao longo do ensino básico, bem como à avaliação do desenvolvimento do currículo nacional.

Foi ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas.

Foram observados os procedimentos decorrentes da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido na alínea e) do n.º 1 do artigo 59.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

## CAPÍTULO I

### Princípios gerais

#### Artigo 1.º

##### Objecto e âmbito

1 — O presente diploma estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular do

ensino básico, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional.

2 — Os princípios orientadores definidos no presente diploma aplicam-se às demais ofertas formativas relativas ao ensino básico, no âmbito do sistema educativo.

#### Artigo 2.º

##### Curriculum

1 — Para efeitos do disposto no presente diploma, entende-se por currículo nacional o conjunto de aprendizagens e competências a desenvolver pelos alunos ao longo do ensino básico, de acordo com os objectivos consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo para este nível de ensino, expresso em orientações aprovadas pelo Ministro da Educação, tomando por referência os desenhos curriculares anexos ao presente decreto-lei.

2 — As orientações a que se refere o número anterior definem ainda o conjunto de competências consideradas essenciais e estruturantes no âmbito do desenvolvimento do currículo nacional, para cada um dos ciclos do ensino básico, o perfil de competências terminais deste nível de ensino, bem como os tipos de experiências educativas que devem ser proporcionadas a todos os alunos.

3 — As estratégias de desenvolvimento do currículo nacional, visando adequá-lo ao contexto de cada escola, são objecto de um projecto curricular de escola, concebido, aprovado e avaliado pelos respectivos órgãos de administração e gestão.

4 — As estratégias de concretização e desenvolvimento do currículo nacional e do projecto curricular de escola, visando adequá-los ao contexto de cada turma, são objecto de um projecto curricular de turma, concebido, aprovado e avaliado pelo professor titular de turma, em articulação com o conselho de docentes, ou pelo conselho de turma, consoante os ciclos.

#### Artigo 3.º

##### Princípios orientadores

A organização e a gestão do currículo subordinam-se aos seguintes princípios orientadores:

- a) Coerência e sequencialidade entre os três ciclos do ensino básico e articulação destes com o ensino secundário;
- b) Integração do currículo e da avaliação, assegurando que esta constitua o elemento regulador do ensino e da aprendizagem;
- c) Existência de áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, visando a realização de aprendizagens significativas e a formação integral dos alunos, através da articulação e da contextualização dos saberes;
- d) Integração, com carácter transversal, da educação para a cidadania em todas as áreas curriculares;
- e) Valorização das aprendizagens experimentais nas diferentes áreas e disciplinas, em particular, e com carácter obrigatório, no ensino das ciências, promovendo a integração das dimensões teórica e prática;
- f) Racionalização da carga horária lectiva semanal dos alunos;
- g) Reconhecimento da autonomia da escola no sentido da definição de um projecto de desenvolvimento do currículo adequado ao seu con-

texto e integrado no respectivo projecto educativo;

- h) Valorização da diversidade de metodologias e estratégias de ensino e actividades de aprendizagem, em particular com recurso a tecnologias de informação e comunicação, visando favorecer o desenvolvimento de competências numa perspectiva de formação ao longo da vida;
- i) Diversidade de ofertas educativas, tomando em consideração as necessidades dos alunos, por forma a assegurar que todos possam desenvolver as competências essenciais e estruturantes definidas para cada um dos ciclos e concluir a escolaridade obrigatória.

#### Artigo 4.º

##### Organização do ano escolar

1 — O ano escolar é entendido como o período compreendido entre o dia 1 de Setembro de cada ano e o dia 31 de Agosto do ano seguinte.

2 — O ano lectivo corresponde a um mínimo de 180 dias efectivos de actividades escolares.

3 — O calendário escolar anual é definido por despacho do Ministro da Educação, ouvidos os parceiros educativos.

## CAPÍTULO II

### Organização e gestão do currículo nacional

#### Artigo 5.º

##### Organização

1 — São aprovados os desenhos curriculares dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico constantes dos anexos I, II e III ao presente diploma e do qual fazem parte integrante.

2 — Os desenhos curriculares dos três ciclos do ensino básico integram áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, bem como, nos 2.º e 3.º ciclos, a carga horária semanal de cada uma delas.

3 — Para efeito do número anterior, consideram-se as seguintes áreas curriculares não disciplinares:

- a) Área de projecto, visando a concepção, realização e avaliação de projectos, através da articulação de saberes de diversas áreas curriculares, em torno de problemas ou temas de pesquisa ou de intervenção, de acordo com as necessidades e os interesses dos alunos;
- b) Estudo acompanhado, visando a aquisição de competências que permitam a apropriação pelos alunos de métodos de estudo e de trabalho e proporcionem o desenvolvimento de atitudes e de capacidades que favoreçam uma cada vez maior autonomia na realização das aprendizagens;
- c) Formação cívica, espaço privilegiado para o desenvolvimento da educação para a cidadania, visando o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos como elemento fundamental no processo de formação de cidadãos responsáveis, críticos, activos e intervenientes, com recurso, nomeadamente, ao intercâmbio de experiências vividas pelos alunos e à sua participação, individual e colectiva, na vida da turma, da escola e da comunidade.

4 — O desenvolvimento das áreas curriculares não disciplinares assume especificidades próprias, de acordo com as características de cada ciclo, sendo da responsabilidade do professor titular de turma, no caso do 1.º ciclo, e do conselho de turma, no caso dos 2.º e 3.º ciclos.

5 — As escolas, no âmbito da sua autonomia, devem desenvolver outros projectos e actividades que contribuam para a formação pessoal e social dos alunos, nas quais se inclui, nos termos da Constituição e da lei, a Educação Moral e Religiosa, de frequência facultativa.

6 — As orientações para as diversas áreas curriculares dos três ciclos do ensino básico, incluindo os conteúdos programáticos das áreas disciplinares, são homologadas por despacho do Ministro da Educação.

7 — No respeito pelos limites constantes dos desenhos curriculares a que se refere o n.º 1 do presente artigo, compete à escola, no desenvolvimento da sua autonomia e no âmbito do seu projecto curricular, definir as cargas horárias a atribuir às diversas componentes do currículo.

#### Artigo 6.º

##### Formações transdisciplinares

1 — A educação para a cidadania bem como a valorização da língua portuguesa e da dimensão humana do trabalho constituem formações transdisciplinares, no âmbito do ensino básico.

2 — Constitui ainda formação transdisciplinar de carácter instrumental a utilização das tecnologias de informação e comunicação, a qual deverá conduzir, no âmbito da escolaridade obrigatória, a uma certificação da aquisição das competências básicas neste domínio.

#### Artigo 7.º

##### Línguas estrangeiras

1 — As escolas do 1.º ciclo podem, de acordo com os recursos disponíveis, proporcionar a iniciação a uma língua estrangeira, com ênfase na sua expressão oral.

2 — A aprendizagem de uma língua estrangeira inicia-se obrigatoriamente no 2.º ciclo e prolonga-se no 3.º ciclo, de modo a proporcionar aos alunos o domínio da língua num crescendo de adequação e fluência.

3 — A aprendizagem de uma segunda língua estrangeira é obrigatória no 3.º ciclo.

#### Artigo 8.º

##### Língua portuguesa como segunda língua

As escolas devem proporcionar actividades curriculares específicas para a aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua aos alunos cuja língua materna não seja o português.

#### Artigo 9.º

##### Actividades de enriquecimento do currículo

As escolas, no desenvolvimento do seu projecto educativo, devem proporcionar aos alunos actividades de enriquecimento do currículo, de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica e cultural, incidindo, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação.

**Artigo 10.º****Educação especial**

1 — Aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente é oferecida a modalidade de educação especial.

2 — Para efeitos do presente diploma, consideram-se alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente os alunos que apresentem incapacidade ou incapacidades que se reflectam numa ou mais áreas de realização de aprendizagens, resultantes de deficiências de ordem sensorial, motora ou mental, de perturbações da fala e da linguagem, de perturbações graves da personalidade ou do comportamento ou graves problemas de saúde.

3 — O disposto nos números anteriores é objecto de regulamentação própria.

**Artigo 11.º****Diversificação das ofertas curriculares**

1 — Visando assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e combater a exclusão, as escolas dispõem de dispositivos de organização e gestão do currículo, destinados especialmente a alunos que revelem insucesso escolar repetido ou problemas de integração na comunidade educativa, os quais, para além da formação escolar, podem conferir um certificado de qualificação profissional.

2 — Compete às escolas, no desenvolvimento da sua autonomia e no âmbito do seu projecto educativo, conceber, propor e gerir outras medidas específicas de diversificação da oferta curricular.

3 — As orientações relativas à diversificação das ofertas curriculares constam de despacho do Ministro da Educação ou de despacho conjunto dos Ministros da Educação e do Trabalho e da Solidariedade quando, para além da certificação escolar, confirmam um certificado de qualificação profissional.

**CAPÍTULO III****Avaliação****Artigo 12.º****Avaliação das aprendizagens**

1 — A avaliação constitui um processo regulador das aprendizagens, orientador do percurso escolar e certificador das diversas aquisições realizadas pelo aluno ao longo do ensino básico.

2 — Na avaliação das aprendizagens dos alunos intervm todos os professores envolvidos, assumindo particular responsabilidade neste processo o professor titular de turma, no 1.º ciclo, e os professores que integram o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos.

3 — A escola deve assegurar a participação dos alunos e dos pais e encarregados de educação no processo de avaliação das aprendizagens, em condições a estabelecer no respectivo regulamento interno.

4 — Podem, ainda, ter intervenção no processo de avaliação das aprendizagens dos alunos os serviços especializados de apoio educativo, os órgãos de administração e gestão da escola ou do agrupamento de escolas, bem como outras entidades, nomeadamente serviços centrais e regionais da administração da educação, de

acordo com o disposto na lei e no regulamento interno da escola.

5 — No âmbito da sua autonomia, compete à escola, em articulação com os serviços centrais e regionais da administração da educação, desenvolver e divulgar instrumentos de informação para os alunos, pais e encarregados de educação e demais elementos da comunidade educativa.

6 — As medidas de desenvolvimento do disposto no presente diploma em matéria de avaliação das aprendizagens dos alunos são aprovadas por despacho do Ministro da Educação.

**Artigo 13.º****Modalidades**

1 — A avaliação das aprendizagens compreende as modalidades de avaliação diagnóstica, de avaliação formativa e de avaliação sumativa.

2 — A avaliação diagnóstica realiza-se no início de cada ano de escolaridade, devendo articular-se com estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional.

3 — A avaliação formativa assume carácter contínuo e sistemático, recorre a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, adequados à diversidade das aprendizagens e aos contextos em que ocorrem, tendo como uma das funções principais a regulação do ensino e da aprendizagem.

4 — A avaliação sumativa realiza-se no final de cada período lectivo, utiliza a informação recolhida no âmbito da avaliação formativa e traduz-se na formulação de um juízo globalizante sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos.

5 — No 1.º ciclo do ensino básico, a avaliação sumativa exprime-se de forma descritiva, incidindo sobre as diferentes áreas curriculares.

6 — Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, a avaliação sumativa exprime-se numa escala de 1 a 5 nas áreas curriculares disciplinares, assumindo formas de expressão qualitativa nas áreas curriculares não disciplinares.

**Artigo 14.º****Efeitos da avaliação**

1 — A evolução do processo educativo dos alunos no ensino básico assume uma lógica de ciclo, progredindo ao ciclo imediato o aluno que tenha desenvolvido as competências a que se refere o n.º 2 do artigo 2.º do presente diploma.

2 — Em situações de não realização das aprendizagens definidas no projecto curricular de turma para um ano não terminal de ciclo que, fundamentadamente, comprometam o desenvolvimento das competências definidas para um ciclo de escolaridade, o professor titular de turma, no 1.º ciclo, ouvidos os competentes conselhos de docentes, ou o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, poderá determinar a retenção do aluno no mesmo ano de escolaridade, excepto no caso do 1.º ano de escolaridade.

3 — Em situações de retenção, compete ao professor titular de turma, no 1.º ciclo, e ao conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, identificar as aprendizagens não realizadas pelo aluno, as quais devem ser tomadas em

consideração na elaboração do projecto curricular da turma em que o referido aluno venha a ser integrado no ano escolar subsequente.

#### Artigo 15.º

##### Conclusão e certificação do ensino básico

1 — Aos alunos que concluem com aproveitamento o ensino básico é passado o diploma do ensino básico pelo órgão de direcção executiva da respectiva escola.

2 — A requerimento dos interessados, podem, ainda, ser emitidas, pelo órgão de direcção executiva da escola, em qualquer momento do percurso escolar do aluno, certidões das habilitações adquiridas, as quais podem discriminar as disciplinas e áreas curriculares não disciplinares concluídas e respectivos resultados de avaliação.

#### Artigo 16.º

##### Avaliação do desenvolvimento do currículo nacional

O desenvolvimento do currículo nacional, bem como a aquisição pelos alunos das competências essenciais e estruturantes nos diversos ciclos do ensino básico, é objecto de avaliação, recorrendo a uma diversidade de técnicas e de instrumentos.

#### Artigo 17.º

##### Provas nacionais de aferição

1 — As provas nacionais de aferição constituem um dos instrumentos de avaliação do desenvolvimento do currículo nacional e destinam-se a fornecer informação relevante aos professores, às escolas e à administração educativa, não produzindo efeitos na progressão escolar dos alunos.

2 — O enquadramento do processo de realização das provas nacionais de aferição é objecto de despacho do Ministro da Educação, sendo a sua realização da responsabilidade de serviços centrais do Ministério da Educação.

### CAPÍTULO IV

#### Disposições finais e transitórias

#### Artigo 18.º

##### Formação de professores

1 — Na organização dos cursos de formação inicial de professores do ensino básico são respeitados os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo do ensino básico constantes do presente diploma, de acordo com os perfis de qualificação para a docência decorrentes do disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo.

2 — A organização de acções de formação contínua de professores deve tomar em consideração as necessidades reais de cada contexto escolar, nomeadamente através da utilização de modalidades de formação centradas na escola e nas práticas profissionais, e dar uma particular atenção às áreas curriculares não disciplinares.

3 — A organização de acções de formação especializada de professores deve dar uma particular atenção às áreas de desenvolvimento curricular, de supervisão pedagógica e de orientação educativa.

#### Artigo 19.º

##### Grupos de docência e distribuição de serviço

1 — Por portaria do Ministro da Educação são reorganizados os grupos de docência, por forma a corresponder aos princípios orientadores da organização e da gestão do currículo constantes do presente diploma.

2 — Até à publicação da portaria a que se refere o número anterior, a distribuição de serviço aos docentes em cada escola deve obedecer a uma lógica de gestão integrada de recursos humanos, no respeito pelos princípios orientadores da organização e da gestão do currículo constantes do presente diploma.

3 — A adequação da componente lectiva dos docentes à nova organização da carga horária dos alunos, de acordo com o previsto nos anexos II e III ao presente diploma, é definida por despacho do Ministro da Educação, no respeito pelo disposto no artigo 77.º do Estatuto da Carreira Docente, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 1/98, de 2 de Janeiro.

#### Artigo 20.º

##### Produção de efeitos

1 — O presente diploma produz efeitos no ano lectivo de 2001-2002 no que respeita a todos os anos de escolaridade dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.

2 — O presente diploma produz efeitos a partir do ano lectivo de:

- a) 2002-2003 no que respeita ao 7.º ano de escolaridade;
- b) 2003-2004 no que respeita ao 8.º ano de escolaridade;
- c) 2004-2005 no que respeita ao 9.º ano de escolaridade.

3 — Os mecanismos de transição para os desenhos curriculares aprovados pelo presente diploma são definidos por despacho do Ministro da Educação.

#### Artigo 21.º

##### Norma revogatória

É revogado o Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto, em tudo o que se refere ao ensino básico, de acordo com a calendarização definida no artigo anterior.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 2 de Novembro de 2000. — *Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho — Guilherme d'Oliveira Martins — Joaquim Augusto Nunes Pina Moura — Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues — Augusto Ernesto Santos Silva — Alberto de Sousa Martins.*

Promulgado em 6 de Janeiro de 2001.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 11 de Janeiro de 2001.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres.*

## ANEXO

## 1.º ciclo

Componentes do currículo	
Educação para a cidadania . . . . .	Áreas curriculares disciplinares: Língua Portuguesa. Matemática. Estudo do Meio. Expressões: Artísticas; Físico-motoras.
	Formação pessoal e social . . . . . Áreas curriculares não disciplinares (a): Área do projecto. Estudo acompanhado. Formação cívica.
	<i>Total: 25 horas.</i>
	Educação Moral e Religiosa (b).
	Actividades de enriquecimento (c).

(a) Estas áreas devem ser desenvolvidas em articulação entre si e com as áreas disciplinares, incluindo uma componente de trabalho dos alunos com as tecnologias da informação e da comunicação e constar explicitamente do projecto curricular de turma.

(b) Área curricular disciplinar de frequência facultativa, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º

(c) Actividades de carácter facultativo, nos termos do artigo 9.º, incluindo uma possível iniciação a uma língua estrangeira, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º

O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará, obrigatoriamente, actividades experimentais e actividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes áreas, nomeadamente no ensino das ciências.

## ANEXO II

## 2.º ciclo

Componentes do currículo		Carga horária semanal (× 90 min.) (a)		
		5.º ano	6.º ano	Total ciclo
Educação para a cidadania	Áreas curriculares disciplinares: Línguas e Estudos Sociais . . . . . Língua Portuguesa. Língua Estrangeira. História e Geografia de Portugal.	5	5,5	10,5
	Matemática e Ciências . . . . . Matemática. Ciências da Natureza.	3,5	3,5	7
	Educação Artística e Tecnológica . . . . . Educação Visual e Tecnológica (b). Educação Musical.	3	3	6
	Educação Física . . . . .	1,5	1,5	3
	Formação pessoal e social Áreas curriculares não disciplinares (c) . . . . . Área de projecto. Estudo acompanhado. Formação cívica.	3	2,5	5,5
	<i>Total . . . . .</i>	16	16	32
	A decidir pela escola . . . . .	0,5	0,5	1
	Educação Moral e Religiosa (d) . . . . .	0,5	0,5	1



Componentes do currículo			Carga horária semanal (× 90 min.) (a)		
			5.º ano	6.º ano	Total ciclo
Educação para a cidadania	Formação pessoal e social	Máximo global . . . . .	17	17	34
		Actividades de enriquecimento (e).			

(a) A carga horária semanal refere-se a tempo útil de aula e está organizada em períodos de 90 minutos, assumindo a sua distribuição por anos de escolaridade um carácter indicativo. Em situações justificadas, a escola poderá propor uma diferente organização de carga horária semanal dos alunos, devendo contudo respeitar os totais por área curricular e ciclo, assim como o máximo global indicado para cada ano de escolaridade.

(b) A leccionação de Educação Visual e Tecnológica estará a cargo de dois professores.

(c) Estas áreas devem ser desenvolvidas em articulação entre si e com as áreas disciplinares, incluindo uma componente de trabalho dos alunos com as tecnologias da informação e da comunicação e constar explicitamente do projecto curricular de turma. A área de projecto e o estudo acompanhado são assegurados por equipas de dois professores de turma, preferencialmente de áreas científicas diferentes.

(d) Disciplina de frequência facultativa, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º

(e) Actividades de carácter facultativo, nos termos do artigo 9.º

O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará, obrigatoriamente, actividades experimentais e actividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes áreas ou disciplinas, nomeadamente no ensino das ciências.

## ANEXO III

## 3.º ciclo

Componentes do currículo		Carga horária semanal (× 90 min.) (a)			
		7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total ciclo
Educação para a cidadania	Áreas curriculares disciplinares:				
	Língua Portuguesa . . . . .	2	2	2	6
	Línguas Estrangeiras . . . . .	3	2,5	2,5	8
	LE1.				
	LE2.				
	Ciências Humanas e Sociais . . . . .	2	2,5	2,5	7
	História.				
	Geografia.				
	Matemática . . . . .	2	2	2	6
	Ciências Físicas e Naturais . . . . .	2	2	2,5	6,5
	Ciências Naturais.				
	Físico-Química.				
	Educação Artística:				
	Educação Visual . . . . .	(c) 1	(c) 1	(d) 1,5	5,5
	Outra disciplina (oferta da escola) (b) . . . . .				
	Educação Tecnológica . . . . .	(c) 1	(c) 1		
	Educação Física . . . . .	1,5	1,5	1,5	4,5
	Formação pessoal e social				
	Área curriculares não disciplinares (e) . . . . .	2,5	2,5	2,5	7,5
	Áreas de projecto.				
	Estudo acompanhado.				
	Formação cívica.				
	Total . . . . .	17	17	17	51
	A decidir pela escola . . . . .	0,5	0,5	0,5	1,5
	Educação Moral e Religiosa (f)	0,5	0,5	0,5	1,5

Componentes do currículo			Carga horária semanal (× 90 min.) (a)			
			7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total ciclo
Educação para a cidadania	Formação pessoal e social	Máximo global . . . . .	18	18	18	54
		Actividades de enriquecimento (g).				

(a) A carga horária semanal refere-se a tempo útil de aula e está organizada em períodos de 90 minutos, assumindo a sua distribuição por anos de escolaridade um carácter indicativo. Em situações justificadas, a escola poderá propor uma diferente organização de carga horária semanal dos alunos, devendo contudo respeitar os totais por área curricular e ciclo, assim como o máximo global indicado para cada ano de escolaridade.

(b) A escola deve oferecer outras disciplinas da área da Educação Artística (Educação Musical, Teatro, Dança, etc.).

(c) Nos 7.º e 8.º anos os alunos têm i) Educação Visual ao longo do ano lectivo e ii), numa organização equitativa ao longo de cada ano, uma outra disciplina da área da Educação Artística e Educação Tecnológica.

(d) No 9.º ano os alunos escolhem livremente uma única disciplina, entre as ofertas da escola nos domínios artístico e tecnológico.

(e) Estas áreas devem ser desenvolvidas em articulação entre si e com as áreas disciplinares, incluindo uma componente de trabalho dos alunos com as tecnologias da informação e da comunicação e constar explicitamente do projecto curricular de turma. A área de projecto e o estudo acompanhado são assegurados por uma equipa de dois professores da turma, preferencialmente de áreas científicas diferentes.

(f) Disciplina de frequência facultativa, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º

(g) Actividades de carácter facultativo, nos termos do artigo 9.º

O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará, obrigatoriamente, actividades experimentais e actividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes áreas ou disciplinas, nomeadamente no ensino das ciências.

**PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS****Declaração de Rectificação n.º 4-A/2001**

Para os devidos efeitos se declara que o Decreto-Lei n.º 6/2001, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 15, de 18 de Janeiro de 2001, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

No quinto parágrafo do preâmbulo, onde se lê «concebido» deve ler-se «concebida».

Os anexos n.ºs 1, 2 e 3 saíram com inexactidões, pelo que se procede de novo à sua publicação:

**ANEXO I****1.º Ciclo****Componentes do currículo**

<b>Educação para a cidadania</b>	<b>Áreas curriculares disciplinares</b>	
	Língua Portuguesa	
	Matemática	
	Estudo do Meio	
	Expressões	
	- artísticas	
	- físico-motoras	
<b>Formação Pessoal e Social</b>	<b>Áreas curriculares não disciplinares <sup>a</sup></b>	
	Área de Projecto	
	Estudo Acompanhado	
	Formação Cívica	
	Total: 25 horas	
	<b>Educação Moral e Religiosa <sup>b</sup></b>	
	<b>Actividades de enriquecimento <sup>c</sup></b>	

— O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará, obrigatoriamente, actividades experimentais e actividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes áreas, nomeadamente no ensino das ciências.

<sup>a</sup> Estas áreas devem ser desenvolvidas em articulação entre si e com as áreas disciplinares, incluindo uma componente de trabalho dos alunos com as tecnologias da informação e da comunicação e constar explicitamente do projecto curricular de turma.

<sup>b</sup> Área curricular disciplinar de frequência facultativa, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º.

<sup>c</sup> Actividades de carácter facultativo, nos termos do artigo 9.º, incluindo uma possível iniciação a uma língua estrangeira, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º.

## ANEXO II

## 2.º Ciclo

		Carga horária semanal (x 90 min.) <sup>a</sup>		
Componentes do currículo		5.º ano	6.º ano	Total ciclo
Educação para a cidadania	<b>Áreas curriculares disciplinares</b>			
	<b>Línguas e Estudos Sociais</b>	5	5,5	10,5
	Língua Portuguesa			
	Língua Estrangeira			
	História e Geografia de Portugal			
	<b>Matemática e Ciências</b>	3,5	3,5	7
	Matemática			
	Ciências da Natureza			
	<b>Educação Artística e Tecnológica</b>	3	3	6
	Educação Visual e Tecnológica <sup>b</sup>			
	Educação Musical			
	<b>Educação Física</b>	1,5	1,5	3
Formação Pessoal e Social	<b>Áreas curriculares não disciplinares<sup>c</sup></b>	3	2,5	5,5
	Área de Projecto			
	Estudo Acompanhado			
	Formação Cívica			
	total	16	16	32
	a decidir pela escola	0,5	0,5	1
	Educação Moral e Religiosa <sup>d</sup>	0,5	0,5	1
	<b>Máximo global</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>34</b>
	Actividades de enriquecimento <sup>e</sup>			

— O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará, obrigatoriamente, actividades experimentais e actividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes áreas ou disciplinas, nomeadamente no ensino das ciências.

<sup>a</sup> A carga horária semanal refere-se a tempo útil de aula e está organizada em períodos de 90 minutos, assumindo a sua distribuição por anos de escolaridade um carácter indicativo.

Em situações justificadas, a escola poderá propor uma diferente organização da carga horária semanal dos alunos, devendo contudo respeitar os totais por área curricular e ciclo, assim como o máximo global indicado para cada ano de escolaridade.

<sup>b</sup> A leccionação de Educação Visual e Tecnológica estará a cargo de dois professores.

<sup>c</sup> Estas áreas devem ser desenvolvidas em articulação entre si e com as áreas disciplinares, incluindo uma componente de trabalho dos alunos com as tecnologias da informação e da comunicação e constar explicitamente do projecto curricular de turma. A área de projecto e o estudo acompanhado são assegurados por equipas de dois professores da turma, preferencialmente de áreas científicas diferentes.

<sup>d</sup> Disciplina de frequência facultativa, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º.

<sup>e</sup> Actividades de carácter facultativo, nos termos do artigo 9.º.

## ANEXO III

## 3.º Ciclo

		Carga horária semanal (x 90 min.) <sup>a</sup>			
Componentes do currículo		7º ano	8º ano	9º ano	Total ciclo
Educação para a Cidadania	<b>Áreas curriculares disciplinares</b>				
	Língua Portuguesa	2	2	2	6
	Línguas Estrangeiras	3	2,5	2,5	8
	LE1				
	LE2				
	Ciências Humanas e Sociais	2	2,5	2,5	7
	História				
	Geografia				
	Matemática	2	2	2	6
	Ciências Físicas e Naturais	2	2	2,5	6,5
	Ciências Naturais				
	Físico-Química				
	Educação Artística				
	Educação Visual	1 <sup>c</sup>	1 <sup>c</sup>	1,5 <sup>d</sup>	5,5
	outra disciplina (oferta da escola) <sup>b</sup>	1 <sup>c</sup>	1 <sup>c</sup>		
Formação Pessoal e Social	Educação Tecnológica				
	Educação Física	1,5	1,5	1,5	4,5
	Áreas curriculares não disciplinares <sup>e</sup>	2,5	2,5	2,5	7,5
	Área de Projecto				
	Estudo Acompanhado				
	Formação Cívica				
	total	17	17	17	51
	a decidir pela escola	0,5	0,5	0,5	1,5
	Educação Moral e Religiosa <sup>f</sup>	0,5	0,5	0,5	1,5
	Máximo global	18	18	18	54
	Actividades de enriquecimento <sup>g</sup>				

— O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará, obrigatoriamente, actividades experimentais e actividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes áreas ou disciplinas, nomeadamente no ensino das ciências.

<sup>a</sup> A carga horária semanal refere-se a tempo útil de aula e está organizada em períodos de 90 minutos, assumindo a sua distribuição por anos de escolaridade um carácter indicativo.

Em situações justificadas, a escola poderá propor uma diferente organização da carga horária semanal dos alunos, devendo contudo respeitar os totais por área curricular e ciclo, assim como o máximo global indicado para cada ano de escolaridade.

<sup>b</sup> A escola deve oferecer outras disciplinas da área da Educação Artística (Educação Musical, Teatro, Dança, etc.).

- <sup>c</sup> Nos 7.º e 8.º anos, os alunos têm (i) Educação Visual ao longo do ano lectivo e (ii), numa organização equitativa ao longo de cada ano, uma outra disciplina da área da Educação Artística e Educação Tecnológica.
- <sup>d</sup> No 9.º ano, os alunos escolhem livremente uma única disciplina, entre as ofertas da escola nos domínios artístico e tecnológico.
- <sup>e</sup> Estas áreas devem ser desenvolvidas em articulação entre si e com as áreas disciplinares, incluindo uma componente de trabalho dos alunos com as tecnologias da informação e da comunicação e constar explicitamente do projecto curricular de turma. A área de projecto e o estudo acompanhado são assegurados por uma equipa de dois professores da turma, preferencialmente de áreas científicas diferentes.
- <sup>f</sup> Disciplina de frequência facultativa, nos termos do n.º 5 do artigo 5º.
- <sup>g</sup> Actividades de carácter facultativo, nos termos do artigo 9.º.

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 28 de Fevereiro de 2001. — O Secretário-Geral, *Alexandre Figueiredo*.

**Decreto-Lei n.º 209/2002****de 17 de Outubro**

O Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 4-A/2001, de 28 de Fevereiro, aprovou a organização curricular do ensino básico, estabelecendo os princípios orientadores da organização e da gestão curricular desse nível de ensino, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional.

Nos termos do referido diploma, foram aprovados os desenhos curriculares dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, constantes dos anexos I, II e III, os quais integram áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, bem como, nos 2.º e 3.º ciclos, a carga horária semanal de cada uma delas.

Sendo uma preocupação do Governo rentabilizar os recursos existentes nas escolas, introduzir a avaliação

sumativa externa, as tecnologias de informação e comunicação como área curricular disciplinar, bem como clarificar as orientações constantes nas matrizes curriculares de forma a conferir-lhes um melhor equilíbrio pedagógico, torna-se necessária a alteração do artigo 13.º e dos anexos I, II e III do referido diploma.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas.

Foi ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido na alínea e) do n.º 1 do artigo 59.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

### Artigo 1.º

#### Alteração ao artigo 13.º

O artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, passa a ter a seguinte redacção:

#### «Artigo 13.º

##### Modalidades

1 — .....  
2 — .....  
3 — .....  
4 — A avaliação sumativa traduz-se na formulação de um juízo globalizante sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos, tendo como funções principais o apoio ao processo educativo e a sua certificação, e inclui:

- a) A avaliação sumativa interna, da responsabilidade dos professores e da escola, que se realiza no final de cada período lectivo utilizando a informação recolhida no âmbito da avaliação formativa;
- b) A avaliação sumativa externa, da responsabilidade dos serviços centrais do Ministério da Educação, que compreende a realização de exames nacionais no 9.º ano, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

5 — No 1.º ciclo do ensino básico, a avaliação sumativa interna exprime-se de forma descritiva, incidindo sobre as diferentes áreas curriculares.

6 — Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, a avaliação sumativa interna exprime-se numa escala de 1 a 5 nas áreas curriculares disciplinares, assumindo formas de expressão qualitativa nas áreas curriculares não disciplinares.

7 — No 3.º ciclo do ensino básico, a avaliação sumativa externa é feita nos termos previstos no n.º 4, alínea b).»

### Artigo 2.º

#### Aditamento

É aditado ao Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, o seguinte artigo:

#### «Artigo 19.º-A

##### Regiões Autónomas

A aplicação do presente diploma às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira faz-se sem prejuízo das competências dos órgãos de governo próprio em matéria de educação.»

### Artigo 3.º

#### Alteração aos anexos I, II e III

Os anexos I, II e III do Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, passam a ter a redacção constante dos anexos ao presente diploma, que dele fazem parte integrante.

### Artigo 4.º

#### Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia imediatamente a seguir ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 1 de Agosto de 2002. — *José Manuel Durão Barroso* — *Maria Manuela Dias Ferreira Leite* — *José David Gomes Justino* — *António José de Castro Bagão Félix*.

Promulgado em 25 de Setembro de 2002.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 4 de Outubro de 2002.

O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

### ANEXO I

#### 1.º ciclo

##### Componentes do currículo

Educação para a Cidadania . . . .	<div> <p>Áreas curriculares disciplinares de frequência obrigatória:</p> <p>Língua Portuguesa; Matemática; Estudo do Meio; Expressões:</p> <p>Artísticas; Físico-motoras.</p> </div>
Formação Pessoal e Social . . . .	<div> <p>Áreas curriculares não disciplinares (a):</p> <p>Área de projecto; Estudo acompanhado; Formação cívica.</p> </div>
	Total: 25 horas.



## Componentes do currículo

Educação para a Cidadania . . . . .	Formação Pessoal e Social . . . . .	Área curricular disciplinar de frequência facultativa (b): Educação Moral e Religiosa (b).
		<i>Total: 1 hora.</i>
		<i>Total: 26 horas.</i>
		Actividades de enriquecimento (c).

(a) Estas áreas devem ser desenvolvidas em articulação entre si e com as áreas disciplinares, incluindo uma componente de trabalho dos alunos com as tecnologias da informação e da comunicação, e constar explicitamente do projecto curricular de turma.

(b) Nos termos do n.º 5 do artigo 5.º

(c) Actividades de carácter facultativo, nos termos do artigo 9.º, incluindo uma possível iniciação a uma língua estrangeira, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º

O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará, obrigatoriamente, actividades experimentais e actividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes áreas, nomeadamente no ensino das ciências.

## ANEXO II

## 2.º ciclo

Componentes do currículo		Carga horária semanal (× 90 min.) (a)			
		5.º ano	6.º ano	Total ciclo	
Educação para a Cidadania	Áreas curriculares disciplinares: Línguas e Estudos Sociais ..... Língua Portuguesa; Língua Estrangeira; História e Geografia de Portugal.	5	5,5	10,5	
	Matemática e Ciências ..... Matemática; Ciências da Natureza.	3,5	3,5	7	
	Educação Artística e Tecnológica ..... Educação Visual e Tecnológica (b); Educação Musical.	3	3	6	
	Educação Física .....	1,5	1,5	3	
	Formação Pessoal e Social	Educação Moral e Religiosa (c) .....	0,5	0,5	1
		Áreas curriculares não disciplinares (d) .... Área de Projecto; Estudo Acompanhado; Formação Cívica.	3	2,5	5,5
		Total .....	16 (16,5)	16 (16,5)	32 (33)
		A decidir pela escola .....	0,5	0,5	1
Máximo global .....		17	17	34	
Actividades de enriquecimento (e).					

(a) A carga horária semanal refere-se a tempo útil de aula e está organizada em períodos de 90 minutos, assumindo a sua distribuição por anos de escolaridade um carácter indicativo. Em situações justificadas, a escola poderá propor uma diferente organização da carga horária semanal dos alunos, devendo contudo respeitar os totais por área curricular e ciclo, assim como o máximo global indicado para cada ano de escolaridade.

(b) A leccionação de Educação Visual e Tecnológica estará a cargo de dois professores.

(c) Disciplina de frequência facultativa, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º

(d) Estas áreas devem ser desenvolvidas em articulação entre si e com as áreas disciplinares, incluindo uma componente de trabalho dos alunos com as tecnologias da informação e da comunicação, e constar explicitamente do projecto curricular de turma. A área de projecto e o estudo acompanhado são assegurados por equipas de dois professores da turma, preferencialmente de áreas científicas diferentes.

(e) Actividades de carácter facultativo, nos termos do artigo 9.º

O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará, obrigatoriamente, actividades experimentais e actividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes áreas ou disciplinas, nomeadamente no ensino das ciências.

## ANEXO III

## 3.º ciclo

Componentes do currículo		Carga horária semanal (× 90 min.) (a)			
		7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total ciclo
Educação para a Cidadania.	Áreas curriculares disciplinares:				
	Língua Portuguesa .....	2	2	2	6
	Línguas Estrangeiras .....	3	2,5	2,5	8
	LE1; LE2.				
	Ciências Humanas e Sociais .....	2	2,5	2,5	7
	História; Geografia.				
	Matemática .....	2	2	2	6
	Ciências Físicas e Naturais .....	2	2	2,5	6,5
	Ciências Naturais; Físico-Química.				
	Educação Artística:				
	Educação Visual .....	(c) 1	(c) 1	(d) 1,5	5,5
	Outra disciplina (oferta da escola) (b) .....	(c) 1	(c) 1		
	Educação Tecnológica .....				
Formação Pessoal e Social.	Educação Física .....	1,5	1,5	1,5	4,5
	Introdução às Tecnologias de Informação e Comunicação .....			1	1
	Educação Moral e Religiosa (e) .....	0,5	0,5	0,5	1,5
	Áreas curriculares não disciplinares (f) ...	2,5	2,5	2	7
	Área de Projecto; Estudo Acompanhado; Formação Cívica.				
	Total .....	17 (17,5)	17 (17,5)	17,5 (18)	51,5(53)
	A decidir pela escola .....	0,5	0,5		1
	Máximo global ....	18	18	18	54
Formação Pessoal e Social.	Actividades de enriquecimento (g).				

(a) A carga horária semanal refere-se a tempo útil de aula e está organizada em períodos de 90 minutos.

(b) A escola poderá oferecer outra disciplina da área da Educação Artística (Educação Musical, Teatro, Dança, etc.) se, no seu quadro docente, existirem professores para a sua docência.

(c) Nos 7.º e 8.º anos, os alunos têm: i) Educação Visual ao longo do ano lectivo; e ii) numa organização equitativa com a Educação Tecnológica, ao longo de cada ano lectivo, uma outra disciplina da área da Educação Artística. No caso de a escola não oferecer uma outra disciplina, a Educação Tecnológica terá uma carga horária igual à disciplina de Educação Visual.

(d) No 9.º ano, do conjunto das disciplinas que integram os domínios artístico e tecnológico, os alunos escolhem uma única disciplina das que frequentaram nos 7.º e 8.º anos.

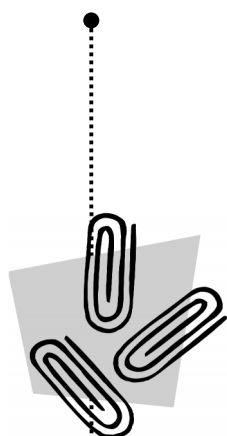
(e) Disciplina de frequência facultativa, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º

(f) Estas áreas devem ser desenvolvidas em articulação entre si e com as áreas disciplinares, incluindo uma componente de trabalho dos alunos com as tecnologias da informação e da comunicação, e constar explicitamente do projecto curricular de turma. A área de projecto e a área de estudo acompanhado são asseguradas, cada uma, por um professor.

(g) Actividades de carácter facultativo, nos termos do artigo 9.º

O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará, obrigatoriamente, actividades experimentais e actividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes áreas ou disciplinas, nomeadamente no ensino das ciências.

# Anexo 3.07



## Representação esquemática do Desenho Curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico

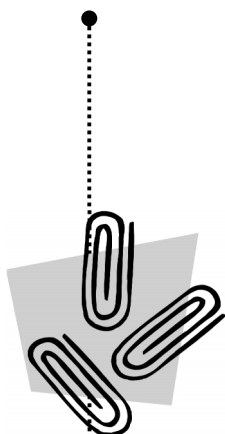
(Luísa Alonso, 2001)

## Desenho Curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico (Luisa Alonso, 2001)<sup>1</sup>



<sup>1</sup> Anexo n.º 3 do “Parecer Sobre o Projecto de ‘Gestão Flexível do Currículo’” (Alonso, Peralta & Alaiz, 2001).

# Anexo 3.08



## **Avaliação dos Alunos do Ensino Básico,**

**Normativos de acordo com os princípios consagrados na  
Reorganização Curricular de 2001, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 6/2001**



à natureza de cada uma delas, bem como aos contextos em que ocorrem, a atenção especial à evolução do aluno ao longo do ensino básico e a promoção da confiança social na informação que a escola transmite.

É importante sublinhar que não se pretende introduzir uma ruptura no domínio da avaliação dos alunos. Por isso mesmo, retomam-se e reforçam-se princípios já expressos no Despacho Normativo n.º 98-A/92, como a ênfase no carácter formativo da avaliação e a valorização de uma lógica de ciclo, corrigindo-se os aspectos do referido despacho que se revelaram complicados e potenciando-se os seus aspectos mais positivos.

Assim, ao abrigo do n.º 6 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, determina-se o seguinte:

### **I — Enquadramento da avaliação**

#### **Âmbito**

1 — O presente diploma aplica-se aos alunos dos três ciclos do ensino básico e estabelece os princípios e os procedimentos a observar na avaliação das aprendizagens assim como os efeitos dessa avaliação.

#### **Finalidades**

2 — A avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa, permitindo uma recolha sistemática de informações que, uma vez analisadas, apoiam a tomada de decisões adequadas à promoção da qualidade das aprendizagens.

3 — A avaliação visa:

- a) Apoiar o processo educativo, de modo a sustentar o sucesso de todos os alunos, permitindo o reajustamento dos projectos curriculares de escola e de turma, nomeadamente quanto à selecção de metodologias e recursos, em função das necessidades educativas dos alunos;
- b) Certificar as diversas competências adquiridas pelo aluno no final de cada ciclo e à saída do ensino básico;
- c) Contribuir para melhorar a qualidade do sistema educativo, possibilitando a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento e promovendo uma maior confiança social no seu funcionamento.

#### **Objecto**

4 — A avaliação incide sobre as aprendizagens e competências definidas no currículo nacional para as diversas áreas e disciplinas, de cada ciclo, considerando a concretização das mesmas no projecto curricular de escola e no projecto curricular de turma, por ano de escolaridade.

5 — As aprendizagens ligadas a componentes do currículo de carácter transversal ou de natureza instrumental, nomeadamente no âmbito da educação para a cidadania, da compreensão e expressão em língua portuguesa ou da utilização das tecnologias de informação e comunicação, constituem objecto de avaliação em todas as áreas curriculares e disciplinas.

#### **Princípios**

6 — A avaliação das aprendizagens assenta nos seguintes princípios:

- a) Consistência entre os processos de avaliação e as aprendizagens e competências pretendidas

### **Despacho Normativo n.º 30/2001**

As principais orientações e disposições relativas à avaliação das aprendizagens no ensino básico estão consagradas no Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, o qual remete para despacho do Ministro da Educação a aprovação de medidas de desenvolvimento das referidas disposições. O presente despacho concretiza essa determinação e substitui o Despacho Normativo n.º 98-A/92, de 20 de Junho, e demais legislação subsequente sobre a mesma matéria.

As medidas aprovadas pelo presente despacho respeitam os princípios já definidos, nomeadamente a consistência entre os processos de avaliação e as aprendizagens e competências pretendidas, a consequente necessidade de utilização de modos e instrumentos de avaliação adequados à diversidade de aprendizagens e

através da utilização de modos e instrumentos de avaliação diversificados, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem;

- b) Primazia da avaliação formativa, com valorização dos processos de auto-avaliação regulada, e sua articulação com os momentos de avaliação sumativa;
- c) Valorização da evolução do aluno, nomeadamente ao longo de cada ciclo;
- d) Transparência do processo de avaliação, nomeadamente através da clarificação e da explicitação dos critérios adoptados;
- e) Diversificação dos intervenientes no processo de avaliação.

#### Intervenientes

7 — O processo de avaliação é conduzido pelo professor ou equipa de professores responsáveis pela organização do ensino e da aprendizagem, envolvendo, também:

- a) Os alunos, através da sua auto-avaliação;
- b) Os encarregados de educação, nos termos definidos na legislação em vigor, no presente diploma e no regulamento interno da escola;
- c) Os técnicos dos serviços especializados de apoio educativo, outros docentes implicados no processo de aprendizagem dos alunos e os directores regionais de educação, quando tal se justifique.

8 — As formas de participação dos alunos e dos encarregados de educação no processo de avaliação devem ser estabelecidas no regulamento interno da escola ou do agrupamento de escolas.

#### Dossier individual do aluno

9 — O percurso escolar do aluno deve ser documentado, de forma sistemática, num *dossier* individual que o acompanha ao longo de todo o ensino básico e proporciona uma visão global do processo de desenvolvimento integral do aluno, facilitando o acompanhamento e intervenção adequados dos professores, encarregados de educação e, eventualmente, outros técnicos, no processo de aprendizagem.

10 — O *dossier* previsto no número anterior é da responsabilidade do professor titular de turma, no 1.º ciclo, e do director de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, acompanhando, obrigatoriamente, o aluno sempre que este mude de estabelecimento de ensino, sendo entregue ao encarregado de educação no termo do 3.º ciclo.

11 — No *dossier* individual do aluno devem constar:

- a) Os elementos fundamentais de identificação do aluno;
- b) Os registos de avaliação;
- c) Relatórios médicos e ou de avaliação psicológica, quando existam;
- d) Planos e relatórios de apoio pedagógico, quando existam;
- e) O programa educativo individual, no caso de o aluno estar abrangido pela modalidade de educação especial;
- f) Os registos e produtos mais significativos do trabalho do aluno que documentem o seu percurso escolar;

- g) Uma auto-avaliação do aluno, no final de cada ano, com excepção dos 1.º e 2.º anos, de acordo com critérios definidos pelo estabelecimento de ensino.

12 — Ao *dossier* individual têm acesso, em termos a definir no regulamento interno da escola, os professores, os alunos, os encarregados de educação e outros intervenientes no processo de aprendizagem, devendo ser garantida a confidencialidade dos dados nele contidos.

## II — Processo de avaliação

### Critérios de avaliação

13 — No início do ano lectivo, compete ao conselho pedagógico da escola ou agrupamento de escolas, de acordo com as orientações do currículo nacional, definir os critérios de avaliação para cada ciclo e ano de escolaridade, sob proposta, no 1.º ciclo, dos conselhos de docentes e, nos 2.º e 3.º ciclos, dos departamentos curriculares e coordenadores de ciclo.

14 — Os critérios de avaliação mencionados no número anterior constituem referenciais comuns, no interior de cada escola, sendo operacionalizados pelo professor titular da turma, no 1.º ciclo, e pelo conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, no âmbito do respectivo projecto curricular de turma.

15 — O órgão de direcção executiva da escola deve garantir a divulgação dos critérios referidos nos números anteriores junto dos diversos intervenientes, nomeadamente alunos e encarregados de educação.

### Avaliação formativa

16 — A avaliação formativa é a principal modalidade de avaliação do ensino básico, assume carácter contínuo e sistemático e visa a regulação do ensino e da aprendizagem, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem.

17 — A avaliação formativa inclui uma vertente de diagnóstico tendo em vista a elaboração e adequação do projecto curricular de turma e conduzindo à adopção de estratégias de diferenciação pedagógica.

18 — A avaliação formativa fornece ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e aos restantes intervenientes informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências, de modo a permitir rever e melhorar os processos de trabalho.

19 — A avaliação formativa é da responsabilidade de cada professor, em diálogo com os alunos e em colaboração com os outros professores, designadamente no âmbito dos órgãos colectivos que concebem e gerem o respectivo projecto curricular e, ainda, sempre que necessário, com os serviços especializados de apoio educativo e os encarregados de educação, devendo recorrer, quando tal se justifique, a registos estruturados.

20 — Compete ao órgão de direcção executiva, sob proposta do professor titular, no 1.º ciclo, e do director de turma, nos restantes ciclos, a partir dos dados da avaliação formativa, mobilizar e coordenar os recursos educativos existentes no estabelecimento de ensino com vista a desencadear respostas adequadas às necessidades dos alunos.

21 — Compete ao conselho pedagógico apoiar e acompanhar o processo definido no número anterior.

**Avaliação sumativa**

22 — A avaliação sumativa consiste na formulação de uma síntese das informações recolhidas sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências definidas para cada área curricular e disciplina, no quadro do projecto curricular de turma respectivo, dando uma atenção especial à evolução do conjunto dessas aprendizagens e competências.

23 — A avaliação sumativa ocorre no final de cada período lectivo, de cada ano lectivo e de cada ciclo.

24 — A avaliação sumativa é da responsabilidade do professor titular da turma e dos respectivos conselhos de docentes, no 1.º ciclo, e dos professores que integram o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, reunindo, para o efeito, no final de cada período.

25 — Sempre que se realiza uma avaliação sumativa, compete ao professor titular, no 1.º ciclo, em articulação com os competentes conselhos de docentes, e ao conselho de turma, nos restantes ciclos, reanalisar o projecto curricular de turma, com vista à introdução de eventuais reajustamentos ou apresentação de propostas para o ano lectivo seguinte.

26 — Compete ao professor titular de turma, no 1.º ciclo, e ao director de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, coordenar o processo de tomada de decisões relativas à avaliação sumativa e garantir tanto a sua natureza globalizante como o respeito pelos critérios de avaliação referidos nos n.ºs 13 e 14 do presente despacho.

27 — No 1.º ciclo a informação resultante da avaliação sumativa expressa-se de forma descritiva em todas as áreas curriculares.

28 — Nos 2.º e 3.º ciclos a informação resultante da avaliação sumativa:

- a) Conduz à atribuição de uma classificação, numa escala de níveis de 1 a 5, em todas as disciplinas, a qual pode ser acompanhada, sempre que se considere relevante, de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno;
- b) Expressa-se de forma descritiva nas áreas curriculares não disciplinares, conduzindo, também, à atribuição de uma menção qualitativa (*Não satisfaz*, *Satisfaz*, *Satisfaz bem*) no caso da área de projecto.

29 — Nas áreas curriculares não disciplinares a avaliação sumativa utiliza elementos provenientes das diversas disciplinas e áreas curriculares.

30 — No 1.º período dos 5.º e 7.º anos de escolaridade a avaliação sumativa poderá, de acordo com decisão do conselho pedagógico, não conduzir à atribuição de classificações ou menções, assumindo a sua expressão apenas carácter descritivo.

31 — A avaliação sumativa, no final do 9.º ano de escolaridade, inclui, ainda, a realização de uma ou mais provas globais ou de um trabalho final incidindo sobre as aprendizagens e competências previstas para o final do ensino básico.

32 — As provas globais referidas no número anterior deverão progressivamente evoluir para provas que incidam sobre aprendizagens e competências desenvolvidas no âmbito de várias áreas curriculares e disciplinas.

33 — Compete ao conselho pedagógico, sob proposta do conselho de turma, aprovar a modalidade e a matriz das provas ou trabalho, bem como as datas e os prazos da sua realização.

34 — A classificação a atribuir em cada uma das disciplinas, no final do 9.º ano, integrará, com uma pon-

deração de 25 %, a classificação obtida pelo aluno na prova global, se esta incidir apenas sobre essa disciplina, ou na componente da prova global ou do trabalho final relativa a essa disciplina, se incidir sobre várias.

**III — Efeitos da avaliação sumativa****Progressão e retenção**

35 — A avaliação sumativa, realizada no final de cada ciclo, dá origem a uma tomada de decisão sobre a progressão ou retenção do aluno, expressa através das menções, respectivamente, de *Aprovado(a)* ou *Não aprovado(a)*.

36 — A decisão de progressão do aluno ao ano de escolaridade seguinte é uma decisão pedagógica e deverá ser tomada sempre que o professor titular de turma, ouvidos os competentes conselhos de docentes, no 1.º ciclo, ou o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, considerem:

- a) Nos anos terminais de ciclo, que o aluno desenvolveu as competências necessárias para prosseguir com sucesso os seus estudos no ciclo ou nível de escolaridade subsequente;
- b) Nos anos não terminais de ciclo, que as competências demonstradas pelo aluno permitem o desenvolvimento das competências essenciais definidas para o final do respectivo ciclo.

37 — No 1.º ano de escolaridade não há lugar a retenção.

38 — Um aluno retido no 2.º ou 3.º ano de escolaridade deverá integrar até ao final do ciclo a turma a que já pertencia, salvo se houver decisão em contrário do competente conselho de docentes ou do conselho pedagógico da escola ou do agrupamento de escolas, de acordo com o previsto no regulamento interno da escola, sob proposta fundamentada do professor titular de turma e ouvido, sempre que possível, o professor da eventual nova turma.

39 — No final dos 2.º e 3.º ciclos a decisão de progressão de um aluno que não desenvolveu as competências essenciais à língua portuguesa e a outra disciplina ou a mais de duas outras disciplinas, incluindo nestas as competências previstas no plano curricular de turma para a área de projecto, deve ser tomada por unanimidade.

40 — Caso a decisão referida no número anterior não seja tomada por unanimidade, deverá proceder-se a nova reunião do conselho de turma, na presença do respectivo coordenador dos directores de turma, na qual a decisão de progressão, devidamente fundamentada, deve ser tomada por dois terços dos professores que integram o conselho de turma.

41 — A disciplina de Educação Moral e Religiosa não é considerada para efeitos de progressão dos alunos.

42 — Nos 2.º e 3.º ciclos, tanto em anos terminais de ciclo como em anos não terminais, a retenção pode traduzir-se:

- a) Na repetição de todas as áreas e disciplinas do ano em que o aluno ficou retido;
- b) Na repetição das áreas não disciplinares do ano em que o aluno ficou retido e das disciplinas em que não desenvolveu as competências essenciais, desde que a escola assegure a sua participação em actividades de enriquecimento nas restantes disciplinas.



43 — Em situações de retenção, compete ao professor titular de turma, no 1.º ciclo, e ao conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, elaborar um relatório analítico que identifique as aprendizagens não realizadas pelo aluno, as quais devem ser tomadas em consideração na elaboração do projecto curricular da turma em que o referido aluno venha a ser integrado no ano lectivo subsequente.

44 — Na tomada de decisão acerca de uma segunda retenção no mesmo ciclo deve ser envolvido o competente conselho de docentes ou o conselho pedagógico e ouvido o encarregado de educação do aluno, em termos a definir no regulamento interno.

45 — Os alunos que atingiram a idade limite da escolaridade obrigatória sem completarem o 9.º ano de escolaridade podem candidatar-se à obtenção do diploma de ensino básico, mediante a realização de exames nacionais na qualidade de autopostos.

#### Reapreciação dos resultados da avaliação

46 — As decisões decorrentes da avaliação de um aluno no 3.º período de um ano lectivo podem ser objecto de um pedido de reapreciação, devidamente fundamentado, dirigido pelo respectivo encarregado de educação ao órgão de direcção executiva do estabelecimento de ensino, no prazo de três dias úteis a contar da data de entrega das fichas de avaliação no 1.º ciclo ou da afixação das pautas nos 2.º e 3.º ciclos.

47 — O professor titular, no 1.º ciclo, em articulação com o competente conselho de docentes, ou o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, procede, no prazo de cinco dias úteis após a recepção do pedido de reapreciação, à análise do mesmo, com base em todos os documentos relevantes para o efeito, e toma uma decisão que pode confirmar ou modificar a avaliação inicial.

48 — A decisão referida no número anterior deve, no prazo de cinco dias úteis, ser submetida à ratificação do conselho pedagógico da escola ou agrupamento de escolas.

49 — Da decisão tomada nos termos dos números anteriores, que se constitui como definitiva, o órgão de direcção executiva da escola ou agrupamento de escolas notifica o encarregado de educação através de carta registada com aviso de recepção, no prazo de cinco dias úteis.

50 — O encarregado de educação poderá ainda, se assim o entender, no prazo de cinco dias úteis após a data de recepção da resposta, interpor recurso hierárquico para o director regional de educação, quando o mesmo for baseado em vício existente no processo.

#### IV — Condições especiais de avaliação

##### Casos especiais de progressão

51 — Um aluno que revele capacidades de aprendizagem excepcionais e um adequado grau de maturidade, a par do desenvolvimento das competências previstas para o ciclo que frequenta, poderá progredir mais rapi-

damente no ensino básico, beneficiando de uma das seguintes hipóteses ou de ambas:

- a) Concluir o 1.º ciclo com 9 anos de idade, completados até 31 de Dezembro do ano respectivo, podendo para isso completar o 1.º ciclo em três anos;
- b) Transitar de ano de escolaridade antes do final do ano lectivo, uma única vez, ao longo dos 2.º e 3.º ciclos.

52 — Qualquer das possibilidades enunciadas no número anterior só pode ser accionada se houver, para o efeito, pareceres concordantes do encarregado de educação do aluno e, consoante o ciclo e tipo de estabelecimento de ensino, dos serviços especializados de apoio educativo ou psicólogo e do conselho pedagógico, sob proposta do professor titular ou do conselho de turma.

53 — Um aluno retido, no 2.º ou 3.º ano de escolaridade, que demonstre ter realizado as aprendizagens necessárias para o desenvolvimento das competências essenciais definidas para o final do ciclo, poderá concluir o 1.º ciclo nos quatro anos previstos para a sua duração através de uma progressão mais rápida, nos anos lectivos subsequentes à retenção.

##### Alunos abrangidos pela modalidade de educação especial

54 — Os alunos abrangidos pela modalidade de educação especial serão avaliados, salvo o disposto no número seguinte, de acordo com o regime de avaliação definido no presente diploma.

55 — Os alunos que tenham, no seu programa educativo individual, devidamente explicitadas e fundamentadas, condições de avaliação próprias, decorrentes da aplicação da medida educativa adicional «Alterações curriculares específicas», serão avaliados nos termos definidos no referido programa.

56 — O programa educativo individual dos alunos que se encontram na situação referida no número anterior constitui a referência de base para a tomada de decisão relativa à sua progressão ou retenção num ano ou ciclo de escolaridade, bem como para a tomada de decisão relativa à atribuição do diploma de ensino básico.

#### V — Disposição final

57 — De acordo com a calendarização prevista no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, são revogados os seguintes diplomas:

- a) Despacho Normativo n.º 98-A/92, de 20 de Junho;
- b) Despacho Normativo n.º 644-A/94, de 15 de Setembro;
- c) Despacho n.º 178-A/ME/93, de 30 de Julho;
- d) Despacho n.º 13/SEEI/96, de 11 de Abril;
- e) Despacho n.º 36-A/SEEI/96, de 5 de Setembro;
- f) Despacho n.º 16 935/99, de 30 de Agosto.

Ministério da Educação, 22 de Junho de 2001. — A Secretária de Estado da Educação, *Ana Benavente*.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Gabinete do Secretário de Estado da Educação

**Despacho n.º 5020/2002 (2.ª série).** — O Despacho Normativo n.º 30/2001, de 19 de Julho, calendariza a sua entrada em vigor, no que respeita aos 7.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade, para os anos lectivos de 2002-2003 e subsequentes, respectivamente, por razões que se prendem com a gradual implementação da reorganização curricular do ensino básico.

Nada justifica, porém, que as disposições relativas à reapreciação dos resultados da avaliação, já em vigor para os 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, se não apliquem de imediato aos restantes anos de escolaridade do ensino básico, atenta a necessária uniformidade de procedimentos nesta matéria, e considerando ainda que elas vêm, não só estabelecer um regime de impugnação mais amplo que o previsto no Despacho Normativo n.º 98-A/92, de 20 de Junho, como suprir o vazio deste diploma no que respeita à regulamentação daquele processo.

Importa ainda deixar claro que da decisão do recurso hierárquico previsto no n.º 50 do Despacho Normativo n.º 30/2001, de 19 de Julho, não cabe qualquer outra impugnação hierárquica, ainda que restrita à sua mera revisão.

Nestes termos, ao abrigo do n.º 6 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro:

Determina-se:

São aditados ao Despacho Normativo n.º 30/2001, de 19 de Julho, os n.ºs 50-A e 58, com a seguinte redacção:

«50-A — Da decisão do recurso hierárquico não cabe qualquer outra forma de impugnação administrativa.

58 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, as disposições relativas à reapreciação dos resultados da avaliação aplicam-se imediatamente aos 7.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade.»

18 de Fevereiro de 2001. — O Secretário de Estado da Educação,  
*João José Félix Marnoto Praia.*

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO****Despacho Normativo n.º 1/2005**

A grande diversidade de alunos do ponto de vista etário, cultural e social que frequenta actualmente a escola básica pode ser encarada como um contributo para a construção de uma sociedade plural e tolerante, na qual todos os intervenientes têm um papel importante a desempenhar.

No contexto desta diversidade, a avaliação, enquanto parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem, constitui um instrumento regulador das aprendizagens, orientador do percurso escolar e certificador das diversas aquisições realizadas pelo aluno ao longo do ensino básico.

As principais orientações e disposições relativas à avaliação da aprendizagem no ensino básico estão consagradas no Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 209/2002, de 17 de Outubro, remetendo o primeiro para despacho do Ministro da Educação a aprovação de medidas de desenvolvimento das referidas disposições. O presente despacho concretiza essa determinação e substitui o Despacho Normativo n.º 30/2001, de 19 de Julho, alterado pelo despacho n.º 5020/2002, de 6 de Março.

Entre os elementos a considerar na avaliação sumativa incluem-se, para além da informação recolhida no âmbito da avaliação formativa e das provas globais, os exames nacionais para os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico no caso dos alunos que reúnem as condições definidas no presente despacho e, no final do 3.º ciclo, os exames nacionais de Língua Portuguesa e de Matemática.

Retomam-se e reforçam-se, agora, os princípios já expressos no Despacho Normativo n.º 30/2001, como a ênfase no carácter formativo da avaliação e a valorização de uma lógica de ciclo, potenciando-se os seus aspectos mais positivos.

Assim, ao abrigo do n.º 6 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, determina-se o seguinte:

**I — Enquadramento da avaliação****Âmbito**

1 — O presente diploma aplica-se aos alunos dos três ciclos do ensino básico regular e estabelece os princípios e os procedimentos a observar na avaliação das aprendizagens e competências, assim como os seus efeitos.

**Finalidades**

2 — A avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa, permitindo uma recolha sistemática de informações que, uma vez analisadas, apoiam a tomada de decisões adequadas à promoção da qualidade das aprendizagens.

3 — A avaliação visa:

- a) Apoiar o processo educativo, de modo a sustentar o sucesso de todos os alunos, permitindo o reajustamento dos projectos curriculares de escola e de turma, nomeadamente quanto à selecção de metodologias e recursos, em função das necessidades educativas dos alunos;
- b) Certificar as diversas aprendizagens e competências adquiridas pelo aluno, no final de cada ciclo e à saída do ensino básico, através da avaliação sumativa interna e externa;

- c) Contribuir para melhorar a qualidade do sistema educativo, possibilitando a tomada de decisões para o seu aperfeiçoamento e promovendo uma maior confiança social no seu funcionamento.

#### **Objecto**

4 — A avaliação incide sobre as aprendizagens e competências definidas no currículo nacional para as diversas áreas e disciplinas de cada ciclo, expressas no projecto curricular de escola e no projecto curricular de turma, por ano de escolaridade.

5 — As aprendizagens de carácter transversal e de natureza instrumental, nomeadamente no âmbito da educação para a cidadania, da compreensão e expressão em língua portuguesa e da utilização das tecnologias de informação e comunicação, constituem objecto de avaliação em todas as disciplinas e áreas curriculares.

#### **Princípios**

6 — A avaliação das aprendizagens e competências assenta nos seguintes princípios:

- a) Consistência entre os processos de avaliação e as aprendizagens e competências pretendidas, de acordo com os contextos em que ocorrem;
- b) Utilização de técnicas e instrumentos de avaliação diversificados;
- c) Primazia da avaliação formativa com valorização dos processos de auto-avaliação regulada e sua articulação com os momentos de avaliação sumativa;
- d) Valorização da evolução do aluno;
- e) Transparência e rigor do processo de avaliação, nomeadamente através da clarificação e da explicitação dos critérios adoptados;
- f) Diversificação dos intervenientes no processo de avaliação.

#### **Intervenientes**

7 — Intervêm no processo de avaliação:

- a) O professor;
- b) O aluno;
- c) O conselho de docentes, no 1.º ciclo, ou o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos;
- d) Os órgãos de gestão da escola ou do agrupamento de escolas;
- e) O encarregado de educação;
- f) Os serviços especializados de apoio educativo;
- g) A administração educativa.

8 — A avaliação é da responsabilidade do professor, do conselho de docentes, do conselho de turma, dos órgãos de gestão da escola ou agrupamento e da administração educativa.

9 — A escola ou agrupamento deve assegurar as condições de participação dos alunos e dos encarregados de educação, dos serviços com competência em matéria de apoio educativo e dos demais intervenientes, nos termos definidos no regulamento interno.

#### **Processo individual do aluno**

10 — O percurso escolar do aluno deve ser documentado de forma sistemática no processo individual a que se refere o artigo 16.º da Lei n.º 30/2002, de 20 de Dezembro, que o acompanha ao longo de todo o ensino básico, proporcionando uma visão global do percurso

do aluno, de modo a facilitar o seu acompanhamento e intervenção adequados.

11 — O processo previsto no número anterior é da responsabilidade do professor titular da turma, no 1.º ciclo, e do director de turma, nos 2.º e 3.º ciclos.

12 — O processo individual do aluno acompanha-o, obrigatoriamente, sempre que este mude de escola ou agrupamento.

13 — No processo individual do aluno devem constar:

- a) Os elementos fundamentais de identificação do aluno;
- b) Os registos de avaliação;
- c) Relatórios médicos e ou de avaliação psicológica, quando existam;
- d) Planos e relatórios de apoio pedagógico, quando existam;
- e) O plano educativo individual, no caso de o aluno ser abrangido pela modalidade de educação especial;
- f) Uma auto-avaliação do aluno, no final de cada ano, com excepção dos 1.º e 2.º anos, de acordo com critérios definidos pelo estabelecimento de ensino;
- g) Outros elementos considerados relevantes para a evolução e formação do aluno.

14 — Ao processo individual têm acesso, em termos a definir no regulamento interno da escola ou agrupamento, os professores, o aluno, o encarregado de educação e outros intervenientes no processo de aprendizagem do aluno, sendo garantida a confidencialidade dos dados nele contidos.

## **II — Processo de avaliação**

### **Critérios de avaliação**

15 — No início do ano lectivo, compete ao conselho pedagógico da escola ou agrupamento, de acordo com as orientações do currículo nacional, definir os critérios de avaliação para cada ciclo e ano de escolaridade, sob proposta, no 1.º ciclo, dos conselhos de docentes e, nos 2.º e 3.º ciclos, dos departamentos curriculares e conselho de directores de turma.

16 — Os critérios de avaliação mencionados no número anterior constituem referenciais comuns na escola ou agrupamento, sendo operacionalizados pelo professor titular da turma, no 1.º ciclo, e pelo conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, no âmbito do respectivo projecto curricular de turma.

17 — O órgão de direcção executiva da escola ou agrupamento deve garantir a divulgação dos critérios referidos nos números anteriores junto dos diversos intervenientes, nomeadamente alunos e encarregados de educação.

### **Avaliação diagnóstica**

18 — A avaliação diagnóstica conduz à adopção de estratégias de diferenciação pedagógica e contribui para elaborar, adequar e reformular o projecto curricular de turma, facilitando a integração escolar do aluno, apoiando a orientação escolar e vocacional. Pode ocorrer em qualquer momento do ano lectivo quando articulada com a avaliação formativa.

### **Avaliação formativa**

19 — A avaliação formativa é a principal modalidade de avaliação do ensino básico, assume carácter contínuo e sistemático e visa a regulação do ensino e da apren-

dizagem, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem.

20 — A avaliação formativa fornece ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e aos restantes intervenientes informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências, de modo a permitir rever e melhorar os processos de trabalho.

21 — A avaliação formativa é da responsabilidade de cada professor, em diálogo com os alunos e em colaboração com os outros professores, designadamente no âmbito dos órgãos colectivos que concebem e gerem o respectivo projecto curricular e, ainda, sempre que necessário, com os serviços especializados de apoio educativo e os encarregados de educação, devendo recorrer, quando tal se justifique, a registos estruturados.

22 — Compete ao órgão de direcção executiva, sob proposta do professor titular, no 1.º ciclo, e do director de turma, nos restantes ciclos, a partir dos dados da avaliação formativa, mobilizar e coordenar os recursos educativos existentes na escola ou agrupamento com vista a desencadear respostas adequadas às necessidades dos alunos.

23 — Compete ao conselho pedagógico apoiar e acompanhar o processo definido no número anterior.

#### Avaliação sumativa

24 — A avaliação sumativa consiste na formulação de um juízo globalizante sobre o desenvolvimento das aprendizagens do aluno e das competências definidas para cada disciplina e área curricular.

25 — A avaliação sumativa inclui:

- a) A avaliação sumativa interna;
- b) A avaliação sumativa externa no 9.º ano de escolaridade.

#### Avaliação sumativa interna

26 — A avaliação sumativa interna ocorre no final de cada período lectivo, de cada ano lectivo e de cada ciclo.

27 — A avaliação sumativa interna é da responsabilidade do professor titular da turma em articulação com o respectivo conselho de docentes, no 1.º ciclo, e dos professores que integram o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, reunindo, para o efeito, no final de cada período.

28 — No final do 3.º ciclo, no 3.º período, o conselho de turma reúne para a atribuição da classificação da avaliação sumativa interna.

29 — A avaliação sumativa interna tem como finalidades:

- a) Informar o aluno e o seu encarregado de educação sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências definidas para cada disciplina e área disciplinar;
- b) Tomar decisões sobre o percurso escolar do aluno.

30 — Compete ao professor titular da turma, no 1.º ciclo, e ao director de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, coordenar o processo de tomada de decisões relativas à avaliação sumativa interna e garantir tanto a sua natureza globalizante como o respeito pelos critérios de avaliação referidos nos n.ºs 15 e 16 do presente despacho.

31 — A decisão quanto à avaliação final do aluno é da competência:

- a) Do professor titular da turma em articulação com o conselho de docentes, no 1.º ciclo;
- b) Do conselho de turma sob proposta do(s) professor(es) de cada disciplina/área disciplinar/área curricular não disciplinar, nos 2.º e 3.º ciclos.

32 — No 1.º ciclo, a informação resultante da avaliação sumativa expressa-se de forma descritiva em todas as áreas curriculares.

33 — Nos 2.º e 3.º ciclos, a informação resultante da avaliação sumativa interna expressa-se:

- a) Numa classificação de 1 a 5, em todas as disciplinas, a qual pode ser acompanhada, sempre que se considere relevante, de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno;
- b) Numa menção qualitativa de *Não satisfaz*, *Satisfaz* e *Satisfaz bem*, nas áreas curriculares não disciplinares, a qual pode ser acompanhada, sempre que se considere relevante, de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno.

34 — No 3.º ciclo, a avaliação sumativa interna das disciplinas de organização semestral, Educação Tecnológica e disciplina da área de Educação Artística processa-se do seguinte modo:

- a) Para a atribuição das classificações, o conselho de turma reúne extraordinariamente no final do 1.º semestre e ordinariamente no final do 3.º período;
- b) A classificação atribuída no 1.º semestre fica registada em acta e, à semelhança das classificações das outras disciplinas, está sujeita a ratificação do conselho de turma de avaliação no final do 3.º período;
- c) No final dos 1.º e 2.º períodos, a avaliação assume carácter descritivo para as disciplinas que se iniciam nos 1.º e 2.º semestres, respectivamente.

35 — No 1.º período dos 5.º e 7.º anos de escolaridade a avaliação sumativa interna poderá, por decisão devidamente fundamentada do conselho pedagógico, não conduzir à atribuição de classificações ou menções, assumindo a sua expressão apenas carácter descritivo.

36 — Com base na avaliação sumativa, compete ao professor titular, no 1.º ciclo, em articulação com os competentes conselhos de docentes, e ao conselho de turma, nos restantes ciclos, reanalisar o projecto curricular de turma, com vista à introdução de eventuais reajustamentos ou apresentação de propostas para o ano lectivo seguinte.

37 — A avaliação sumativa interna, no 9.º ano de escolaridade, inclui, também, a realização de uma prova global ou de um trabalho final, em cada disciplina ou área disciplinar, incidindo sobre as aprendizagens e competências previstas para o final do ensino básico, à excepção das disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática, relativamente às quais os alunos estão sujeitos a exames nacionais.

38 — A classificação a atribuir em cada uma das disciplinas, à excepção de Língua Portuguesa e Matemática, no 9.º ano, integrará, com uma ponderação de 25 %, a classificação obtida pelo aluno na prova global ou no trabalho final.

39 — Compete ao conselho pedagógico, sob proposta de cada departamento curricular, aprovar a modalidade e a matriz das provas ou trabalhos, bem como as datas e os prazos da sua realização.

40 — A avaliação sumativa interna, no final do 3.º período, implica:

- a) A apreciação global das aprendizagens realizadas e das competências desenvolvidas pelo aluno ao longo do ano lectivo, traduzida nos termos dos n.ºs 32 e 33;
- b) A decisão sobre a transição de ano, excepto no 9.º ano de escolaridade, cuja aprovação depende ainda da avaliação sumativa externa;
- c) A verificação das condições de admissão aos exames nacionais do 9.º ano.

#### Avaliação sumativa externa

41 — A avaliação sumativa externa é da responsabilidade dos serviços centrais do Ministério da Educação e compreende a realização de exames nacionais no 9.º ano, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, os quais incidem sobre as aprendizagens e competências do 3.º ciclo.

42 — São admitidos aos exames nacionais do 9.º ano todos os alunos, excepto os que, após a avaliação sumativa interna, no final do 3.º período, se enquadrem nas seguintes situações:

- a) Tenham obtido classificação de frequência de nível 1 simultaneamente nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática;
- b) Tenham obtido classificação de frequência inferior a 3 em duas disciplinas e de nível 1 em Língua Portuguesa ou Matemática;
- c) Tenham obtido classificação de frequência inferior a 3 em três disciplinas, ou em duas disciplinas e a menção de *Não satisfaz* na área de projecto, desde que nenhuma delas seja Língua Portuguesa e Matemática;
- d) Tenham obtido classificação de frequência inferior a 3 numa disciplina, a menção de *Não satisfaz* na área de projecto e nível 1 em Língua Portuguesa ou Matemática.

43 — Não são, ainda, admitidos aos exames nacionais do 9.º ano os alunos abrangidos pela alínea a) do artigo 22.º da Lei n.º 30/2002, de 20 de Dezembro, salvo decisão em contrário do conselho pedagógico, precedendo parecer do conselho de turma.

44 — A classificação final a atribuir a cada uma destas disciplinas, na escala de 1 a 5, é calculada de acordo com a seguinte fórmula, arredondada às unidades:

$$CF = \frac{7Cf + 3Ce}{10}$$

em que:

- CF = classificação final;  
Cf = classificação de frequência no final do 3.º período;  
Ce = classificação da prova de exame.

45 — Os exames nacionais previstos no n.º 43 realizam-se numa fase única com duas chamadas, sendo que a 1.ª chamada tem carácter obrigatório e a 2.ª chamada destina-se a situações excepcionais devidamente comprovadas, que serão objecto de análise.

46 — A não realização dos exames referidos nos números anteriores implica a retenção do aluno no 9.º ano de escolaridade.

47 — As normas e os procedimentos relativos à realização dos exames nacionais são objecto de regulamento a aprovar pelo Ministério da Educação.

#### Exames nacionais dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico

(situações especiais)

48 — Os exames nacionais dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico são da responsabilidade dos serviços centrais do Ministério da Educação, realizam-se no final do ano lectivo e destinam-se aos alunos que se encontrem numa das seguintes situações:

- a) Frequentem estabelecimentos de ensino particular e cooperativo sem autonomia ou paralelismo pedagógico;
- b) Frequentem seminários não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 293-C/86, de 12 de Setembro;
- c) Estejam abrangidos pelo ensino individual ou doméstico;
- d) Atinjam a idade limite da escolaridade obrigatória sem aprovação na avaliação sumativa final nos 6.º ou 9.º anos de escolaridade, e se candidatem aos exames nacionais, na qualidade de autopropostos, no mesmo ano lectivo ou nos anos lectivos subsequentes;
- e) Sejam maiores de 15 anos e, estando a frequentar o ensino básico recorrente, tenham anulado a matrícula até ao 5.º dia de aulas do 3.º período lectivo e se candidatem aos exames nacionais, na qualidade de autopropostos.

49 — Os candidatos referidos no número anterior realizam os exames nacionais numa fase única, sendo que os do 3.º ciclo, na componente escrita das disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática, realizam a prova da 1.ª chamada dos exames nacionais do ensino regular.

50 — O aluno é considerado aprovado quando se verificam as condições de transição estabelecidas para o final dos 2.º e 3.º ciclos do ensino regular, nas disciplinas em que realiza exames.

51 — As normas e os procedimentos relativos à realização dos exames nacionais dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico são objecto de regulamento a aprovar pelo Ministério da Educação.

### III — Efeitos da avaliação

#### Efeitos da avaliação formativa

52 — A avaliação formativa gera medidas de diferenciação pedagógica adequadas às características dos alunos e às aprendizagens e competências a desenvolver.

#### Efeitos da avaliação sumativa

53 — A avaliação sumativa dá origem a uma tomada de decisão sobre a progressão ou retenção do aluno, expressa através das menções, respectivamente, de *Transitou* ou *Não transitou*, no final de cada ano, e de *Aprovado(a)* ou *Não aprovado(a)*, no final de cada ciclo.

54 — A decisão de progressão do aluno ao ano de escolaridade seguinte é uma decisão pedagógica e deverá ser tomada sempre que o professor titular de turma, ouvido o competente conselho de docentes, no 1.º ciclo, ou o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, considerem:

- a) Nos anos terminais de ciclo, que o aluno desenvolveu as competências necessárias para prosseguir com sucesso os seus estudos no ciclo ou

nível de escolaridade subsequente, salvaguardando-se, no caso do 9.º ano de escolaridade, o estabelecido no n.º 40;

- b) Nos anos não terminais de ciclo, que as competências demonstradas pelo aluno permitem o desenvolvimento das competências essenciais definidas para o final do respectivo ciclo.

55 — No 1.º ano de escolaridade não há lugar a retenção, excepto se tiver sido ultrapassado o limite de faltas injustificadas, em observância do disposto na Lei n.º 30/2002, de 20 de Dezembro.

56 — Um aluno retido no 2.º ou 3.º ano de escolaridade deverá integrar até ao final do ciclo a turma a que já pertencia, salvo se houver decisão em contrário do competente conselho de docentes ou do conselho pedagógico da escola ou agrupamento, de acordo com o previsto no regulamento interno da escola ou agrupamento, sob proposta fundamentada do professor titular de turma e ouvido, sempre que possível, o professor da eventual nova turma.

57 — Na situação referida no número anterior, o aluno será avaliado no final do 1.º ciclo e, caso tenha desenvolvido as competências necessárias para prosseguir com sucesso os seus estudos no ciclo ou nível de escolaridade subsequente, deverá transitar para o 2.º ciclo.

58 — No final do 2.º ciclo, e no âmbito da avaliação sumativa, o conselho de turma pode decidir a progressão de um aluno que não desenvolveu as competências essenciais, quando este:

- a) Tenha obtido classificação inferior a 3 nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática;
- b) Tenha obtido classificação inferior a 3 em três disciplinas, ou em duas disciplinas e a menção de *Não satisfaz* na área de projecto, desde que não integrem cumulativamente as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

59 — A decisão referida no número anterior tem de ser tomada por unanimidade. Caso não exista unanimidade, deve proceder-se a nova reunião do conselho de turma, na qual a decisão de progressão, devidamente fundamentada, deve ser tomada por dois terços dos professores que integram o conselho de turma.

60 — No 3.º ciclo, no final do 3.º período, o conselho de turma reúne para a atribuição da classificação da avaliação sumativa interna, após a realização das provas globais.

61 — No final do 3.º ciclo, o aluno não progride e obtém a menção de *Não aprovado(a)* se estiver numa das seguintes situações:

- a) Tenha obtido classificação inferior a 3 nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática;
- b) Tenha obtido classificação inferior a 3 em três disciplinas, ou em duas disciplinas e a menção de *Não satisfaz* na área de projecto.

62 — A disciplina de Educação Moral e Religiosa não é considerada para efeitos de progressão dos alunos.

63 — Nos 2.º e 3.º ciclos, tanto em anos terminais de ciclo como em anos não terminais, a retenção traduz-se na repetição de todas as áreas e disciplinas do ano em que o aluno ficou retido.

64 — Em situações de retenção, compete ao professor titular de turma, no 1.º ciclo, e ao conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, elaborar um relatório analítico que

identifique as competências não adquiridas pelo aluno, as quais devem ser tomadas em consideração na elaboração do projecto curricular da turma em que o referido aluno venha a ser integrado no ano lectivo subsequente.

65 — Na tomada de decisão acerca de uma segunda retenção no mesmo ciclo, à excepção do 9.º ano de escolaridade, deve ser envolvido o competente conselho de docentes ou o conselho pedagógico e ouvido o encarregado de educação do aluno, em termos a definir no regulamento interno.

#### Revisão dos resultados da avaliação

66 — As decisões decorrentes da avaliação de um aluno no 3.º período de um ano lectivo podem ser objecto de um pedido de revisão, devidamente fundamentado, dirigido pelo respectivo encarregado de educação ao órgão de direcção da escola ou agrupamento no prazo de três dias úteis a contar da data de entrega das fichas de registo de avaliação no 1.º ciclo ou da afixação das pautas nos 2.º e 3.º ciclos.

67 — O professor titular, no 1.º ciclo, em articulação com o competente conselho de docentes, ou o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, procede, no prazo de cinco dias úteis após a recepção do pedido de revisão, à análise do mesmo, com base em todos os documentos relevantes para o efeito, e toma uma decisão que pode confirmar ou modificar a avaliação inicial.

68 — A decisão referida no número anterior deve, no prazo de cinco dias úteis, ser submetida a decisão final do conselho pedagógico da escola ou agrupamento.

69 — Da decisão tomada nos termos dos números anteriores, que se constitui como definitiva, o órgão de direcção executiva da escola ou agrupamento notifica, com a respectiva fundamentação, o encarregado de educação através de carta registada com aviso de recepção, no prazo de cinco dias úteis.

70 — O encarregado de educação poderá ainda, se assim o entender, no prazo de cinco dias úteis após a data de recepção da resposta, interpor recurso hierárquico para o director regional de educação, quando o mesmo for baseado em vício de forma existente no processo.

71 — Da decisão do recurso hierárquico não cabe qualquer outra forma de impugnação administrativa.

#### IV — Condições especiais de avaliação

##### Casos especiais de progressão

72 — Um aluno que revele capacidades de aprendizagem excepcionais e um adequado grau de maturidade, a par do desenvolvimento das competências previstas para o ciclo que frequenta, poderá progredir mais rapidamente no ensino básico, beneficiando de uma das seguintes hipóteses ou de ambas:

- a) Concluir o 1.º ciclo com 9 anos de idade, completados até 31 de Dezembro do ano respectivo, podendo completar o 1.º ciclo em três anos;
- b) Transitar de ano de escolaridade antes do final do ano lectivo, uma única vez, ao longo dos 2.º e 3.º ciclos.

73 — Um aluno retido, no 2.º ou 3.º ano de escolaridade, que demonstre ter realizado as aprendizagens necessárias para o desenvolvimento das competências essenciais definidas para o final do ciclo poderá concluir o 1.º ciclo nos quatro anos previstos para a sua duração através de uma progressão mais rápida, nos anos lectivos subsequentes à retenção.

74 — Qualquer das possibilidades enunciadas nos números anteriores só pode ser accionada se houver, para o efeito, pareceres concordantes do encarregado de educação do aluno e dos serviços especializados do apoio educativo ou psicólogo e ainda do conselho pedagógico sob proposta do professor titular ou do conselho de turma.

#### Situação especial de classificação

75 — Se por motivo da exclusiva responsabilidade da escola ou agrupamento, ou por falta de assiduidade motivada por doença prolongada, ou por impedimento legal devidamente comprovado, não existirem em qualquer disciplina/área disciplinar ou área curricular não disciplinar elementos de avaliação sumativa interna respeitantes ao 3.º período lectivo, a classificação desta é a que o aluno obteve no 2.º período lectivo, se o conselho de turma assim o decidir.

76 — Nas disciplinas sujeitas a exame final nacional é obrigatória a prestação de exames, salvo quando a falta de elementos de avaliação nas referidas disciplinas for da exclusiva responsabilidade da escola, a situação deve ser objecto de análise casuística e sujeita a despacho de membro do Governo.

#### Alunos abrangidos pela modalidade de educação especial

77 — Os alunos abrangidos pela modalidade de educação especial serão avaliados, salvo o disposto no número seguinte, de acordo com o regime de avaliação definido no presente diploma.

78 — Os alunos que tenham no seu plano educativo individual as condições especiais de avaliação devidamente explicitadas e fundamentadas são avaliados nos termos definidos no referido plano.

79 — Os alunos que frequentam um currículo alternativo, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto, não realizam os exames nacionais do 9.º ano.

#### V — Certificação

80 — Ao aluno que obtiver aprovação na avaliação sumativa final do 3.º ciclo será atribuído, pelo respectivo órgão de administração e gestão, o diploma de ensino básico.

81 — Ao aluno que atingir a idade limite da escolaridade obrigatória e que tiver frequentado a escola ou agrupamento com assiduidade, deverá, mediante requerimento do respectivo encarregado de educação ou do próprio, quando maior, ser mandado passar, pelo órgão de administração e gestão do estabelecimento de ensino, um certificado de frequência da escolaridade obrigatória.

82 — O disposto no número anterior não impede que os alunos que tenham atingido a idade limite da escolaridade obrigatória sem aprovação na avaliação final do 3.º ciclo ou sem completarem o 9.º ano de escolaridade se candidatem à obtenção do diploma de ensino básico, mediante a realização de exames nacionais a todas as disciplinas.

83 — Para efeitos profissionais, e sempre que solicitado pelo encarregado de educação, ou pelo aluno, quando maior, deve constar do certificado de ensino básico a classificação final do 3.º ciclo, expressa na escala de níveis de 1 a 5, em todas as disciplinas, e *Não satisfaz*, *Satisfaz* e *Satisfaz bem*, nas áreas curriculares não disciplinares.

#### VI — Normas transitórias e finais

84 — A título excepcional no ano lectivo de 2004-2005, atendendo a que se realizam pela primeira vez os exames nacionais do 9.º ano, a classificação final a atribuir a cada uma das disciplinas a eles sujeitas, na escala de 1 a 5, é calculada de acordo com a seguinte fórmula, arredondada às unidades:

$$CF = \frac{3Cf + Ce}{4}$$

em que:

*CF* = classificação final;

*Cf* = classificação de frequência no final do 3.º período;

*Ce* = classificação da prova de exame.

85 — A título excepcional no ano lectivo de 2004-2005, atendendo a que se realizam pela primeira vez os exames nacionais do 9.º ano, estes incidem sobre as aprendizagens do 9.º ano.

86 — São revogados os seguintes diplomas:

- a) Despacho n.º 43/SERE/88, de 30 de Setembro;
- b) Despacho n.º 7-A/SERE/90, de 7 de Março;
- c) Despacho n.º 11/SEEI/96, de 1 de Abril;
- d) Despacho Normativo n.º 30/2001, de 19 de Julho;
- e) Despacho n.º 5020/2002, de 6 de Março.

Ministério da Educação, 9 de Dezembro de 2004. — A Ministra da Educação, *Maria do Carmo Félix da Costa Seabra*.



**Despacho Normativo n.º 18/2006**

O Despacho Normativo n.º 1/2005, de 5 de Janeiro, enquadra os princípios orientadores e os procedimentos a considerar na avaliação das aprendizagens do ensino básico.

Em coerência com as orientações fixadas no Programa do XVII Governo Constitucional, no que respeita à implementação de medidas que promovam uma cultura de qualidade e rigor, tendo em vista o sucesso escolar de todos os alunos, importa proceder a alguns ajustamentos no âmbito da avaliação do ensino básico.

Para tanto, reforçam-se, agora, alguns princípios já expressos no Despacho Normativo n.º 1/2005, de 5 de Janeiro, e regulados pelo Despacho Normativo n.º 50/2005, de 9 de Novembro, no que concerne ao carácter formativo da avaliação, de modo a enquadrar a retenção como uma medida pedagógica de última instância na lógica de ciclo e de nível de ensino.

Por outro lado, entre os elementos a considerar na avaliação sumativa incluem-se, para além da informação recolhida no âmbito da avaliação formativa e das provas globais, os exames nacionais de Língua Portuguesa e de Matemática, no final do 3.º ciclo. Ainda no domínio da avaliação sumativa, há a considerar para os alunos que reúnem as condições definidas no presente despacho os exames de equivalência à frequência dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

Assim, ao abrigo do n.º 6 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 209/2002, de 17 de Outubro, determina-se:

1 — Os n.ºs 29, 42, 46, 48, 49, 51, 64, 65, 78 e 79 do Despacho Normativo n.º 1/2005, de 5 de Janeiro, passam a ter a seguinte redacção:

**«Avaliação sumativa interna**

29 — .....

- a) Informar o aluno e o seu encarregado de educação sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências definidas para cada disciplina/área disciplinar e áreas curriculares não disciplinares;
- b) .....

**Avaliação sumativa externa**

42 — .....

- a) .....
- b) .....

- c) Tenham obtido classificação de frequência inferior a 3 em três disciplinas, ou em duas disciplinas e a menção de *Não satisfaz* na área de projecto, desde que nenhuma delas seja Língua Portuguesa ou Matemática;

b) .....

46 — A não realização dos exames referidos no n.º 41 implica a retenção do aluno no 9.º ano de escolaridade, excepto nas situações previstas nos n.ºs 43.1 e 79 do presente despacho.

**Exames de equivalência à frequência dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico**

48 — Os exames de equivalência à frequência nos anos terminais dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico realizam-se a nível de escola, com vista a uma certificação de conclusão de ciclo. Estes exames realizam-se em Junho/Julho e destinam-se aos candidatos que se encontrem numa das seguintes situações:

- a) Alunos que frequentem estabelecimentos de ensino particular e cooperativo sem autonomia ou paralelismo pedagógico;
- b) Alunos que frequentem seminários não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 293-C/86, de 12 de Setembro;
- c) Alunos que estejam abrangidos pelo ensino individual e doméstico;
- d) Alunos que atinjam a idade limite da escolaridade obrigatória sem aprovação na avaliação sumativa final no 6.º ou 9.º ano de escolaridade e se candidatem aos exames na qualidade de autopropostos, no mesmo ano lectivo;
- e) Alunos que tenham iniciado o ano lectivo com 15 anos de idade no ensino básico e tenham anulado a matrícula até ao 5.º dia de aulas do 3.º período lectivo, candidatando-se aos exames na qualidade de autopropostos;
- f) Estejam fora da escolaridade obrigatória e não frequentando qualquer estabelecimento de ensino se candidatem a estes exames na qualidade de autopropostos.

49 — Os candidatos referidos no número anterior realizam numa única chamada:

- a) Exames de equivalência à frequência em todas as disciplinas do ciclo que incidem sobre as competências e as aprendizagens definidas no currículo nacional para o 2.º ou 3.º ciclos do ensino

básico e contemplam ainda, no caso da Língua Portuguesa e das línguas estrangeiras, uma prova oral;

- b) Exames nacionais nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática do 3.º ciclo e de uma prova oral na disciplina de Língua Portuguesa.

51 — As normas e os procedimentos relativos à realização dos exames dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico são objecto de regulamento a aprovar pelo Ministério da Educação.

#### **Efeitos da avaliação sumativa**

64 — Em situações de retenção, compete ao professor titular de turma, no 1.º ciclo, e ao conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, proceder em conformidade com o disposto no Despacho Normativo n.º 50/2005, de 9 de Novembro.

65 — A tomada de decisão relativamente a uma retenção repetida no mesmo ciclo, à excepção do 9.º ano de escolaridade, só ocorre após a aplicação da avaliação extraordinária prevista no artigo 4.º do Despacho Normativo n.º 50/2005, de 9 de Novembro.

#### **Alunos abrangidos pela modalidade de educação especial**

78 — Os alunos que tenham no seu plano educativo individual condições especiais de avaliação, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto, devidamente explicitadas e fundamentadas são avaliados nos termos definidos no referido plano.

79 — Os alunos que frequentam um currículo alternativo, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto, ficam dispensados da realização dos exames nacionais no 9.º ano.»

2 — São aditados ao Despacho Normativo n.º 1/2005, de 5 de Janeiro, os n.ºs 43.1, 43.2 e 43.3, com a seguinte redacção:

«43.1 — Estão dispensados da realização dos exames nacionais no 9.º ano de escolaridade os alunos que se encontrem numa das seguintes situações:

- a) Estejam abrangidos pelo Despacho Normativo n.º 1/2006, de 6 de Janeiro;
- b) Sejam oriundos de países estrangeiros de língua oficial não portuguesa e tenham ingressado no sistema educativo português no ano lectivo correspondente ao da realização dos exames nacionais ou no ano lectivo imediatamente anterior;
- c) Estejam integrados em famílias de profissionais itinerantes.

43.2 — Os alunos referidos no n.º 43.1 realizam, obrigatoriamente, os exames nacionais de Língua Portuguesa e de Matemática no caso de pretenderem prosseguir estudos de nível secundário em cursos científico-humanísticos.

43.3 — Os alunos abrangidos pelo Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) realizam exames nacionais de Língua Portuguesa e de Matemática em conformidade com o legislado para a modalidade de ensino que frequentam.»

3 — O despacho normativo entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Ministério da Educação, 23 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado da Educação, *Valter Victorino Lemos*.

**Declaração de Rectificação n.º 25/2006**

Segundo comunicação do Ministério da Educação, o Despacho Normativo n.º 18/2006, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 52, de 14 de Março de 2006, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

No n.º 1, na alteração ao n.º 42, «Avaliação sumativa externa», onde se lê:

«42 — .....

a) .....

b) .....

c) .....

b) .....»

deve ler-se:

«42 — .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) .....»

e, na alteração ao n.º 65, «Efeitos da avaliação sumativa», onde se lê:

«65 — A tomada de decisão relativamente a uma retenção repetida no mesmo ciclo [...]»

deve ler-se:

«65 — A tomada de decisão relativamente a uma retenção repetida em qualquer ciclo [...]»

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 6 de Abril de 2006. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Gabinete do Secretário de Estado da Educação

#### Despacho normativo n.º 5/2007

O Programa do XVII Governo Constitucional atribui prioridade à alteração do sistema de avaliação dos alunos, de modo a assegurar a articulação adequada e eficaz entre os programas de apoio à recuperação dos alunos com dificuldades na aprendizagem e a aplicação de critérios rigorosos na transição entre fases ou anos de escolaridade e na conclusão de ciclos de estudos.

Neste sentido, o Despacho Normativo n.º 1/2005, de 5 de Janeiro, alterado pelo Despacho Normativo n.º 18/2006, de 14 de Março, bem como o Despacho Normativo n.º 50/2005, de 9 de Novembro, assumem a retenção dos alunos como uma medida pedagógica de última instância, na lógica de ciclo e de nível, depois de esgotado o recurso a actividades de recuperação ao nível da turma e da escola.

Considerando a necessidade de accionar todos os mecanismos de intervenção que possibilitem o reforço dos instrumentos de inclusão e prevenção do abandono desqualificado, com vista a tornar obrigatória a frequência de ensino ou formação profissional para todos os jovens até aos 18 anos;

Considerando que se torna oportuno e conveniente que as escolas possam, no quadro de desenvolvimento da sua autonomia, tomar decisões sobre o processo de avaliação dos seus alunos;

Nestes termos, ao abrigo do n.º 6 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 209/2002, de 17 de Outubro, determina-se o seguinte:

1 — Os n.ºs 37, 38, 48 e 49 do Despacho Normativo n.º 1/2005, de 5 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo n.º 18/2006, de 14 de Março, passam a ter a seguinte redacção:

«37 — A avaliação sumativa interna no 9.º ano de escolaridade pode incluir, nas disciplinas não sujeitas a exame nacional, a realização de uma prova global ou de um trabalho final que incida sobre as aprendizagens e competências previstas para o final do ensino básico.

38 — As provas e os trabalhos a que se refere o número anterior não constituem instrumento de avaliação obrigatória, podendo ser realizados por decisão da escola, como instrumento de aferição de conhecimentos nas disciplinas que se considerarem mais ade-

quadas e convenientes, não podendo em caso algum implicar a interrupção das actividades lectivas.

48 — Os exames de equivalência à frequência nos anos terminais dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico realizam-se a nível de escola, com vista a uma certificação de conclusão de ciclo. Estes exames realizam-se em Junho, Julho e Setembro e destinam-se aos candidatos que se encontrem numa das seguintes situações:

a) Alunos que frequentem estabelecimentos do ensino particular e cooperativo sem autonomia ou paralelismo pedagógico;

b) Alunos que frequentem seminários não abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 293-C/86, de 12 de Setembro;

c) Alunos que estejam abrangidos pelo ensino individual e doméstico;

d) Aqueles que estejam fora da escolaridade obrigatória e, não frequentando qualquer estabelecimento de ensino, se candidatem a estes exames na qualidade de autopropostos;

e) Alunos que atinjam a idade limite da escolaridade obrigatória sem aprovação na avaliação sumativa final no 6.º ano de escolaridade e se candidatem aos exames na qualidade de autopropostos no mesmo ano lectivo;

f) Alunos que atinjam a idade limite da escolaridade obrigatória sem aprovação na avaliação sumativa final no 9.º ano de escolaridade e se candidatem aos exames na qualidade de autopropostos no mesmo ano lectivo;

g) Alunos que, tendo iniciado o ano lectivo com 15 anos de idade no ensino básico e não obtenham aprovação na avaliação sumativa final no 9.º ano de escolaridade, se candidatem aos exames na qualidade de autopropostos no mesmo ano lectivo.

49 — Os candidatos referidos no número anterior realizam numa única chamada:

a) Nos casos das alíneas a), b), c), d) e e), os exames de equivalência à frequência em todas as disciplinas do ciclo que incidem sobre as competências e as aprendizagens definidas no currículo nacional para o 2.º ou 3.º ciclos do ensino básico e contemplam ainda, no caso da Língua Portuguesa e das línguas estrangeiras, uma prova oral;

b) Nos casos das alíneas a), b), c), d), f) e g), os exames nacionais nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática do 3.º ciclo do ensino básico;

c) Nos casos das alíneas f) e g), os exames de equivalência à frequência nas disciplinas em que não obtiveram aprovação.»

2 — É aditado ao Despacho Normativo n.º 1/2005, de 5 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho Normativo n.º 18/2006, de 14 de Março, o n.º 49.1, com a seguinte redacção:

«49.1 — Os alunos que não obtenham aprovação nos exames de equivalência à frequência realizados nas condições previstas na alínea c) do n.º 49 podem, no ano seguinte, matricular-se no 9.º ano de escolaridade, devendo ser objecto de um plano de acompanhamento a implementar ao abrigo do Despacho Normativo n.º 50/2005, de 9 de Novembro.»

3 — O presente despacho normativo entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

18 de Dezembro de 2006. — O Secretário de Estado da Educação,  
*Valter Victorino Lemos.*

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### Despacho Normativo n.º 50/2005

A avaliação, enquanto parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem, permite verificar o cumprimento do currículo, diagnosticar insuficiências e dificuldades ao nível das aprendizagens e (re)orientar o processo educativo.

Atendendo às dimensões formativa e sumativa da avaliação, a retenção deve constituir uma medida pedagógica de última instância, numa lógica de ciclo e de nível de ensino, depois de esgotado o recurso a actividades de recuperação desenvolvidas ao nível da turma e da escola.

Esta concepção determina, necessariamente, a reorganização do trabalho escolar de forma a otimizar as situações de aprendizagem, incluindo-se nestas a elaboração de planos de recuperação, de desenvolvimento e de acompanhamento.

Atendendo aos objectivos e parâmetros enunciados na alínea c) do artigo 3.º e na alínea d) do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, é da responsabilidade da direcção executiva do agrupamento ou escola a promoção de uma cultura de qualidade e de rigor que assegure a todos os alunos as condições adequadas à obtenção do sucesso educativo.

Assim, e em desenvolvimento das principais orientações e disposições relativas à avaliação da aprendizagem no ensino básico que se encontram consagradas no Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, com as

alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 209/2002, de 17 de Outubro, determina-se o seguinte:

1.º

**Objecto e âmbito**

1 — O presente despacho normativo define, no âmbito da avaliação sumativa interna, princípios de actuação e normas orientadoras para a implementação, acompanhamento e avaliação dos planos de recuperação, de acompanhamento e de desenvolvimento como estratégia de intervenção com vista ao sucesso educativo dos alunos.

2 — O presente despacho é aplicável aos alunos do ensino básico.

3 — As actividades a desenvolver no âmbito dos planos de recuperação e de acompanhamento devem atender às necessidades do aluno ou do grupo de alunos e são de frequência obrigatória.

2.º

**Plano de recuperação**

1 — Para efeitos do presente despacho normativo, entende-se por plano de recuperação o conjunto das actividades concebidas no âmbito curricular e de enriquecimento curricular, desenvolvidas na escola ou sob a sua orientação, que contribuam para que os alunos adquiram as aprendizagens e as competências consagradas nos currículos em vigor do ensino básico.

2 — O plano de recuperação é aplicável aos alunos que revelem dificuldades de aprendizagem em qualquer disciplina, área curricular disciplinar ou não disciplinar.

3 — O plano de recuperação pode integrar, entre outras, as seguintes modalidades:

- a) Pedagogia diferenciada na sala de aula;
- b) Programas de tutoria para apoio a estratégias de estudo, orientação e aconselhamento do aluno;
- c) Actividades de compensação em qualquer momento do ano lectivo ou no início de um novo ciclo;
- d) Aulas de recuperação;
- e) Actividades de ensino específico da língua portuguesa para alunos oriundos de países estrangeiros.

4 — Sempre que, no final do 1.º período, um aluno não tenha desenvolvido as competências necessárias para prosseguir com sucesso os seus estudos no 1.º ciclo, ou, no caso dos restantes ciclos do ensino básico, obtenha três ou mais níveis inferiores a três, deve o professor do 1.º ciclo ou o conselho de turma elaborar um plano de recuperação para o aluno.

5 — O plano de recuperação é apresentado à direcção executiva do agrupamento ou escola, para os efeitos previstos no artigo 6.º

6 — Na primeira semana do 2.º período, o plano de recuperação é dado a conhecer, pelo responsável da turma, aos pais e encarregados de educação, procedendo-se de imediato à sua implementação.

7 — Os alunos que, no decurso do 2.º período, nomeadamente até à interrupção das aulas no Carnaval, indiquem dificuldades de aprendizagem que possam comprometer o seu sucesso escolar são, igualmente, submetidos a um plano de recuperação.

8 — O plano de recuperação é planeado, realizado e avaliado, quando necessário, em articulação com outros técnicos de educação, envolvendo os pais ou encarregados de educação e os alunos.

3.º

**Plano de acompanhamento**

1 — Para efeitos do presente despacho normativo, entende-se por plano de acompanhamento o conjunto das actividades concebidas no âmbito curricular e de enriquecimento curricular, desenvolvidas na escola ou sob sua orientação, que incidam, predominantemente, nas disciplinas ou áreas disciplinares em que o aluno não adquiriu as competências essenciais, com vista à prevenção de situações de retenção repetida.

2 — O plano de acompanhamento é aplicável aos alunos que tenham sido objecto de retenção em resultado da avaliação sumativa final do respectivo ano de escolaridade.

3 — O plano de acompanhamento pode incluir as modalidades previstas no n.º 3 do artigo 2.º e ainda a utilização específica da área curricular de Estudo Acompanhado, bem como adaptações programáticas das disciplinas em que o aluno tenha revelado especiais dificuldades ou insuficiências.

4 — Decorrente da avaliação a que se refere o n.º 2, o plano de acompanhamento é elaborado pelo conselho de turma e aprovado pelo conselho pedagógico para ser aplicado no ano escolar seguinte, competindo à direcção executiva do agrupamento ou escola determinar as respectivas formas de acompanhamento e avaliação.

5 — O plano de acompanhamento é planeado, realizado e avaliado, quando necessário, em articulação com outros técnicos de educação, envolvendo os pais ou encarregados de educação e os alunos.

4.º

**Retenção repetida**

1 — Quando, no decurso de uma avaliação sumativa final, se concluir que um aluno que já foi retido em qualquer ano de escolaridade não possui as condições necessárias à sua progressão, deve o mesmo ser submetido a uma avaliação extraordinária que ponderará as vantagens educativas de nova retenção.

2 — A proposta de retenção ou progressão do aluno está sujeita à anuência do conselho pedagógico, com base em relatório que inclua:

- a) Processo individual do aluno;
- b) Apoios, actividades de enriquecimento curricular e planos aplicados;
- c) Contactos estabelecidos com os encarregados de educação, incluindo parecer destes sobre o proposto;
- d) Parecer dos serviços de psicologia e orientação;
- e) Proposta de encaminhamento do aluno para um plano de acompanhamento, percurso alternativo ou cursos de educação e formação, nos termos da respectiva regulamentação.

3 — A programação individualizada e o itinerário de formação do aluno são elaborados com o conhecimento e acordo prévio do encarregado de educação.

4 — A direcção executiva do agrupamento ou escola coordena a execução das recomendações decorrentes do processo de avaliação previsto nos números anteriores, sendo especialmente responsável pela promoção do sucesso educativo desses alunos.

#### 5.º

##### Plano de desenvolvimento

1 — Para efeitos do presente despacho normativo, entende-se por plano de desenvolvimento o conjunto das actividades concebidas no âmbito curricular e de enriquecimento curricular, desenvolvidas na escola ou sob sua orientação, que possibilitem aos alunos uma intervenção educativa bem sucedida, quer na criação de condições para a expressão e desenvolvimento de capacidades excepcionais quer na resolução de eventuais situações problema.

2 — O plano de desenvolvimento é aplicável aos alunos que revelem capacidades excepcionais de aprendizagem.

3 — O plano de desenvolvimento pode integrar, entre outras, as seguintes modalidades:

- a) Pedagogia diferenciada na sala de aula;
- b) Programas de tutoria para apoio a estratégias de estudo, orientação e aconselhamento do aluno;
- c) Actividades de enriquecimento em qualquer momento do ano lectivo ou no início de um novo ciclo.

4 — Decorrente da avaliação sumativa do 1.º período, o professor do 1.º ciclo ou o conselho de turma elabora o plano de desenvolvimento e submete-o à direcção executiva do agrupamento ou escola para os efeitos previstos no artigo 6.º

5 — O plano de desenvolvimento é planeado, realizado e avaliado, quando necessário, em articulação com outros técnicos de educação, envolvendo os pais ou encarregados de educação e os alunos.

#### 6.º

##### Gestão e avaliação

1 — A direcção executiva do agrupamento ou escola assegura os recursos humanos e materiais necessários à execução dos planos de recuperação, de desenvolvimento e de acompanhamento, atendendo, designadamente, ao preceituado no despacho n.º 17 387/2005, de 28 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 155, de 12 de Agosto de 2005.

2 — As propostas constantes dos planos a que se refere o número anterior são elaboradas, realizadas e avaliadas pelos diferentes órgãos e intervenientes no processo, segundo o critério de adequação às situações diagnosticadas, os recursos disponíveis e os efeitos positivos nas aprendizagens.

3 — Os planos são objecto de avaliação contínua, participada e formativa, e de avaliação global, a realizar pelo conselho pedagógico, no final do ano lectivo.

4 — No final do ano lectivo, e após a avaliação sumativa final, a direcção executiva envia à direcção regional de educação respectiva um relatório de avaliação, no qual devem constar:

- a) Público alvo;
- b) Recursos mobilizados;
- c) Modalidades adoptadas;
- d) Resultados alcançados, incluindo:
  - i) Alunos que foram objecto de plano de recuperação e que transitaram de ano;
  - ii) Alunos que foram objecto de plano de recuperação e que não transitaram de ano;
  - iii) Alunos que não foram sujeitos a um plano de recuperação e ficaram retidos;
  - iv) Alunos sujeitos a um plano de acompanhamento e que ficaram retidos;
  - v) Alunos em situação prevista no artigo 5.º do presente despacho;
  - vi) Alunos encaminhados para outros percursos educativos e formativos.

5 — Incumbe a cada direcção regional de educação elaborar um relatório síntese sobre a aplicação do presente despacho normativo que deverá ser submetido ao membro do Governo competente até 1 de Setembro de cada ano.

#### 7.º

##### Norma revogatória

É revogado o despacho n.º 1438/2005, de 4 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 15, de 21 de Janeiro de 2005.

#### 8.º

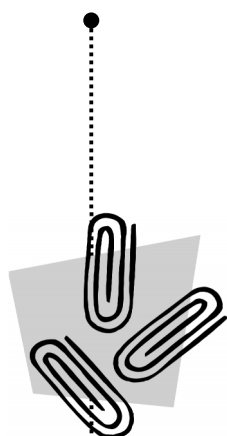
##### Produção de efeitos

O presente despacho normativo produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

Ministério da Educação, 20 de Outubro de 2005. —  
O Secretário de Estado da Educação, *Valter Victorino Lemos*.



# Anexo 3.09



## **“Escola a Tempo Inteiro” e “Actividades de Enriquecimento Curricular”**

**Despacho n.º 16795/2005, de 03 de Agosto; Despacho n.º 14753/2005,  
de 05 de Julho; Despacho n.º 12591/2006, 16 de Junho**



**Despacho n.º 16 795/2005 (2.ª série).** — Considerando a importância do desenvolvimento de actividades de enriquecimento curricular ou outras actividades extra-curriculares, traduzidas, por exemplo, na aquisição de competências desportivas, musicais, língua estrangeira, informáticas, entre outras, para o desenvolvimento das crianças e consequentemente para o sucesso escolar futuro;

Considerando a necessidade de consolidar a dinâmica dos agrupamentos de escolas tirando pleno partido da possibilidade de gestão flexível dos recursos humanos e das infra-estruturas disponíveis, proporcionando melhores condições de integração dos alunos;

Tendo presente o papel fundamental que as autarquias e as associações de pais desempenham ao nível da promoção e organização de actividades de enriquecimento curricular que permitem que actualmente muitas escolas do 1.º ciclo proporcionem actividades de enriquecimento curricular;

Considerando, por último, a necessidade de adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de ensino às necessidades das famílias;

Em face do que antecede e tendo presente os princípios consignados nos artigos 3.º e 4.º do Regime Jurídico da Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, alterado pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril, determina-se:

1 — O presente despacho aplica-se aos estabelecimentos de educação e ensino público onde funcione a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico, definindo as normas a observar no período de funcionamento dos respectivos estabelecimentos.

2 — Para os efeitos do presente despacho, entende-se por:

- a) «Regime normal» a distribuição da actividade educativa na educação pré-escolar e curricular no 1.º ciclo do ensino básico pelo período da manhã e da tarde, interrompida para almoço;
- b) «Estabelecimentos em zonas isoladas» os estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico que se situam em localidades onde não existe mais nenhum estabelecimento do ensino básico e cujas turmas congregam alunos de mais de um ano de escolaridade.

3 — Sem prejuízo do disposto na Lei Quadro da Educação Pré-Escolar e diplomas complementares, bem como da autonomia conferida aos estabelecimentos de ensino na gestão do horário das actividades curriculares no 1.º ciclo do ensino básico, são obrigatoriamente organizadas em regime normal as actividades educativas na educação pré-escolar e as actividades curriculares do 1.º ciclo do ensino básico.

4 — A título excepcional, dependente da autorização da respectiva direcção regional de educação e unicamente desde que as instalações não o permitam em razão do número de turmas constituídas no estabelecimento de ensino por reporte às salas disponíveis, poderá a actividade curricular no 1.º ciclo do ensino básico ser organizada em regime duplo, com um turno de manhã e outro de tarde.

5 — Sem prejuízo da normal duração semanal e diária das actividades educativas na educação pré-escolar e curriculares no 1.º ciclo do ensino básico, os respectivos estabelecimentos manter-se-ão obrigatoriamente abertos pelo menos até às 17 horas e 30 minutos e no mínimo oito horas diárias, com vista à oferta de actividades de animação e de apoio às famílias, bem como de enriquecimento curricular ou outras actividades extra-curriculares, de frequência facultativa por parte das crianças e alunos interessados.

6 — Excepcionam-se do disposto no número anterior os estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico que funcionem em regime duplo, por falta de instalações, bem como, cumulativamente, os estabelecimentos do mesmo tipo situados em zonas isoladas e que tenham comprovada carência de recursos humanos.

7 — A avaliação da carência de recursos humanos é efectuada, caso a caso, pela direcção regional de educação respectiva.

8 — As actividades referidas na parte final do n.º 5 podem incidir nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de estudo acompanhado, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação, bem como a iniciação de uma língua estrangeira.

9 — As actividades de animação e de apoio às famílias, bem como as de enriquecimento curricular ou outras actividades extra-curriculares, devem ser organizadas pelo agrupamento a que pertence o estabelecimento de educação ou de ensino, podendo também fazê-lo as autarquias e as associações de pais em parceria e articulação com o agrupamento ou de forma autónoma, quando tal parceria não for possível.

10 — Em situação de parceria, os recursos humanos necessários ao funcionamento das actividades referidas podem ser disponibilizados por qualquer dos parceiros.

11 — Para efeitos do presente despacho, o conselho executivo do agrupamento, no âmbito da sua competência e autonomia na gestão do pessoal docente e não docente, providenciará os recursos humanos necessários ao funcionamento das actividades referidas na parte final do n.º 5.

12 — Para efeito do número anterior, será dada preferência a docentes sem horário lectivo atribuído ou com insuficiência de tempos lectivos, a docentes de apoios educativos e outros docentes responsáveis por actividades de enriquecimento curricular ou outras actividades extra-curriculares, bem como a pessoal não docente disponível no âmbito do agrupamento, procedendo a uma criteriosa gestão e flexibilização dos horários de trabalho quando necessário.

13 — A autorização da direcção regional respectiva para a não execução, por parte dos estabelecimentos de educação ou de ensino, do disposto no presente despacho, é condicionada à demonstração, por parte dos conselhos executivos dos agrupamentos, da insuficiência dos recursos existentes, da não existência de projectos próprios ou da não cedência de recursos por parte da autarquia ou da associação de pais, bem como a concordância desta última com a declarada insuficiência.

14 — O período de funcionamento de cada estabelecimento, bem como a calendarização das actividades, deve ser comunicado aos encarregados de educação no início do ano lectivo.

15 — O disposto no presente despacho produz efeitos a partir do ano lectivo de 2005-2006.

14 de Julho de 2005. — A Ministra da Educação, *Maria de Lurdes Reis Rodrigues*.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO****Gabinete da Ministra**

**Despacho n.º 14 753/2005 (2.ª série).** — Tendo em conta os padrões europeus, o sistema educativo português necessita recuperar algum do seu atraso, promovendo a elevação do nível de formação e qualificação das futuras gerações, pela aquisição de competências fundamentais através da aposta no desenvolvimento do ensino básico, nomeadamente na generalização do ensino do inglês desde o 1.º ciclo do ensino básico.

Por outro lado, a aprendizagem do inglês no 1.º ciclo do ensino básico deve ser considerada essencial para a construção de uma consciência plurilingue e pluricultural, de acordo com o quadro europeu comum de referência, bem como elemento fundamental de cidadania, enquanto desenvolvimento precoce de competências, no quadro da crescente mobilidade de pessoas no espaço da União Europeia.

Além disso, a oferta do ensino de inglês no 1.º ciclo do ensino básico assume também o objectivo de promoção de igualdade de oportunidades perante o sistema educativo.

É neste contexto que é criado o programa de generalização do ensino de inglês nos 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo do ensino básico público como oferta educativa extracurricular gratuita que permita desenvolver competências e fomentar o interesse pela aprendizagem deste idioma ao longo da vida, bem como aumentar a competitividade dos trabalhadores e da economia portuguesa.

Pretende-se com o referido programa desenvolver uma estratégia de generalização progressiva do ensino precoce da língua estrangeira que seja descentralizada, flexível e consistente, atribuindo-se especial importância ao envolvimento das escolas, dos agrupamentos, das autarquias e das associações de pais, entre outros, na construção de respostas diversificadas, em função das realidades locais, ao mesmo tempo que se pretende assegurar uma actuação coordenada de acompanhamento desta medida.

Nestes termos, determina-se o seguinte:

1 — É aprovado o programa de generalização do ensino de inglês no 1.º ciclo do ensino básico, o qual se desenvolve ao longo do ano lectivo em regime de complemento educativo, de frequência gratuita, abrangendo os 3.º e 4.º anos de escolaridade dos estabelecimentos públicos onde seja ministrado o 1.º ciclo do ensino básico, com uma duração semanal correspondente a um tempo e meio lectivo (cento e trinta e cinco minutos).

2 — O desenvolvimento do programa não pode perturbar o normal funcionamento das actividades curriculares dos alunos ou do estabelecimento de ensino.

3 — É aprovado o regulamento que define o regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação no âmbito do programa de generalização do ensino de inglês nos 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo do ensino básico público, em anexo ao presente despacho, de que faz parte integrante.

4 — É fixado em € 100, para o ano lectivo de 2005-2006, o valor do custo anual por aluno a que se refere o n.º 2 do artigo 4.º do regulamento referido no número anterior.

5 — No final do 1.º ano de funcionamento, o programa será objecto de avaliação com vista a apurar o grau de cumprimento dos objectivos definidos para a sua implementação.

6 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da assinatura.

24 de Junho de 2005. — A Ministra da Educação, *Maria de Lurdes Reis Rodrigues*.

#### ANEXO

#### **Regulamento de acesso ao financiamento do programa de generalização do ensino de inglês nos 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo do ensino básico público.**

### CAPÍTULO I

#### Âmbito de aplicação

##### Artigo 1.º

##### Objecto

1 — O presente regulamento define o regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação no âmbito do programa de generalização do ensino de inglês nos 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo do ensino básico público.

2 — O presente regulamento define ainda orientações quanto aos requisitos de habilitação dos professores de inglês, bem como quanto à constituição de turmas.

##### Artigo 2.º

##### Definições

Para efeitos do presente regulamento, considera-se:

- «Direcção regional de educação competente» a direcção regional de educação competente em razão do território;
- «Professores de inglês» as pessoas que ministrarão o ensino de Inglês no âmbito do programa;
- «Programa» o programa de generalização do ensino de inglês nos 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo do ensino básico público;
- «Regulamento» o presente regulamento de acesso ao financiamento do programa de generalização do ensino de inglês nos 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo do ensino básico público;
- «Tempo lectivo» a unidade horária correspondente a noventa minutos de duração;
- «Entidade» a entidade que reúna condições de acesso ao financiamento, nos termos do artigo 3.º

##### Artigo 3.º

##### Destinatários

1 — Podem aceder ao apoio financeiro a conceder nos termos do presente regulamento:

- Municípios;
- Associações de professores;

- Associações de pais;
- Institutos de línguas;
- Outras entidades que reúnam os requisitos necessários à apresentação de projectos, em razão do respectivo objecto social ou da comprovada experiência no âmbito do ensino precoce e da divulgação da língua inglesa.

2 — As entidades referidas no número anterior devem aceder em parceria obrigatória:

- Com um ou vários agrupamentos de escolas;
- Com uma ou várias escolas não agrupadas;
- Com agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

3 — Os termos das parcerias referidas nos números anteriores são fixados em protocolo a celebrar entre as entidades em causa e deverão identificar:

- O número de turmas a constituir;
- O número de alunos previsto;
- O horário semanal;
- O local de funcionamento;
- As necessidades e modalidades de recrutamento de professores de inglês por parte das entidades referidas no n.º 1 do presente artigo;
- A realidade existente e a experiência, caso exista, no que se refere ao ensino precoce da língua inglesa.

4 — O protocolo referido no número anterior deverá prever ainda uma cláusula referente à partilha da informação relativa aos registos biográficos dos professores de inglês no âmbito do presente programa, de que constem os seguintes documentos:

- Curriculum vitae* do qual deve constar a identificação pessoal, habilitações literárias e profissionais, formação profissional, experiência profissional e quaisquer outros elementos relevantes;
- Documentos comprovativos das habilitações académicas e da experiência de trabalho docente com crianças e jovens.

5 — Poderão ser admitidas como comprovativo do domínio do inglês, para além dos certificados e comprovativos das licenciaturas neste âmbito, as certificações já reconhecidas internacionalmente, nomeadamente o Certificate of Proficiency in English (CPE) e o Certificate in Advanced English (CAE) de Cambridge/ALTE (Association of Language Testers in Europe).

6 — Excepcionalmente, e sempre que se demonstre a não viabilidade da constituição de uma parceria, os agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas podem aceder ao programa.

### CAPÍTULO II

#### Acesso ao financiamento

##### Artigo 4.º

##### Natureza do apoio financeiro

1 — O apoio previsto no presente regulamento consiste numa participação financeira a conceder pelo Ministério da Educação, nos termos de contrato-programa a celebrar com as entidades, de acordo com o disposto no artigo 8.º

2 — O cálculo da participação financeira é efectuado de acordo com o critério do custo anual por aluno, o qual será objecto de actualização anual.

##### Artigo 5.º

##### Pedido de financiamento

1 — Os pedidos de financiamento são apresentados junto da respectiva direcção regional de educação, a quem compete proceder à instrução dos processos e à posterior remissão à comissão a que se refere o artigo 6.º do presente regulamento.

2 — A apresentação formaliza-se através da entrega ou envio, preferencialmente em suporte electrónico, de *dossier* composto pelos seguintes elementos e documentação:

- Identificação da entidade ou parceria;
- Número de identificação de pessoa colectiva (NIPC) de todas as entidades envolvidas no projecto;
- Protocolo fixado entre as entidades em causa;
- Documentação comprovativa dos requisitos referidos na alínea e) do n.º 1 do artigo 3.º descritiva da realidade existente no que se refere ao ensino precoce da língua inglesa, sendo o caso.

3 — São liminarmente rejeitados os pedidos de financiamento apresentados por entidades que não preencham os requisitos exigidos no presente regulamento ou cuja instrução deficiente não seja suprida após recepção de notificação a emitir, para o efeito, pela direcção regional de educação competente.

#### Artigo 6.º

##### Comissão de operacionalização e acompanhamento

1 — É criada a comissão de operacionalização e acompanhamento do programa de generalização do ensino de inglês nos 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo do ensino básico público (COAP), que reveste a forma e a natureza de grupo de trabalho, com a seguinte composição:

- a) Directores regionais de educação;
- b) Director-geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular;
- c) Dois representantes da Associação Portuguesa de Professores de Inglês.

2 — Compete à COAP:

- a) Analisar e avaliar as propostas de acesso ao financiamento;
- b) Acompanhar a execução do programa;
- c) Definir o modelo de formação de professores;
- d) Avaliar o sistema.

3 — No exercício da competência prevista na alínea a) do número anterior, a COAP terá em conta:

- a) A fundamentação da pertinência e relevância e a adequação aos objectivos e critérios definidos no presente regulamento;
- b) Os termos dos protocolos celebrados no âmbito das parcerias;
- c) A capacidade, qualidade e adequação das instalações e equipamentos educativos que serão disponibilizados;
- d) A experiência demonstrada pelas entidades ao nível da promoção do ensino precoce da língua inglesa.

4 — A COAP apresentará relatórios periódicos e propostas de medidas que verifique necessário apresentar para a execução do programa.

5 — O apoio à COAF será assegurado pela Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

#### Artigo 7.º

##### Processo de apreciação

1 — Após instrução dos processos, a direcção regional de educação competente encaminha-os para a COAP.

2 — Apreciados os pedidos de financiamento, a COAP elaborará e aprovará a proposta final de financiamento a conceder, que submeterá à homologação da Ministra da Educação.

3 — O resultado da aprovação do financiamento é tornado público através de lista, divulgada no endereço do Ministério da Educação em <http://www.min-edu.pt>.

#### Artigo 8.º

##### Contrato-programa

1 — O montante da comparticipação concedida, o objectivo a que se destina e as obrigações específicas a que a entidade beneficiária fica sujeita constam de contrato-programa a celebrar entre o Ministério da Educação e a referida entidade, a publicar na 2.ª série do *Diário da República*, tendo em vista a realização dos seguintes objectivos:

- a) Enquadrar os apoios financeiros públicos na execução do programa;
- b) Fazer acompanhar a concessão dos apoios financeiros por uma avaliação completa dos custos de cada plano ou projecto, assim como dos graus de autonomia financeira, técnica, material e humana previstos para a sua execução;
- c) Assegurar a plena publicidade e transparência das condições com base nas quais os apoios financeiros foram concedidos.

2 — O processamento da comparticipação financeira será efectuado por *tranches*, em percentagem a definir no contrato-programa e a libertar de acordo com a avaliação da execução do programa.

3 — O contrato poderá ser objecto de renegociação no caso de alteração fundamentada das condições que justifiquem uma mudança de calendário da sua realização.

#### Artigo 9.º

##### Pagamento da comparticipação

O processamento do pagamento, da responsabilidade da direcção regional de educação competente, é originado pela aprovação do

acesso ao financiamento, nos termos constantes do contrato-programa referido no artigo anterior.

#### Artigo 10.º

##### Acompanhamento e controlo financeiro

O acompanhamento da execução e o controlo financeiro ficam a cargo da direcção regional de educação competente, que informará periodicamente o Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação.

## CAPÍTULO III

### Orientações

#### Artigo 11.º

##### Perfil dos professores de inglês

1 — Os professores de inglês no âmbito do presente programa deverão possuir habilitações profissionais ou próprias para a docência da disciplina de inglês no ensino básico.

2 — Os professores de inglês poderão deter habilitações reconhecidas internacionalmente, nomeadamente o Certificate of Proficiency in English (CPE) e o Certificate in Advanced English (CAE) de Cambridge/ALTE (Association of Language Testers in Europe).

3 — Tendo em vista a progressiva melhoria do ensino de inglês, será ainda definido um perfil de competências, que será associado a um programa de formação de professores.

#### Artigo 12.º

##### Constituição de turmas

1 — As turmas são constituídas por um máximo de 25 alunos.

2 — As turmas podem integrar, em simultâneo, alunos dos 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo do ensino básico.

3 — É fixada em um tempo e meio lectivo (cento e trinta e cinco minutos) a duração de ensino semanal a ser ministrado.

4 — Transitoriamente e a título excepcional, em caso de manifesta dificuldade, designadamente na disponibilização de espaços, poderão ser aceites propostas que prevejam uma duração semanal de apenas um tempo lectivo (noventa minutos) para o ano lectivo de 2005-2006.

#### Artigo 13.º

##### Orientações programáticas e material didáctico

As orientações programáticas ou referentes a material didáctico serão divulgadas no *site* do Ministério da Educação, acessível a partir de [www.min-edu.pt](http://www.min-edu.pt).

## CAPÍTULO V

### Disposição final

#### Artigo 14.º

##### Acidentes envolvendo alunos

As actividades ocorridas no local e tempo de actividade escolar de que decorram acidentes envolvendo alunos no decurso da execução do programa serão cobertas por seguro escolar, nos termos legais.

**Despacho n.º 12 591/2006 (2.ª série).** — Considerando a importância do desenvolvimento de actividades de animação e de apoio às famílias na educação pré-escolar e de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico para o desenvolvimento das crianças e consequentemente para o sucesso escolar futuro, previstas, respectivamente, em 1997 no regime geral da educação pré-escolar, criado pela Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro, e em 2001 no diploma que estabelece os princípios orientadores da organização e gestão curricular do ensino básico — o Decreto-Lei n.º 6/2001 de 18 de Janeiro;

Considerando o sucesso alcançado, no presente ano lectivo, com a implementação do Programa de Generalização do Ensino do Inglês nos 3.º e 4.º anos do 1.º ciclo do ensino básico, que assume claramente o papel de primeira medida efectiva de concretização de projectos de enriquecimento curricular e de implementação do conceito de escola a tempo inteiro;

Tendo presente que o Ministério da Educação partilha com as autarquias locais a responsabilidade pelos estabelecimentos de ensino pré-escolar e de 1.º ciclo do ensino básico e a necessidade de consolidar e reforçar as atribuições e competências das autarquias ao nível destes níveis de ensino;

Considerando o papel fundamental que as autarquias, as associações de pais e as instituições particulares de solidariedade social desempenham ao nível da promoção de actividades de enriquecimento curricular através da organização de respostas diversificadas, em função das realidades locais, que permitem que actualmente muitas escolas do 1.º ciclo proporcionem este tipo de actividades aos alunos;

Considerando, por último, a urgência de adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de ensino às necessidades das famílias e a necessidade de garantir que esses tempos são pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas;

Em face do que antecede, e tendo presente os princípios consignados nos artigos 3.º e 4.º do regime jurídico da autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, alterado pela Lei n.º 24/99, de 22 de Abril, bem como o disposto na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, que atribui às autarquias locais responsabilidades em matéria de ensino pré-escolar e de 1.º ciclo do ensino básico, determina-se:

1 — O presente despacho aplica-se aos estabelecimentos de educação e ensino público nos quais funcione a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico e define as normas a observar no período de funcionamento dos respectivos estabelecimentos bem como na oferta das actividades de animação e de apoio à família e de enriquecimento curricular.

2 — Sem prejuízo do disposto na lei quadro da educação pré-escolar e diplomas complementares, bem como da autonomia conferida aos estabelecimentos de ensino na gestão do horário das actividades curriculares no 1.º ciclo do ensino básico, são obrigatoriamente organizadas em regime normal as actividades educativas na educação pré-escolar e as actividades curriculares no 1.º ciclo do ensino básico.

3 — Para os efeitos do presente despacho, entende-se por regime normal a distribuição da actividade educativa na educação pré-escolar e curricular no 1.º ciclo do ensino básico pelo período da manhã e da tarde, interrompida para almoço.

4 — A título excepcional, dependente da autorização da respectiva direcção regional de educação e unicamente desde que as instalações não o permitam em razão do número de turmas constituídas no estabelecimento de ensino por reporte às salas disponíveis, poderá a actividade curricular no 1.º ciclo do ensino básico ser organizada em regime duplo, com a ocupação da mesma sala por duas turmas, uma no turno da manhã e outra no turno da tarde.

5 — Sem prejuízo da normal duração semanal e diária das actividades educativas na educação pré-escolar e curriculares no 1.º ciclo do ensino básico, os respectivos estabelecimentos manter-se-ão obrigatoriamente abertos pelo menos até às 17 horas 30 minutos e no mínimo oito horas diárias.

6 — O período de funcionamento de cada estabelecimento deve ser comunicado aos encarregados de educação no início do ano lectivo.

7 — As actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar devem ser objecto de planificação pelos órgãos competentes dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas tendo em conta as necessidades das famílias, articulando com os municípios da respectiva área a sua realização de acordo com o protocolo de cooperação de 28 de Julho de 1998 celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

8 — As actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico são seleccionadas de acordo com os objectivos definidos no projecto educativo do agrupamento de escolas e devem constar do respectivo plano anual de actividades.

9 — Consideram-se actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico as que incidam nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação, nomeadamente:

- a) Actividades de apoio ao estudo;
- b) Ensino do inglês;
- c) Ensino de outras línguas estrangeiras;
- d) Actividade física e desportiva;
- e) Ensino da música;
- f) Outras expressões artísticas;
- g) Outras actividades que incidam nos domínios identificados.

10 — Os planos de actividades dos agrupamentos de escolas incluem obrigatoriamente como actividades de enriquecimento curricular as seguintes:

- a) Apoio ao estudo;
- b) Ensino do inglês para os alunos dos 3.º e 4.º anos de escolaridade.

11 — A actividade de apoio ao estudo terá uma duração semanal não inferior a noventa minutos, destinando-se nomeadamente à realização de trabalhos de casa e de consolidação das aprendizagens, devendo os alunos beneficiar do acesso a recursos escolares e educativos existentes na escola como livros, computadores e outros instrumentos de ensino bem como do apoio e acompanhamento por parte dos professores do agrupamento.

12 — A actividade de ensino do inglês para os alunos dos 3.º e 4.º anos de escolaridade tem a duração semanal definida no regulamento anexo ao presente despacho.

13 — Na planificação das actividades de enriquecimento curricular deve ser salvaguardado o tempo diário de interrupção das actividades e de recreio e as mesmas não podem ser realizadas para além das 18 horas.

14 — Podem ser promotoras das actividades de enriquecimento curricular as seguintes entidades:

- a) Autarquias locais;
- b) Associações de pais e de encarregados de educação;
- c) Instituições particulares de solidariedade social (IPSS);
- d) Agrupamentos de escolas.

15 — Os agrupamentos de escolas devem planificar as actividades de enriquecimento curricular em parceria obrigatória com uma das entidades referidas no número anterior, mediante a celebração de um acordo de colaboração. Preferencialmente essa planificação deve ser feita com as autarquias locais, que se constituem como entidades promotoras.

16 — Os agrupamentos de escolas podem ainda planificar as actividades de enriquecimento curricular com associações de pais e de encarregados de educação ou IPSS, quando estas sejam entidades promotoras.

17 — Quando se demonstre a não viabilidade de celebração do acordo de colaboração referido no n.º 15 devem os agrupamentos de escolas planificar e realizar as actividades de enriquecimento curricular de forma isolada, assumindo-se como entidade promotora.

18 — Os termos dos acordos de colaboração referidos nos números anteriores entre as entidades em causa devem identificar:

- a) As actividades de enriquecimento curricular;
- b) O horário semanal de cada actividade;
- c) O local de funcionamento de cada actividade;
- d) As responsabilidades/competências de cada uma das partes;
- e) O número de alunos em cada actividade.

19 — A planificação das actividades de animação e de apoio à família bem como de enriquecimento curricular deve envolver obrigatoriamente os educadores titulares de grupo e os professores titulares de turma.

20 — Na planificação das actividades de enriquecimento curricular devem ser tidos em conta e obrigatoriamente mobilizados os recursos humanos, técnico-pedagógicos e de espaços existentes no conjunto de escolas do agrupamento.

21 — Na planificação das actividades de enriquecimento curricular devem ser tidos em conta os recursos existentes na comunidade, nomeadamente escolas de música, de teatro, de dança, clubes recreativos, associações culturais e IPSS.

22 — As actividades de enriquecimento curricular são de frequência gratuita e não se podem sobrepor à actividade curricular diária.

23 — Os órgãos competentes dos agrupamentos de escolas podem, desde que tal se mostre necessário, flexibilizar o horário da actividade curricular de forma a adaptá-lo às condições de realização do conjunto das actividades curriculares e de enriquecimento curricular, tendo em conta o interesse dos alunos e das famílias, sem prejuízo da qualidade pedagógica.

24 — Podem ser utilizados para o desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular os espaços das escolas como salas de aulas, centros de recursos, bibliotecas, salas TIC, ou outros, os quais devem ser disponibilizados pelos órgãos de gestão dos agrupamentos.

25 — Além dos espaços escolares referidos no número anterior, podem ainda ser utilizados outros espaços não escolares para a realização das actividades de enriquecimento curricular, nomeadamente quando tal disponibilização resulte de situações de parceria.

26 — Quando as necessidades das famílias o justificarem, pode ser oferecida uma componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico, a assegurar por entidades que promovam este tipo de resposta social, mediante acordo com os agrupamentos de escolas.

27 — A componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico destina-se a assegurar o acompanhamento dos alunos antes e ou depois das actividades curriculares e de enriquecimento e ou durante os períodos de interrupções lectivas.

28 — Na ausência de instalações que estejam exclusivamente destinadas à componente de apoio à família no 1.º ciclo do ensino básico, os espaços escolares referidos no n.º 24 devem igualmente ser disponibilizados para este efeito.

29 — Nas situações de parceria, os recursos humanos necessários ao funcionamento das actividades de enriquecimento curricular podem ser disponibilizados por qualquer dos parceiros.

30 — Excepciona-se do disposto no número anterior a actividade de apoio ao estudo em que os recursos humanos necessários à realização da actividade são obrigatoriamente disponibilizados pelos agrupamentos de escolas.

31 — Aos educadores titulares de grupo e aos professores titulares de turma compete zelar pela supervisão pedagógica e acompanhamento da execução das actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar bem como de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico.

32 — Por actividade de supervisão pedagógica deve entender-se a que é realizada no âmbito da componente não lectiva de estabelecimento do docente para o desenvolvimento dos seguintes aspectos:

- a) Programação das actividades;
- b) Acompanhamento das actividades através de reuniões com os respectivos dinamizadores;
- c) Avaliação da sua realização;
- d) Realização das actividades de apoio ao estudo;
- e) Reuniões com os encarregados de educação, nos termos legais.

33 — A planificação das actividades de animação e de apoio à família no âmbito da educação pré-escolar bem como de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico deve ser comunicada aos encarregados de educação no início do ano lectivo.

34 — É aprovado o regulamento que define o regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação, no âmbito do programa de generalização do ensino do inglês nos 3.º e 4.º anos e de outras actividades de enriquecimento curricular do 1.º ciclo do ensino básico, em anexo ao presente despacho, de que faz parte integrante.

35 — São revogados:

- a) O despacho n.º 14 753/2005, de 5 de Julho;
- b) O despacho n.º 16 795/2005, de 3 de Agosto;
- c) O despacho n.º 21 440/2005, de 12 de Outubro.

36 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da assinatura.

26 de Maio de 2006. — A Ministra da Educação, *Maria de Lurdes Reis Rodrigues*.

## ANEXO

**Regulamento de acesso ao financiamento do programa de generalização do ensino do inglês nos 3.º e 4.º anos e de outras actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico.**

## CAPÍTULO I

### Âmbito de aplicação

#### Artigo 1.º

##### Objecto

1 — O presente regulamento define orientações quanto aos requisitos de habilitação dos profissionais a afectar às actividades de enriquecimento curricular e quanto ao modelo de organização e funcionamento das actividades de enriquecimento curricular.

2 — O presente regulamento define ainda o regime de acesso ao apoio financeiro a conceder pelo Ministério da Educação, no âmbito do programa de generalização do ensino do inglês nos 3.º e 4.º anos e de outras actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico.

#### Artigo 2.º

##### Definições

Para efeitos do presente regulamento, considera-se:

- a) «Direcção regional de educação competente» a direcção regional de educação competente em razão do território;
- b) «Programa» o programa de generalização do ensino do inglês nos 3.º e 4.º anos e de outras actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico;
- c) «Entidades promotoras» as entidades que se podem candidatar ao apoio financeiro e que são as autarquias locais, as associações de pais e de encarregados de educação, as IPSS e os agrupamentos de escolas;
- d) «Regulamento» o presente regulamento de acesso ao financiamento do programa de generalização das actividades de enriquecimento curricular.

## CAPÍTULO II

### Acesso ao financiamento

#### Artigo 3.º

##### Apoio financeiro

1 — O apoio previsto no presente regulamento consiste numa participação financeira a conceder pelo Ministério da Educação às entidades promotoras.

2 — O cálculo da comparticipação financeira é efectuado de acordo com o critério do custo anual por aluno.

3 — A comparticipação financeira será concedida de acordo com uma das seguintes hipóteses e montantes:

- a) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade, ensino da música e actividade física e desportiva — € 250;
- b) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade, ensino da música e outra actividade de enriquecimento curricular — € 180;
- c) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade, actividade física e desportiva e outra actividade de enriquecimento curricular — € 180;
- d) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade e duas actividades de enriquecimento curricular que não sejam o ensino da música e a actividade física e desportiva — € 160;
- e) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade e ensino da música — € 130;
- f) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade e actividade física e desportiva — € 130;
- g) Ensino do inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade — € 100.

4 — Para os alunos dos 1.º e 2.º anos de escolaridade, a actividade de ensino de inglês prevista para os alunos dos 3.º e 4.º anos de escolaridade no número anterior pode ser substituída por qualquer

outra actividade de enriquecimento curricular, desde que não constitua duplicação de outra já proposta.

5 — Sempre que as propostas apresentadas não resulte uma ocupação educativa dos alunos durante todos os dias da semana e pelo menos até às 17 horas e 30 minutos, cabe aos agrupamentos de escola garantir essa ocupação.

6 — A actividade de apoio ao estudo é obrigatoriamente dinamizada pelo agrupamento e não é objecto de comparticipação financeira.

7 — Quando o agrupamento de escolas, não sendo entidade promotora, disponibiliza recursos humanos para a realização de uma ou mais actividades de enriquecimento curricular, tem direito a receber, por parte da entidade promotora, e em termos a constar do acordo de colaboração, o montante correspondente à disponibilização dos referidos recursos humanos.

#### Artigo 4.º

##### Pedido de financiamento

1 — A planificação das actividades de enriquecimento curricular e respectivos pedidos de financiamento são apresentados pelas entidades promotoras junto da respectiva direcção regional de educação, a quem compete proceder à instrução dos processos e à posterior remissão à comissão a que se refere o artigo 5.º do presente regulamento.

2 — A apresentação das planificações e respectivo financiamento formaliza-se através do envio de *dossier* composto pelos seguintes elementos e documentação:

- a) Identificação da entidade promotora e respectivo parceiro, caso aplicável;
- b) Planificação das actividades de enriquecimento curricular;
- c) Número de identificação de pessoa colectiva (NIPC) de todas as entidades envolvidas;
- d) Acordos de colaboração fixados entre as entidades em causa.

3 — São liminarmente rejeitados os pedidos de financiamento que não preencham os requisitos exigidos no presente regulamento ou cuja instrução deficiente não seja suprida após recepção de notificação a emitir, para o efeito, pela direcção regional de educação competente.

#### Artigo 5.º

##### Comissão de acompanhamento do programa

1 — É criada a comissão de acompanhamento do programa (CAP), que reveste a forma e a natureza de um grupo de trabalho, com a seguinte composição:

- a) Director-geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular;
- b) Directores regionais de educação.

2 — No âmbito das actividades da CAP deve esta reunir para monitorização e acompanhamento dos projectos com as seguintes entidades:

- a) Associação Portuguesa de Professores de Inglês;
- b) Associação Portuguesa de Educação Musical;
- c) Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- d) Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP);
- e) Outras entidades que a CAP entenda convidar.

3 — Compete à CAP:

- a) Analisar, avaliar e aprovar as planificações e respectivas propostas de financiamento;
- b) Tornar público, através de lista divulgada no endereço da página electrónica do Ministério da Educação (<http://www.min-edu.pt>), o resultado da aprovação do financiamento por entidade e por tipo de actividade;
- c) Acompanhar a execução do programa;
- d) Apresentar relatórios periódicos e propostas de medidas que verifique necessário para a execução do programa;
- e) Produzir um relatório de avaliação do programa, contendo recomendações para a sua melhoria nos anos subsequentes.

4 — No exercício das competências previstas na alínea a) do número anterior, a CAP terá em conta:

- a) Os termos dos acordos de colaboração celebrados entre as entidades promotoras e os agrupamentos de escolas;
- b) A capacidade, qualidade e adequação das instalações e equipamentos educativos que são disponibilizados;
- c) A qualidade dos recursos humanos afectos;
- d) A adequação das propostas aos objectivos e critérios definidos no regulamento e no despacho que o aprovou.

5 — O apoio à CAP será assegurado pela Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

#### Artigo 6.º

##### Contrato-programa

1 — O montante da comparticipação concedida, o objectivo a que se destina e as obrigações específicas a que a entidade promotora fica sujeita constam de contrato-programa a celebrar entre o Ministério da Educação, através da direcção regional de educação competente e a referida entidade, a publicar na 2.ª série do *Diário da República*, tendo em vista a realização dos seguintes objectivos:

- a) Enquadrar os apoios financeiros públicos na execução do programa;
- b) Fazer acompanhar a concessão dos apoios financeiros por uma avaliação completa dos custos de cada planificação, assim como dos graus de autonomia financeira, técnica, material e humana previstos para a sua execução;
- c) Assegurar a plena publicidade e transparência das condições com base nas quais os apoios financeiros foram concedidos.

2 — O processamento da comparticipação financeira será efectuado por *tranches*, em percentagem a definir no contrato-programa e a libertar de acordo com a avaliação da execução do programa.

3 — O contrato poderá ser objecto de renegociação no caso de alteração fundamentada das condições que justifiquem uma mudança de calendário da sua realização.

#### Artigo 7.º

##### Pagamento da comparticipação

O processamento do pagamento, da responsabilidade da direcção regional de educação competente, é originado pela aprovação do acesso ao financiamento, nos termos do contrato-programa referido no artigo anterior.

#### Artigo 8.º

##### Acompanhamento e controlo financeiro

O acompanhamento da execução e o controlo financeiro ficam a cargo da direcção regional de educação competente, que informará periodicamente o Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação.

## CAPÍTULO III

### Orientações relativas às actividades de enriquecimento curricular

#### SECÇÃO I

##### Ensino de inglês aos 3.º e 4.º anos de escolaridade

#### Artigo 9.º

##### Perfil dos professores de inglês

1 — Os professores de inglês, no âmbito do presente programa, devem possuir uma das seguintes habilitações:

- a) Profissionais ou próprias para a docência da disciplina de inglês no ensino básico;
- b) Cursos de formação especializada na área do ensino do inglês no 1.º ciclo do ensino básico, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 95/97;
- c) Cursos de estudos superiores especializados (CESE) na área do ensino do inglês no 1.º ciclo do ensino básico.

2 — Os professores de inglês podem ainda deter os cursos/graus de Bachelor of Arts/Bachelor in Education/Bachelor of Science ou Masters Degree (Master of Arts/Master in Education/Master of Science) acrescidos de um dos seguintes diplomas/certificados:

- a) Certificado PGCE (Postgraduate Certificate in Education) para o ensino básico;
- b) Certificado da Universidade de Cambridge ESOL CELTYL (Certificate in English Language Teaching to Young Learners);
- c) Certificado da Universidade de Cambridge ESOL CELTA (Certificate in English Language Teaching to Adults) mais experiência comprovada de ensino precoce da língua inglesa;
- d) Certificado da Universidade de Cambridge ESOL DELTA (diploma in English Language Teaching to Adults) mais experiência comprovada de ensino precoce da língua inglesa;
- e) Certificado da Universidade de Cambridge ESOL TKT (Teaching Knowledge Test) mais experiência comprovada de ensino precoce da língua inglesa;
- f) Diploma emitido pelo Trinity College;



- g) Certificado IHCTYL (The International House Certificate in Teaching Young Learners);
- h) Certificado CTEYL (Certificate in Teaching English to Young Learners) emitido por NILE, Pilgrims ou VIA LINGUA;
- i) Certificado CTEFL (Certificate in Teaching English as a Foreign Language), emitido por VIA LINGUA, mais experiência comprovada de ensino precoce da língua inglesa;
- j) Certificado/diploma de pós-graduação — Certificate/Postgraduate diploma in Teaching English to Young Learners, emitido por universidades, Colleges of Further Education (equivalente a escolas superiores de educação do ensino superior politécnico) no Reino Unido e escolas acreditadas pelo British Council.

3 — Os professores de inglês podem deter habilitações reconhecidas a nível internacional, nomeadamente o CPE (Certificate of Proficiency in English) e o CAE (Certificate in Advanced English) de Cambridge/ALTE (Association of Language Testers in Europe).

4 — Os professores de inglês que possuam as habilitações e cursos/graus identificados nos números anteriores devem, preferencialmente, deter conhecimentos da língua portuguesa.

5 — Tendo em vista a progressiva melhoria do ensino do inglês, será ainda definido um perfil de competências, que será associado a um programa de formação de professores.

#### Artigo 10.º

##### Constituição de turmas

As turmas da actividade ensino de inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade são constituídas por um máximo de 25 alunos e podem integrar em simultâneo alunos dos 3.º e 4.º anos.

#### Artigo 11.º

##### Duração semanal das actividades

1 — A duração semanal das actividades de ensino de inglês para os 3.º e 4.º anos de escolaridade é fixada em cento e trinta e cinco minutos.

2 — É fixada em quarenta e cinco minutos a duração diária de ensino a ser ministrado.

3 — A título excepcional, em caso de manifesta dificuldade, designadamente na disponibilização de espaços, podem ser aceites propostas que prevejam uma duração semanal de apenas cento e vinte minutos e uma duração diária de sessenta minutos.

## SECÇÃO II

### Actividade física e desportiva

#### Artigo 12.º

##### Perfil dos professores da actividade física e desportiva

Os professores de actividade física e desportiva, no âmbito do presente programa, devem possuir uma das seguintes habilitações:

- a) Profissionais ou próprias para a docência da disciplina de educação física no ensino básico;
- b) Licenciados em desporto ou áreas afins.

#### Artigo 13.º

##### Constituição de turmas

1 — As turmas da actividade física e desportiva são constituídas por um máximo de 25 alunos e podem integrar em simultâneo alunos dos 1.º e 2.º anos e alunos dos 3.º e 4.º anos.

2 — As turmas são constituídas em função das áreas de actividade, nos seguintes termos:

- a) Na área da actividade física, as turmas integram alunos dos 1.º e 2.º anos;
- b) Na área da actividade desportiva, as turmas integram alunos dos 3.º e 4.º anos.

3 — Excepcionalmente, sempre que se verifique a impossibilidade do cumprimento do referido no número anterior, e desde que devidamente justificado, poderão os grupos integrar em simultâneo alunos do 1.º ao 4.º ano.

#### Artigo 14.º

##### Duração semanal das actividades

1 — A duração semanal da actividade física e desportiva é fixada em cento e trinta e cinco minutos.

2 — É fixada em quarenta e cinco minutos a duração diária de ensino a ser ministrado.

3 — A título excepcional, em caso de manifesta dificuldade, designadamente na disponibilização de espaços, poderão ser aceites propostas que prevejam uma duração semanal de apenas noventa minutos e uma duração diária de quarenta e cinco minutos.

## SECÇÃO III

### Ensino da música

#### Artigo 15.º

##### Acordos de colaboração

1 — Para a execução da actividade ensino da música, as entidades promotoras devem preferencialmente celebrar acordos de colaboração com estabelecimentos de ensino vocacional ou profissional da música em contrato com o Estado (contrato de patrocínio ou de formação profissional), de forma a assegurar a leccionação, a coordenação pedagógica das actividades e a possibilitar o acesso, por parte dos alunos, à utilização dos equipamentos necessários.

2 — Onde não for possível celebrar os acordos de colaboração referidos no número anterior, as entidades promotoras podem celebrar acordos com outras instituições vocacionadas para o ensino da música, após análise e parecer pela CAP dos projectos apresentados.

#### Artigo 16.º

##### Perfil dos professores de ensino da música

1 — Os professores de ensino da música no âmbito do presente programa devem possuir habilitações profissionais ou próprias para a docência da disciplina de educação musical ou música no ensino básico ou secundário.

2 — Os professores de ensino da música podem ainda deter as seguintes habilitações:

- a) Diplomados com um curso profissional na área da música com equivalência ao 12.º ano;
- b) Detentores do 8.º grau do curso complementar de Música, frequentado nos regimes supletivo, articulado ou integrado;
- c) Outros profissionais com currículo relevante.

3 — Sempre que os profissionais a afectar sejam os referidos na alínea c), o currículo dos mesmos será objecto de análise por parte da CAP.

#### Artigo 17.º

##### Constituição de turmas

As turmas da actividade de ensino da música são constituídas por um máximo de 25 alunos e podem integrar em simultâneo alunos dos 1.º e 2.º anos ou dos 3.º e 4.º anos.

#### Artigo 18.º

##### Duração semanal das actividades

1 — A duração semanal das actividades de ensino da música é fixada em cento e trinta e cinco minutos.

2 — É fixada em quarenta e cinco minutos a duração diária de ensino a ser ministrado.

3 — A título excepcional, em caso de manifesta dificuldade, designadamente na disponibilização de espaços, podem ser aceites propostas que prevejam uma duração semanal de apenas noventa minutos e uma duração diária de quarenta e cinco minutos.

## SECÇÃO IV

### Outras actividades de enriquecimento curricular

#### Artigo 19.º

##### Perfil dos professores

Os profissionais que desenvolvam actividades nas restantes actividades de enriquecimento curricular, nomeadamente nas áreas das expressões, deverão possuir formação profissional ou especializada adequada ao desenvolvimento das actividades programadas.

#### Artigo 20.º

##### Constituição de turmas

O número de alunos por turma e por actividade deverá ser equacionado conforme o tipo de actividade e o espaço em que esta se realiza, não devendo no entanto ser superior a 25 alunos.

## Artigo 21.º

**Duração semanal das actividades**

A duração semanal das actividades das outras actividades de enriquecimento curricular não deve ser superior a noventa minutos semanais.

## CAPÍTULO IV

**Disposições finais**

## Artigo 22.º

**Orientações programáticas e material didáctico**

As orientações programáticas ou referentes a material didáctico ou outras que a CAP entenda serão divulgadas no *site* do Ministério da Educação, acessível a partir de <http://www.min-edu.pt>.

## Artigo 23.º

**Contagem de tempo**

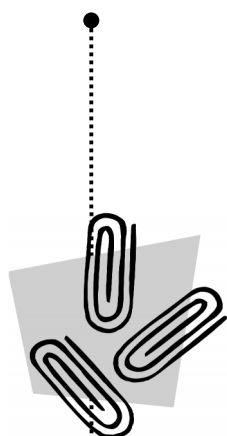
Sempre que os profissionais a afectar a cada actividade de enriquecimento curricular disponham das qualificações profissionais para a docência dessa actividade, o tempo de serviço assim prestado conta para efeitos de concurso.

## Artigo 24.º

**Acidentes envolvendo alunos**

Os acidentes ocorridos no local e tempo de actividade de enriquecimento curricular, bem como em trajecto para e de volta dessas actividades, ainda que realizadas fora do espaço escolar, nomeadamente no âmbito de parcerias, serão cobertas por seguro escolar, nos termos legais.

# Anexo 3.10



**“Concelho de Melgaço  
vai ficar sem escolas primárias em 2009”**

**Jornal Público online (03-01-2008, consultado em Maio de 2009)**





Alunos serão concentrados em dois centros escolares

## **Concelho de Melgaço vai ficar sem escolas primárias em 2009**

03.01.2008 - 12h29 Lusa

As cinco escolas primárias que ainda "resistem" em Melgaço vão fechar de vez no final do ano lectivo 2008/2009, sendo os alunos transferidos para um novo centro escolar na vila, informou hoje o presidente da Câmara.

O novo centro escolar está em concurso público, por 1,7 milhões de euros, e vai servir os alunos de onze freguesias da zona ribeirinha da vila, "em nome de um ensino moderno e de qualidade", disse Rui Solheiro.

O autarca lembrou que a Câmara de Melgaço foi a primeira do país a construir um centro escolar, em 2000, quando abriu em Pomares uma estrutura para concentrar todos os alunos das sete freguesias serranas, o que permitiu o encerramento de sete escolas primárias.

O Centro Escolar de Pomares, que representou um investimento de 1,1 milhões de euros, acolhe actualmente cerca de 90 alunos do 1º ciclo e do pré-primário.

"Faltava-nos um equipamento do género para as freguesias da parte mais baixa do concelho, e é essa lacuna que vamos agora colmatar", disse Solheiro.

O novo centro escolar será composto por 14 salas de aulas e estará dotado de ligação à Internet, bem como de uma biblioteca e um espaço para actividades desportivas, devendo acolher cerca de 400 crianças, do pré-primário e do 1º ciclo.

O equipamento estará concluído a tempo de acolher o início do ano lectivo 2009/2010 e deverá ser dotado de painéis solares fotovoltaicos, que lhe darão alguma autonomia energética.

No distrito de Viana do Castelo, funcionam este ano lectivo 160 escolas do 1º ciclo, menos 23 do que em 2006/2007 e menos 98 do que há dois anos.

Em 2004, a Câmara de Paredes de Coura optou pela concentração do primeiro ciclo num único edifício, construído de raiz, face ao cada vez mais reduzido número de alunos, uma situação que levava a que a maioria das escolas estivesse "praticamente às moscas".

Neste ano lectivo, existem ainda no distrito de Viana do Castelo algumas escolas com um reduzido número de alunos, como a de Gaifar, em Ponte de Lima, com apenas oito jovens.

Outros exemplos são as escolas de Nogueira, em Ponte da Barca (11 alunos), Montaria e Samonde, em Viana do Castelo (com 13 cada uma), a de Troviscoso, em Monção (com 14), ou ainda a de Sopo, Vila Nova de Cerveira (com 16).

O distrito de Viana do Castelo contava com 258 escolas primárias no ano lectivo 2005/2006.